



Caminho Curto

VIVÊNCIAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
NA PROMOÇÃO DA **CIDADANIA**



EDITORA
univille

ISBN N.º 978-65-87142-96-8

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

C183c Caminhos para a cidadania : experiências de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville, SC) / organizadores Diego Finder Machado e Sirlei de Souza. – Joinville, SC : Ed. Univille, 2026.

220 p. : il.

ISBN: 9786587142968

1. Quilombolas – Joinville (SC). 2. Extensão universitária. 3. Cidadania. I. Machado, Diego Finder. II. Souza, Sirlei de. III. Título.

CDD 305.896081

Elaborada por: Tatiane Cristina Gheno – CRB 14/1401

Organizadores
Diego Finder Machado
Sirlei de Souza

CAMINHOS PARA A CIDADANIA:

experiências de ensino, pesquisa e extensão
com a comunidade quilombola Beco do
Caminho Curto (Joinville, SC)



FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração

Presidente – Beatriz Regina Branco

Conselho Curador

Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo-Financeiro

Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

Diretor de Operações

Pablo Peruzzolo Patricio

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE – REITORIA

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Patrícia Esther Fendrich Magri

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield



PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral

Silvio Simon de Matos

Secretaria

Gabriela Heidemann

Revisão

Roberta Petersen

Produção Gráfica/Diagramação

Marisa Kanzler Aguayo



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL	16
Diego Finder Machado/Sirlei de Souza	
COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO (JOINVILLE/SC): OS DESAFIOS DO EMPODERAMENTO ÉTNICO	42
Sirlei de Souza / Tales Vicenzi / Jonathan Prateat / Salete dos Santos da Silva	
SAÚDE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA NO SUL DO BRASIL	69
Aline Krein Moletta / Danielly Marcos Lessa / Sirlei de Souza / Flaviane Mello Lazarini / Sandra Luft Paladino	
TENSÕES ENTRE NARRATIVA E HISTÓRIA OFICIAL: O CASO DO BECO DO CAMINHO CURTO	88
Andrew Bernardo Corrêa / Tales Vicenzi / Sirlei de Souza / Jonathan Prateat / João Victor Machado de Albarnaes	
UMA PRÁTICA INTERSECCIONAL: ESCUTA DE MULHERES MÃES PRETAS DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO NORTE CATARINENSE	98
Maria Eduarda Cardoso / Carolina Luiza Floriano / Sirlei de Souza / Fernanda Dalonso	
(RE)ENQUADRAMENTOS DO OLHAR: RETRATOS DE LIDERANÇAS FEMININAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO	108
Larissa Saraiva Halfen / Diego Finder Machado / Sirlei de Souza	
O IMPACTO DO RACISMO NA PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR DE POPULAÇÕES NEGRAS NA EDUCAÇÃO FORMAL: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO	118
Isadora Nunes Rodrigues / Maria Cristina de Lima Reiser / Sirlei de Souza / Diego Finder Machado	
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES RECONHECIDAS QUILOMBOLAS NO BRASIL: UMA REVISÃO ATÉ 2016	128
Camila Venturi de Sant'Ana / Sirlei de Souza	

COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO: AS IMPLICAÇÕES NA DEMORA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.	138
--	-----

Caroline Martins / Sirlei de Souza

CAMINHOS PARA A CIDADANIA EM COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE JOINVILLE E REGIÃO: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENGAJAMENTO E DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	148
--	-----

Helen Comin / Jonathan Prateat / Sirlei de Souza

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNIVILLE – JOINVILLE (SC): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.	157
--	-----

Eduarda Fachini / Morgana Demarchi / Sirlei de Souza / Claudio Melquiades Medeiros

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ EM TEMPOS DE PANDEMIA: A IMPORTÂNCIA DO REFORÇO ESCOLAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA COMUNIDADE CAMINHO CURTO.	171
---	-----

Kamila Eduarda Baek / Sirlei de Souza / Jonathan Prateat

INTERVENÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES PREVENTIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO.	182
--	-----

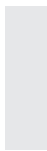
Ana Valéria Moraes Castro / Daniella Pickler / Gabriela Gomes dos Santos /
Joanã Eliã Peres Alvino / Maria Eduarda Klosterhoff / Mariana Resende Ávila Sollero /
Nicole Eleni Santos Kayser / Flaviane Mello Lazarini

UMA LUZ PARA A AUTONOMIA: CONEXÃO DE SABERES POR MEIO DE UMA OFICINA DE VELAS PARA MULHERES QUILOMBOLAS.	197
---	-----

Bárbara Rodrigues Eyng / Isabel Windmöller / Isabella Chiodini Loebach /
Júlia Merino Meduna / Kamila de Souza de Toledo / Lucinara Santos Dias Ribeiro /
Vanessa Cristina Profiro Roesner / Giovanna de Moraes Lopes / Flaviane Mello Lazarini

SUPERANDO BARREIRAS SOCIOCULTURAIS: ESTRATÉGIAS PARA INSERÇÃO DO PÚBLICO MASCULINO EM PRÁTICAS DE SAÚDE COMUNITÁRIA.	210
---	-----

Carolina Sasse Altini / Jaqueline Riva Tezza / Lucas Berger Stuhr /
Luiza Gabriela De Oliveira / Maria Eduarda Matê / Rafaela Rosa Neitzel /
Thayná Agapito Rocha / Flaviane Mello Lazarini



INTRODUÇÃO

A publicação aqui proposta mostra-se uma forma de valorização simbólica da cultura quilombola em Joinville e região e, também, uma restituição à comunidade quilombola Beco do Caminho Curto de conhecimentos produzidos não apenas sobre ela, mas, sobretudo, com ela. Tem como objetivo compartilhar com o público leitor, especialmente na cidade de Joinville, as produções científicas resultantes de experiências de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto. A obra reúne um conjunto de textos escritos por professores e estudantes da Universidade da Região de Joinville (Univille) vinculados ao projeto “Caminho Curto: vivências de ensino, pesquisa e extensão na promoção da cidadania”, entre textos anteriormente publicados em periódicos científicos e textos inéditos. A publicação atende a um dos princípios norteadores do projeto, o de que, na universidade, é necessário promover ensino com pesquisa e ensino para a pesquisa, bem como articular a pesquisa à extensão universitária. As ações desenvolvidas pelo projeto, desde o ano de 2018, vêm contribuindo para retirar do encobrimento as histórias de uma comunidade quilombola que, no presente, reivindica seus direitos à terra, à cultura, à memória, à identidade e ao patrimônio cultural.

A publicação desta coletânea de textos, elaborados ao longo dos últimos sete anos, busca disseminar conhecimentos produzidos na universidade em diálogos continuados e sistemáticos com uma comunidade remanescente quilombola existente em Joinville, cidade situada na região nordeste do estado de Santa Catarina. As ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas partiram de metodologias não extrativistas, construídas no diálogo com a comunidade, buscando promover troca de saberes e traduções interculturais. Nesse sentido, o projeto vem reconhecendo os saberes comunitários e a necessidade da pesquisa extensionista, em que o retorno dos conhecimentos produzidos se faz indispensável. Espera-se que a publicação contribua para publicizar histórias e memórias que contribuirão para quebrar um silêncio ainda mantido na historiografia sobre a presença afrobrasileira em Joinville e em Santa Catarina. Além disso, é preciso ressaltar que o conjunto de textos

reunidos nesta obra demonstra a construção e manutenção de laços de sociabilidade e solidariedade entre estudantes e professores com os sujeitos da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. A relação entre a universidade e a comunidade tem estimulado que os professores e estudantes conheçam e problematizem a realidade local e construam, sempre com a comunidade, caminhos na busca por uma cidadania plena.

Em suas ações de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, o projeto foi fundamentado em perspectivas teórico-políticas críticas ao colonialismo e à colonialidade, especialmente no que se refere à crítica da persistência do racismo na sociedade contemporânea. Busca-se, desse modo, “aquilombar” a universidade e seus currículos acadêmicos, promovendo uma educação antirracista e decolonial. Por meio dessa perspectiva, o projeto oferece subsídios significativos para a reabertura das interpretações do passado de Joinville e região, trazendo à cena personagens que foram invisibilizados e silenciados na historiografia local. Essas interpretações podem transformar a maneira como se costuma ensinar a história de Joinville e região, destacando passados de pessoas negras e suas lutas contra a escravidão, o racismo e a violência colonial. A obra pretende disseminar uma reflexão crítica sobre o passado e o presente de Joinville e região, de modo a quebrar um espelho pelo qual muitos ainda procuram, narcisisticamente, uma imagem idealizada e branqueada da realidade local.

Com vistas ao fortalecimento do ensino para a pesquisa na universidade, as produções aqui apresentadas foram gestadas coletivamente em grupos de estudo e de pesquisa, entre eles o Grupo de Estudos sobre Colonialidades e Decolonialidades, que envolve professores, estudantes e comunidade externa no debate teórico que nutre o pensamento crítico do projeto, com foco em estudos sobre negritude e branquidade, quilombos, lutas anticoloniais e antirracistas, nas perspectivas pós-coloniais e decoloniais. Esse grupo de estudos possui vínculos com grupos de pesquisa da Univille: o Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença (GPCCD) e o Grupo de Pesquisa Estudos em circulação de saberes, natureza e agricultura (CANA), ligados ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille; e o Grupo de Pesquisa em Estudos

Curriculares, Docência e Tecnologias (GECDOTE), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Univille. Destaca-se que o projeto está integrado a um projeto de extensão do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mediações Contemporâneas. Nos sete anos de relação da Univille com essa comunidade, enfatizou-se bastante a pesquisa com a metodologia da História Oral. Com esse objetivo, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univille, recebendo sua aprovação. Nos últimos anos, realizamos entrevistas orais com lideranças femininas e professores da Educação Escolar Quilombola (Educação de Jovens e Adultos – EJA) da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, o que vem sendo mobilizado nas produções científicas dos professores e estudantes vinculados ao projeto.

A obra destina-se não apenas a um público acadêmico, mas a toda a sociedade, em especial na cidade de Joinville e região, buscando destacar a presença negra e quilombola na história local. No âmbito da Univille, a obra destina-se a professores e estudantes de vários cursos de graduação, mobilizando ações de ensino, pesquisa e extensão. É preciso registrar que a obra se destina, também, às redes públicas de ensino de Joinville, visando contribuir com currículos e práticas educativas que problematizem a história local, de modo a abordar o passado e o presente de uma cultura quilombola na cidade (atendendo às leis federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em escolas brasileiras). Por fim, destaca-se a importância dessa obra como forma de restituição de saberes à comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, que, nos últimos sete anos, tem colaborado constantemente com a formação de estudantes da universidade em diferentes áreas do conhecimento.

Uma parte dos capítulos que compõem esta obra advém de artigos científicos anteriormente publicados em periódicos acadêmicos, incluindo o Caderno de Iniciação à Pesquisa da Univille. Busca-se, com isso, dar visibilidade a essa produção científica, especialmente à produção dos estudantes de cursos de graduação da Univille. Um segundo conjunto de textos, ainda não publicados, resulta de experiências na curricularização da extensão universitária com a comunidade na área da saúde quilombola.

O capítulo **“Extensão universitária em uma comunidade quilombola: diálogos interculturais para uma educação antirracista e decolonial”** busca problematizar os desafios de promover uma educação antirracista e decolonial, tendo como referência as travessias de saberes, em via de mão dupla, entre a universidade e a comunidade em que ela está inserida. São destacadas diversas ações do projeto com a comunidade Beco do Caminho Curto, as quais visaram à curricularização da extensão em cursos de graduação, de modo a contribuir para a decolonização dos currículos acadêmicos.

O capítulo **“Comunidade quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico”** reflete sobre as narrativas analisadas com base em pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas orais com pessoas da comunidade Beco do Caminho Curto. O foco de análise é a compreensão de aspectos que compõem o processo de constituição social da comunidade diante do preconceito sofrido e de tensões vividas ao longo da história.

As reflexões feitas no capítulo **“Saúde em situação de vulnerabilidade em uma comunidade periférica no sul do Brasil”** objetivam identificar os principais tipos de violência que acometem as mulheres de uma comunidade periférica, e como está organizada a rede de atenção para atendê-las. Verifica-se que a violência psicológica se mostra predominante, seguida da violência física, que coexiste no cenário intrafamiliar. Entende-se que há uma necessidade de melhoria na comunicação, sendo primordial desenvolver estratégias para a prevenção e a garantia de atendimento a essas mulheres.

As pesquisas que resultaram no capítulo **“Tensões entre narrativa e história oficial: o caso do Beco do Caminho Curto”** procuram explicar os contrapontos e conflitos em relação à idealização e construção da narrativa histórica de Joinville acerca das vertentes históricas que contemplam a historicidade da escravidão e de remanescentes quilombolas na cidade. Com base em pesquisa documental realizada no Arquivo Histórico de Joinville e em pesquisas bibliográficas, foram elencados diferentes discursos do período entre 1950 e 2004. Esses documentos descrevem fatos e posicionamentos

de diferentes pessoas e entidades que, por vezes, defendiam a construção de narrativas de apagamento quanto a origens negras e quilombolas em Joinville.

O capítulo **“Uma prática interseccional: escuta de mulheres mães pretas de uma comunidade remanescente quilombola do norte catarinense”** refere-se ao resultado da prática de atendimento em grupos por estagiárias de Psicologia a mulheres quilombolas nos anos de 2021 e 2022. O processo, com aproximadamente 30 encontros, mostrou a ausência de políticas públicas efetivas para essas comunidades e demonstrou como a escuta grupal pode ser potente para as mulheres mães e para as psicólogas em formação.

O capítulo **“(Re)enquadramentos do olhar: retratos de lideranças femininas da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto”** tem por objetivo refletir sobre uma experiência fotográfica com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto. Buscando um olhar sensível sobre a vida e a cultura da comunidade, a experiência fotográfica teve ênfase nas lideranças femininas, que desempenham papel fundamental na preservação da cultura quilombola, na luta por seus direitos e na preocupação de perpetuar a importância do seu povo às próximas gerações. Trata-se de uma abordagem participativa e etnográfica, fundamentada na pesquisa preliminar sobre a história e a cultura quilombola, com foco nas contribuições das mulheres quilombolas, registrando suas histórias pessoais e experiências de liderança e luta.

No capítulo **“O impacto do racismo na permanência e desempenho escolar de populações negras na educação formal: um estudo da educação de jovens e adultos da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto”**, são abordadas as causas históricas do racismo estrutural, bem como sua ligação com a disparidade entre negros e brancos que concluem o ensino médio. Também foi analisado um conjunto de dados provenientes da aplicação de questionários com 12 estudantes do EJA – Educação Escolar Quilombola, envolvendo moradores do entorno e da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Os dados analisados indicam a necessidade de políticas públicas que, efetivamente, valorizem uma educação de qualidade, levando em

conta diferenças culturais e subjetividades dos educandos em sua realidade social.

Já o capítulo **“Políticas públicas para comunidades reconhecidas quilombolas no Brasil: uma revisão até 2016”** visa identificar as políticas públicas para comunidades reconhecidas quilombolas no Brasil no período posterior à Constituição de 1988 até 2016. Apesar de a política de reconhecimento das comunidades quilombolas e titulação de seus territórios estar positivada na Constituição, sua aplicação se dá com muita morosidade e dificuldade. Tais políticas e ações não se concretizam de fato na maioria das comunidades quilombolas em consequência, entre outras coisas, do fato de a maioria não possuir a regularização fundiária, o que dificulta e limita o acesso a serviços essenciais e o alcance de condições adequadas de vida.

Referindo-se, também, à não efetivação da garantia de direitos constitucionais, o capítulo **“Comunidade quilombola Beco do Caminho Curto: as implicações na demora da regularização fundiária”** busca fazer análise processual do reconhecimento quilombola e compreender quais implicações resultam na demora da regularização fundiária das terras por eles habitadas, em especial as terras referentes à comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Embora a regularização seja composta por seis principais etapas, a demora entre uma etapa e outra faz com que o processo perdure por anos, sendo prejudicial, pois, enquanto não tituladas as terras, as comunidades que nelas habitam restam prejudicadas em diversos aspectos de sua dignidade humana.

No capítulo **“Caminhos para a cidadania em comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e região: a importância da comunicação nos processos de engajamento e disseminação das informações”** investiga-se a contribuição das mídias sociais como estratégias de comunicação e informação para pessoas da região referente à comunidade Beco do Caminho Curto. As mídias sociais, como o Facebook e o Instagram, reúnem uma quantidade cada vez maior de funções que permitem às pessoas interagirem de várias maneiras e oferecem uma série de recursos que podem ser usados para divulgar ações, informações e serviços ou promover uma conexão de relacionamento, contribuindo para estratégias de comunicação social cidadã e de engajamento.

O capítulo **“A curricularização da extensão no curso de Direito da Univille – Joinville (SC): uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão”** tem por objetivo socializar a experiência da curricularização da extensão, refletindo sobre a importância do acesso de acadêmicos de Direito ao entorno da universidade, incitando-os a compreender, de forma humana e social, as condições em que atuarão após sua formação. Provocados a conhecer a realidade por meio da curricularização da extensão, as teorias tornam-se palpáveis, sendo sua aplicabilidade discutida com base na experiência dos estudantes, de forma a desenvolver competências socioemocionais, sobretudo a empatia e a alteridade.

Já o capítulo **“A contribuição da extensão universitária para uma educação cidadã em tempos de pandemia: a importância do reforço escolar para crianças e adolescentes da comunidade Caminho Curto”** é resultado de uma vivência de extensão universitária. No ano de 2019, o projeto passou a estimular crianças e adolescentes da comunidade a conhecerem o espaço universitário e a participarem de reforços escolares. Em 2020 e parte de 2021, em decorrência da pandemia de SARS-CoV-2, o projeto precisou cancelar tais atividades, retomando-as em outubro de 2021. Sob a monitoria de acadêmicos de diversos cursos de graduação, promoveram-se atividades educativas e colaborativas a fim de ajudar a superar as perdas ocorridas com o isolamento social, com a ausência física da escola e com os processos de luto e tristeza decorridos da pandemia.

Esta obra reúne, também, três capítulos ainda inéditos, resultantes da experiência da curricularização da extensão em 2024, na área da saúde e do bem-estar.

O capítulo **“Intervenção em saúde e educação infantil: ações preventivas na comunidade quilombola Beco do Caminho Curto”** discute o fato de que comunidades quilombolas representam um grupo social historicamente marginalizado, o qual enfrenta desafios para acessar serviços básicos, como saúde e educação. As crianças quilombolas são particularmente vulneráveis por conta de fatores como saneamento inadequado e barreiras no acesso à Atenção Primária à Saúde (APS). A experiência teve como objetivo promover a saúde infantil e a prevenção ao abuso sexual por meio de uma intervenção educativa. Foram desenvolvidas dinâmicas

como “Semáforo do toque”, que ensina crianças a diferenciar contatos físicos seguros e inadequados, e “Torta na cara”, utilizada para reforçar conceitos de higiene pessoal.

O capítulo **“Uma luz para a autonomia: conexão de saberes por meio de uma oficina de velas para mulheres quilombolas”** reflete sobre como a curricularização da extensão universitária tem se consolidado como um eixo essencial na formação acadêmica, promovendo a interação entre universidade e comunidade. Após o diagnóstico construído com as mulheres da comunidade, a capacitação desenvolvida objetivou fortalecer a autonomia financeira por meio de uma oficina de fabricação de velas. O treinamento incluiu desde o manuseio da parafina até a personalização dos produtos, permitindo às participantes desenvolverem habilidades que poderiam ser convertidas em uma fonte de renda alternativa.

Já o capítulo **“Superando barreiras socioculturais: estratégias para inserção do público masculino em práticas de saúde comunitária”** analisa a experiência da participação do público masculino da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto nas ações de promoção à saúde, por meio de intervenção educativa aliada à prática esportiva. O diagnóstico inicial evidenciou uma adesão limitada dos adolescentes e homens adultos às atividades comunitárias, resultante de construções socioculturais que reforçam padrões de masculinidade e restringem sua participação em ações para o cuidado com a saúde. A metodologia adotada incluiu escuta ativa, planejamento colaborativo e a execução de uma intervenção lúdica denominada “futebol de sabão”, associada a uma gincana educativa sobre higiene pessoal. A intervenção obteve ampla adesão dos adolescentes e despertou o interesse dos homens adultos, que acompanharam a atividade e demonstraram maior abertura para futuras iniciativas.

Apresentados os capítulos, reforçamos que o ensino, a pesquisa e a extensão são os pilares fundamentais que sustentam as ações da universidade no contexto em que está inserida. O ensino e a aprendizagem nos cursos de graduação e de pós-graduação necessitam contemplar tais aspectos, de maneira indissociável. Nesse sentido, a coletânea proposta pode contribuir

para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão fundamentadas em perspectivas teórico-políticas críticas ao colonialismo e à colonialidade. Pautar o tema dos direitos humanos com foco no enfrentamento ao racismo na atualidade é de extrema urgência. A perspectiva de um “aquilombamento” da universidade e seus currículos mostra-se potente na promoção de uma educação antirracista e decolonial. Esta obra poderá ser trabalhada nos cursos de graduação, incidindo na realização de ações de ensino e aprendizagem em diferentes componentes curriculares, atividades de pesquisa de campo e interações com comunidades nos temas que dizem respeito à história das populações afro-brasileiras, à cidadania, à saúde e à cultura local. Além disso, os textos da coletânea podem ser utilizados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Univille, principalmente nos PPGs de Patrimônio Cultural e Sociedade, Educação e Comunicação e Mediações Contemporâneas.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL¹

Diego Finder Machado²

Sirlei de Souza³

INTRODUÇÃO

Em uma manhã de sábado, durante a Feira do Livro de Joinville de 2023, houve um bate papo entre a portuguesa Maria Inês Almeida e o brasileiro Lázaro Ramos, envolvendo relatos de suas experiências de escrita de livros voltados a adolescentes. A presença de Lázaro Ramos, que, além de escritor, é um famoso ator e diretor de teatro e cinema, atraiu grande público ao evento nessa cidade catarinense, uma audiência interessada em vê-lo de perto e, talvez, conseguir seu autógrafo. Após o bate papo, a palavra foi aberta à plateia. Nesse momento, uma pergunta inesperada comoveu o público presente, que foi levado a manifestar empatia e compaixão. Uma menina negra chamada Júlia, de apenas 11 anos de idade, perguntou a Lázaro Ramos se ele, ao longo de sua vida, já havia sido vítima de racismo. Certamente ela já imaginava a resposta, considerando que viu no artista a representatividade de sua própria cor de pele. Ao expor sua voz, porém, ela expressou em público a dor que sentia. A resposta foi acolhedora, como era de se esperar de um artista engajado na luta antirracista e que procura estabelecer diálogos com

¹ Publicado em: MACHADO, D. F.; SOUZA, S. Extensão universitária em uma comunidade quilombola: diálogos interculturais para uma educação antirracista e decolonial. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 6, p. 131-160, 2024.

² Professor adjunto da Universidade da Região de Joinville (Univille), nos cursos de graduação em História, Artes Visuais e Direito. Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/6892446255271065. Email: diego.f@univille.br.

³ Professora adjunta da Univille, nos cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Naturologia e História. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958226369659395>. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

crianças e adolescentes. A plateia, por sua vez, sentiu-se comovida pela reação corporal da menina que, após fazer a pergunta, caiu em prantos. Aqueles que presenciaram o acontecido tiveram que, em silêncio, refletir sobre o fato de que uma menina muito jovem já está forçada a carregar o pesado fardo das dores de uma vida negra em uma sociedade que foi estruturada no racismo. Mulheres negras que estavam no local e assistiam ao bate papo dos escritores acolheram a menina e tentaram consolá-la, dizendo-lhe que o racismo deveria ser encarado como problema dos racistas e não dela, uma de suas vítimas. A iniciativa trouxe conforto, ainda que aquelas mulheres tivessem ciência de que suas palavras não poderiam aliviar por inteiro a dor compartilhada naquele instante.

Ao identificar-se com Lázaro Ramos, Júlia disse que, embora moradora de Joinville, havia nascido em Sergipe. Além disso, marcou outra inscrição social, a de integrar a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto. Ou seja, em uma cidade do sul do Brasil, ela, em um só tempo, posicionou-se como uma menina negra, nordestina e quilombola. Vale explicar que, naquela manhã, como uma ação de um projeto de ensino, pesquisa e extensão da Universidade da Região de Joinville (Univille), um grupo de crianças, adolescentes e adultos da comunidade quilombola foi visitar a Feira do Livro de Joinville, com a intenção de conhecer Lázaro Ramos e adquirir livros, com apoio de parceiros do projeto.

Em uma cidade em que discursos oficiais apontam um passado de imigração europeia no século XIX, imigração majoritariamente germânica (às vezes referida como uma espécie de DNA alemão da cidade), a presença negra e quilombola no passado e no presente ainda é uma questão silenciada e pouco conhecida da população local. Trata-se de uma presença que perturba a imagem de cidade europeia que, narcisisticamente, ainda é reproduzida. Não raro, para pessoas que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, uma identificação como comunidade quilombola faz com que sejam vistos não como resistentes a uma colonialidade que persiste no presente, mas, de modo muito simplista, como oriundos da escravização de pessoas no passado, o que amplifica os efeitos do racismo. Assim, ao refletir sobre relações extensionistas entre a universidade e essa comunidade remanescente quilombola, mostra-se fundamental e

urgente o desafio de construir e promover diálogos interculturais e interdisciplinares para uma educação antirracista e decolonial. Isto é, faz-se necessário aquilombar a universidade, promovendo travessias de saberes e aproximando as demandas da comunidade ao ensino e à pesquisa desenvolvida no âmbito universitário.

Neste artigo, discutimos os caminhos tomados por um projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto pela Univille, instituição comunitária situada na região nordeste de Santa Catarina. O projeto, que teve início em 2018, está em sua terceira edição e conta com o financiamento da própria universidade e com o trabalho conjunto de professores e estudantes que atuam em diversos cursos de graduação e pós-graduação⁴. Busca-se, então, problematizar os desafios de promover uma educação antirracista e decolonial, tendo por base as travessias de saberes, em via de mão dupla, entre a universidade e a comunidade em que ela está inserida. Acreditamos que, por meio das ações promovidas por esse projeto, em interface com o desafio assumido pela universidade de curricularização da extensão, estamos, gradativamente, aquilombando o nosso modo de encarar a realidade. Isso resulta em uma decolonização de currículos acadêmicos de diferentes cursos de graduação e pós-graduação, assim como na realização de pesquisas críticas ao racismo e à persistente força da colonialidade no Brasil.

O projeto partiu da premissa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal indissociabilidade, em que o ensino é alimentado pela pesquisa e desafiado a vivenciar na prática seus conteúdos e, também, no qual o território da ação extensionista é afetado por disputas políticas, impulsiona a aproximação intensa com atores sociais, políticos e culturais de movimentos sociais de dentro da universidade e da comunidade externa. Além disso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desse projeto têm fortalecido a participação e colaboração comunitária, bem como a socialização e a troca de conhecimentos entre todos os envolvidos. Nessa perspectiva, temos buscado promover travessias e intercrucamentos de saberes

⁴ A respeito das ações do projeto, destacamos a publicação do *ebook* “Quilombolas: um olhar sobre as populações afrodescendentes em Joinville (SC) e região”, organizado pelos professores Sirlei de Souza, Jonathan Prateat e Tales Vicenzi (Souza et al., 2021a).

produzidos na universidade e na comunidade a fim de contribuir para a efetivação de um mundo melhor, com garantias de qualidade de vida.

Quanto à metodologia de trabalho, defendemos que, na universidade, faz-se necessário promover o ensino com pesquisa e o ensino para a pesquisa, na busca por formar novos pesquisadores. Ainda que sejam interdisciplinares, as ações de pesquisa do projeto pautam-se na compreensão da história das populações negras em Joinville, sobretudo tentando conectar os vestígios do passado e do presente da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Acreditamos na pesquisa histórica como forma de retirar do encobrimento passados de grupos que, no tempo presente, reivindicam seus direitos à terra, à cultura, à memória, à identidade e ao patrimônio cultural.

Um outro princípio no qual nos pautamos no projeto é o de que é preciso articular as ações de pesquisa à extensão universitária. Assim, buscamos nos afastar daquilo que Santos (2020) chama de “metodologias extrativistas”, isto é, metodologias que transformam as comunidades em objetos de estudo, visando explorar seus saberes e fazeres sem promover qualquer tipo de retorno do que foi produzido no universo acadêmico. Pesquisadores que exploram de maneira extrativista as comunidades colocam-se na postura arrogante, que desvaloriza e inferioriza os saberes de outros, vistos sempre na condição de objetos do saber e nunca como os sujeitos da pesquisa. Desse modo, buscamos desenvolver o que Santos (2020) chama de “metodologias não extrativistas”, construídas no diálogo contínuo com a comunidade pesquisada, partindo da disposição para a troca de saberes e traduções interculturais. Assim, primou-se pelo reconhecimento de saberes comunitários e pela necessidade da pesquisa extensionista, em que a indispensável restituição dos conhecimentos produzidos se mostre não como um meio, mas como um fim do trabalho desenvolvido.

VIDAS QUE IMPORTAM: A COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO

Em um pequeno território, situado entre uma paisagem rural de pastagens e roçados e uma paisagem urbana voltada a pessoas com alto poder aquisitivo que habitam condomínios residenciais fechados, cortadas por uma via de tráfego rápido, vive a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto⁵. Conforme dados levantados em 2023, na comunidade convivem em torno de 40 núcleos familiares e 180 pessoas, das quais 85 são crianças e jovens entre zero e 18 anos de idade. É um lugar atravessado por problemas estruturais graves, em que o sofrimento do racismo e da desigualdade social marcam os corpos e as histórias de sujeitos que lá vivem. Por muitos anos, a historiografia silenciou ou, até mesmo, negou a existência de um passado e um presente quilombola em Joinville. As pesquisas indicam que o surgimento da comunidade Beco do Caminho Curto remonta a tempos em que, no Brasil, pessoas de origem africana foram escravizadas. Atualmente, na comunidade convivem três gerações de, ao menos, quatro distintos troncos familiares. Não há mais lá uma única liderança, pois a vida comunitária é gestada e gerida por mulheres, líderes indicadas pelos núcleos familiares. Buscando mediar os conflitos e promover solidariedade, elas persistem em manter unida e ativa a comunidade, na compreensão de que viver juntos exige trabalho coletivo e colaborativo. Juntas, elas lutam por direitos e por um futuro melhor ao bem comum da comunidade.

Em maio de 2019, a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto recebeu certificação da Fundação Cultural Palmares⁶. O reconhecimento causou estranhamento a autoridades municipais e à população em geral. Afinal, Joinville não é uma cidade

⁵ O território reconhecido da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto fica situado na Estrada Fazenda, no distrito de Pirabeiraba, em Joinville, Santa Catarina.

⁶ A discussão com a comunidade promovida pelo movimento negro e por lideranças da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina teve início em 2009. Já o pedido de certificação foi feito em 2013, ao passo que o reconhecimento da comunidade aconteceu apenas em 2019. Com o contato feito pela Univille, a Defensoria Pública teve participação decisiva no processo, por meio do defensor regional de direitos humanos de Santa Catarina, o qual, após notificar a Fundação Cultural Palmares, conseguiu destravar o processo e auxiliar as lideranças locais no envio dos documentos que faltavam para o reconhecimento oficial.

predominantemente formada pela colonização europeia de origem germânica? Esse processo colonizador, ocorrido na metade do século XIX, não tinha por princípio a proibição da escravização de pessoas?⁷ Questões como essas, mesmo depois do reconhecimento oficial da comunidade, ainda permeiam discussões na cidade. É relevante destacar que, na região, outras quatro comunidades quilombolas foram certificadas no período entre maio de 2019 e janeiro de 2020⁸.

Outro ponto a ser considerado é o impacto do reconhecimento oficial na vida da própria comunidade (Souza *et al.*, 2021b). A distância de tempo entre o início das discussões e a consolidação do processo de certificação, período de quase dez anos, criou uma lacuna e um vazio de debates entre os membros da comunidade. Também, um certo desconhecimento da própria história e de seus enraizamentos ancestrais, junto à negação, no senso comum, da existência de populações negras no passado e presente de Joinville, levou-os a identificarem-se tão somente como uma comunidade de sujeitos negros, pobres e periféricos. Sentimentos de identificação como comunidade quilombola e de reconhecimento do próprio valor como pessoas negras estão sendo vivenciados, elaborados e, paulatinamente, incorporados. Tal processo, conforme depoimentos ouvidos em rodas de conversa, tem transitado entre, por um lado, as dores de violências sofridas pelos efeitos devastadores do racismo que estrutura o cotidiano vivido no Brasil (Almeida, 2019) e, por outro, o fortalecimento gradual de uma cidadania quilombola.

⁷ As narrativas oficiais a respeito da história da cidade de Joinville partem da antiga Colônia Dona Francisca e afirmam que o marco de sua fundação é o dia 9 de março de 1851, quando aportaram na região imigrantes de origem europeia, sobretudo de origem germânica e helvética, para dar início ao empreendimento colonizador gerido pela Companhia Colonizadora de Hamburgo. Para a legislação imperial brasileira, as colônias de imigração formadas no século XIX não poderiam se valer do uso de mão de obra escravizada (Ficker, 2008; Herkenhoff, 1987; Ternes, 1986).

⁸ As comunidades são: Ribeirão do Cubatão, também em Joinville; Itapocu e Areias Pequenas, em Araquari; e Tapera, em São Francisco do Sul. Ver dados da Fundação Cultural Palmares, disponíveis em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-05-02-2021.pdf>.

A comunidade tem conseguido, desde 2016, mobilizar diversos atores e instituições sociais e políticas⁹, que vêm contribuindo de modo significativo para a melhoria da qualidade de vida por meio de ações estruturais ligadas à saúde, ao saneamento e à educação. Persiste, ainda, uma ausência do Estado em políticas efetivas de garantia de direitos. Ressalta-se, contudo, que a certificação oficial da comunidade por meio da Fundação Cultural Palmares levou a algumas conquistas – sobretudo durante o período em que durou a pandemia de covid-19 – fundamentais à sobrevivência das pessoas. Entre tais ações, destacam-se o reconhecimento como população vulnerável e o direito de receber vacina contra a covid-19 já no início do processo de vacinação iniciado em 2021. Também vale ressaltar o cadastro de famílias quilombolas no CADÚnico, ação essa que vem assegurando acessos importantes a benefícios financeiros, assistência dirigida a situações de insegurança alimentar, além do acesso de jovens e adultos à educação básica.

Compreender o passado e o presente dessa comunidade remanescente quilombola e, assim, reabrir as interpretações da história de Joinville, perpassa o reconhecimento do passado escravista da cidade, algo ainda pouco estudado. Segundo Leite (2008, p. 967), a colonização europeia do sul do Brasil “atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas”. Santa Catarina foi inserida nesse processo, de forma a participar do “intuito de tornar o País ‘racialmente mais branco’” (Leite, 2008, p. 967). Havia o interesse das elites sociais e políticas no povoamento do território por pessoas consideradas “racialmente superiores”, especialmente no sul do país. Com o apoio à vinda de imigrantes para o Brasil, houve o reforço de “um tipo de fronteira étnica ‘especular’ em relação às teorias raciais importadas da Europa ou recriadas no Brasil” (Leite, 2008, p. 967), naturalizando, em bases biológicas, as desigualdades e segregando populações negras.

⁹ Entre eles, a Univille, a Universidade do Estado de Santa Catarina, o Grupo de Voluntários da Companhia Águas de Joinville, o Movimento Negro Maria Laura, o Coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville e o movimento Engenheiros Sem Fronteiras. Esses apoios vêm possibilitando pesquisas e projetos, bem como uma maior visibilidade à comunidade.

A história da cidade de Joinville é marcada pela insistência em reafirmar uma identificação sociocultural europeia, de origem germânica. Tal identificação foi reivindicada pelas próprias famílias que imigraram e se tornaram importantes na vida econômica e social da cidade, responsáveis por preservar e transmitir heranças de sua origem europeia, sobretudo no contexto posterior à chamada campanha de nacionalização do governo de Getúlio Vargas (Santos, 2013). Construiu-se, assim, um discurso que invisibilizou a história da população negra, negligenciando e deslegitimando a importância da presença afro-brasileira na construção e no desenvolvimento da cidade.

Essa história tem sido revisitada e reaberta ao longo das últimas décadas, combinando mudanças no campo historiográfico e avanços conquistados pelas reivindicações de movimentos sociais na luta por reconhecimento de memórias afro-brasileiras na cidade. As pesquisas reproblematisaram fontes já conhecidas e localizaram novos indícios que contribuíram para reabrir as interpretações do passado e reescrever a história local. Desde a década de 1990, alguns estudos trouxeram à cena sujeitos negros, tanto no período anterior ao momento em que aportaram na região os primeiros imigrantes europeus com destino à Colônia Dona Francisca, como em suas histórias cruzadas às de outros grupos étnico-culturais com quem conviveram desde 9 de março de 1851.

Guedes (2007), com o objetivo de compreender a história da presença de pessoas escravizadas no período da fundação oficial da cidade, realizou um estudo baseado em registros feitos pelas igrejas, como de batismo e de óbitos, assim como cartas de sesmarias e inventários *post mortem*. Ao analisar registros de dados populacionais da antiga Colônia Dona Francisca no século XIX e início do XX, ela percebeu que “a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada” (Guedes, 2007, p. 6). Nos dados eclesiásticos, em que era inferida a quantidade de escravos de cada família, notava-se que essa população ficava fora das estatísticas. Concluiu, assim, que a presença de escravizados na colônia de imigrantes era numericamente significativa à época. Inclusive, ao constatar em documentos pesquisados a recorrência da prática da escravidão por aluguel na colônia, ela sugeriu que

famílias de imigrantes podem ter burlado as proibições e contado com trabalho de escravos alugados de seus senhores de origem luso-brasileira.

Em seus estudos sobre a história do trabalho em Joinville, Cunha (2008, p. 109) utiliza as palavras “esquecimento” e “menosprezo” para caracterizar o olhar da historiografia local sobre a presença negra, ressaltando que

era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos.

A intenção da direção da colônia era destacar a liderança de imigrantes germânicos no progresso dessa região, apagando o processo de desenvolvimento de núcleos familiares negros. Segundo o autor, “não interessava igualmente aos senhores o nascimento de filhos entre os escravos, pois além de não serem necessários em um sistema de pequena produção, causariam grandes despesas” (Cunha, 2008, p. 115). Essa posição dificultou a formação de novas famílias negras na sociedade da época. Em sua obra, Cunha (2008) também narrou casos em que se pode comprovar o recurso à mão de obra escrava por imigrantes da antiga Colônia Dona Francisca. Como afirmou, “esses casos desfazem o mito de que nenhum imigrante germânico da colônia possuía escravos ou de que a prática de escravidão restringiu-se às famílias luso-brasileiras da região” (Cunha, 2008, p. 113).

Como se pode perceber, a historiografia local, ao pesquisar percursos de pessoas afro-brasileiras na antiga Colônia Dona Francisca, buscou dar a ver o passado escravista de uma cidade orgulhosa de não ter sido maculada por tal atrocidade. Embora atentos às demandas do presente e com vistas a desvelar histórias encobertas, tais historiadores enfatizaram, em geral, indícios capazes de acionar memórias de dolorosa recordação. Uma exceção é o trabalho de Silva (2004), que, embora aborde a escravidão de negros na região, especificamente entre os anos de 1845 e 1888, propõe outro enfoque sobre o cotidiano vivido em situação de cativo, chamando a atenção para táticas de sobrevivência. Por meio de

fontes demográficas, como registros de batismo e de inventários *post mortem*, suas investigações mostraram uma complexa rede de relações de compadrio, o que deu visibilidade a composições familiares e sociabilidades entre escravizados. Para a autora, “a prática do compadrio muito provavelmente significou um meio de ampliação dos laços de proteção e de ajuda mútua”. Em algumas situações, “o compadrio forjou e facilitou a composição de um tecido de relações, uma rede de longo alcance, um espaço em que transitavam escravos, libertos e homens livres” (Silva, 2004, p. 111).

No processo de invenção de uma etnicidade afro-brasileira em Joinville, a partir do início do século XXI, teve importância a atuação de historiadores na publicização de vestígios do passado que colocaram à prova algumas narrativas históricas consolidadas na cidade. Grupos sociais que, no presente, reivindicam direitos à história e à memória dos negros em Joinville conseguiram estabelecer laços de ancestralidade na cidade, laços com homens e mulheres que viveram na região antes da chegada dos imigrantes germânicos. Ao falar de “eticidade” e não de “grupo étnico”, assumimos uma concepção interacionista em relação a processos de elaboração de identidades e identificações étnicas. Ao contrário de uma concepção primordialista, a qual supõe que o sentimento de pertença a um grupo étnico se deve a qualidades inerentes ao grupo – qualidades adquiridas desde o nascimento –, a concepção interacionista busca compreender processos contínuos de diferenciação entre os membros do grupo e seus outros, cindidos por fronteiras simbólicas mais ou menos permeáveis. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 141),

a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores.

No trabalho extensionista da Univille com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, percebeu-se que a maioria dos sujeitos que lá vivem desconhecia o significado histórico e social associado ao termo quilombola, ou não o compreendia em sua força simbólica. Notou-se, inclusive, a resistência em serem identificados e

se identificarem como sujeitos cujos antepassados foram escravizados. Isso se deve a dinâmicas psicossociais que forçam pessoas negras a encobrir em público a própria negritude (Nunes, 2010). Tal processo, que Hasenbalg (2005) chama de “branqueamento social”, relaciona-se à busca por um *status* social elevado no mundo de brancos ou, ao menos, pela possibilidade de passar despercebido aos olhares dos opressores.

Em uma sociedade que estabeleceu a branquidade como padrão social, cultural e estético, as populações negras foram minorizadas e vistas como menos capazes, menos bonitas e, até mesmo, menos humanas. Segundo Bento (2002, p. 3), desse ideal de branquidade decorre o

investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

Muitas vezes, a culpa pela escravidão, pela pobreza e pela segregação foi atribuída ao povo negro e não aos brancos, que, em geral, buscam se alienar de debates sobre racismo.

Por conta da persistência da vulnerabilidade socioeconômica da população negra brasileira, houve grande mobilização do movimento social negro em 1987 na Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Leite (2008, p. 969), no processo buscou-se afirmar as ideias de “reparação, da abolição como ‘um processo inacabado’ e da ‘dívida’, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma”. Ainda hoje permanece o desafio de efetivar políticas públicas previstas na Constituição Federal de 1988, a exemplo do reconhecimento e da certificação de comunidades remanescentes quilombolas. A efetivação do reconhecimento pode se dar por dois percursos entrecruzados: pela apresentação de indícios da existência histórica de um antigo quilombo em terras a serem demarcadas e/ou pela autodeclaração e autoidentificação de quem habita o território reivindicado como quilombola. Tal processo, no entanto, mostra-se um caminho complexo e com obstáculos a se superar.

As comunidades quilombolas, às vezes por falta de referência a memórias de resistência, não se identificam facilmente com o termo quilombola, mesmo após a certificação pela Fundação Cultural Palmares. Algumas comunidades, como a Beco do Caminho Curto, sentem-se incomodadas com o termo. A pergunta a fazer é: uma vez reconhecida como comunidade quilombola, ainda se faz necessário discutir autorreconhecimento e identidade étnica? Para as pessoas da comunidade Beco do Caminho Curto, possivelmente a atribuição de uma identificação quilombola pode servir à afirmação de sua negritude.

É importante considerar, segundo Almeida (2014, p. 39), que “a identidade étnica é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir, negar ou negociar essa imagem”. Trata-se, então, de uma narrativa de si construída por um grupo em um processo de negociação de multifacetadas formas de identificação sociocultural. Segundo Hall (2013, p. 119), a construção e reconstrução de identidades culturais envolve a ação de “produzir no futuro uma versão do passado”, pois, para ele, as identidades estão sempre coladas a narrativas, a “histórias que as culturas contam a si mesmas sobre quem são e de onde vieram”. Embora busquem no passado as “raízes” a plantar no solo do presente, os defensores de identidades culturais engajam-se na garantia de um futuro ao passado. Segundo o autor, porém, “a identidade nunca está no passado, esperando ser encontrada, mas no futuro, esperando ser construída” (Hall, 2013, p. 131).

“Quilombola” é uma palavra recente no vocabulário das pessoas que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, o que explica as constantes mudanças em seus sentidos àqueles que passaram a ser assim denominados. No percurso de construção de futuros possíveis, essa comunidade passou a se valer do termo quilombola para valorizar sua própria história e lutar por direitos ainda negados. Sem dúvida, essa palavra fez-se indispensável no percurso de reconhecimento, com a burocracia estatal, do uso tradicional de um território habitado há muito tempo pela comunidade. Para fazer frente à especulação imobiliária que ocorre na região, com a edificação de muros para demarcar condomínios residenciais de alto padrão, assumir a identificação quilombola foi fundamental para garantir a permanência nas terras herdadas de antepassados.

Porém, o reconhecimento da palavra quilombola como um trunfo a ser utilizado na luta por direitos e contra o racismo e a exclusão social foi fruto de numerosos momentos de diálogo entre moradores da comunidade, diálogos promovidos por mulheres que assumiram o protagonismo desse processo. Como uma parceira importante, nos últimos cinco anos a Univille tem se envolvido em alguns desses diálogos, mobilizando apoios necessários para a efetivação de direitos e para a vivência de uma cidadania quilombola na comunidade. Tal aproximação foi possível com o desenvolvimento de diversas ações de extensão universitária, nas quais houve travessias de saberes entre a comunidade e a universidade, visando imaginar, em colaboração e interação, maneiras eficazes de transformar o mundo em que se vive.

CAMINHOS DA CIDADANIA: AÇÕES DE UM PROJETO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Na história da educação no Brasil, a extensão universitária, tal como hoje a concebemos, emergiu como tema relevante no processo de redemocratização e abertura política vivido na década de 1980. Foi nesse contexto que a extensão passou a ser vista em relação indissociável ao ensino e à pesquisa acadêmica e, também, como meio pelo qual a universidade pode cumprir sua função social. Conforme Nogueira (2001), antes disso, a extensão praticada no Brasil se resumia ao oferecimento de cursos e conferências, bem como à prestação de serviços, desarticulados das demais atividades acadêmicas. Uma exceção foi a extensão praticada por estudantes vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 1960, que, sem ligação com instituição universitária, buscou promover o envolvimento na vida social de comunidades carentes e oportunizar troca de experiências. Para a autora, um marco relevante na ressignificação das políticas de extensão universitária foi a criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas. O conceito de extensão do Fórum “rompe com a visão da Extensão como atividade secundária na vida acadêmica, realizada de maneira isolada do Ensino e da Pesquisa, de forma assistencialista” (Nogueira, 2001, p. 68). Uma nova concepção de extensão universitária começou a ser gestada, tendo por princípio

a interação de saberes. De acordo com Nogueira (2001, p. 69), “a relação com a sociedade é necessária e indispensável, pois com ela se estabelece a troca entre o saber acadêmico e o saber popular”.

De um ponto de vista filosófico e pedagógico, o educador Paulo Freire, já em 1968, alertou para o problema de utilizar a palavra “extensão” na concepção de uma educação emancipadora. Na visão dele, “a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a ‘outra parte do mundo’, considerada inferior, para, à sua maneira, ‘normalizá-la’” (Freire, 2022, p. 20). Essa “normalização” do outro, ou, como também poderíamos chamar, essa “colonização” dos outros saberes, parte de uma visão extensionista de mão única, inconciliável com uma educação entendida como prática da liberdade. Para Freire (2022), a ideia de extensão, como em sua época era praticada, visava a uma espécie de “domesticação”. Nas palavras dele, era preciso ter clareza de que “educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta”. Para o autor, a educação como prática de liberdade “é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem”, ou seja, os que “sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais”, ao dialogar com os que “quase sempre, pensam que nada sabem, para estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais” (Freire, 2022, p. 25). Esse ato humanizador implica retirar as comunidades da condição de objetos da extensão, para reconhecê-las como sujeitos das ações de educar e educar-se. Para tanto, o esforço não deveria ser de extensão, mas de promover conscientização, de modo a permitir aos sujeitos envolvidos a apropriação crítica do lugar que ocupam em sociedade no mundo em que vivem.

Em sua obra, em vez de “extensão”, Freire preferiu o termo “comunicação” para se referir a diálogos comunitários, pois, na perspectiva dele, o sujeito “não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos”, o que, para ele, “se dá na comunicação” (Freire, 2022, p. 85). Independentemente do termo adotado, o que Freire nos faz refletir é sobre ações extensionistas de caráter colonialista em que a universidade, como centro de referência em produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, acaba se limitando à função de “levar conhecimentos” a comunidades em

situação de vulnerabilidade social, ou seja, a pessoas de quem se pressupõe nada saber. Em vez disso, o que se busca no país, ao menos desde a reabertura democrática, é o estímulo a práticas de extensão universitária em via de mão dupla, na qual ambas as partes, universidade e comunidade, possam educar e educar-se em meio a diálogos interculturais e interdisciplinares.

Desde 2018, a Univille tem buscado desenvolver ações de extensão com a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Tais ações contemplam, por exemplo, a prevenção de doenças e promoção da saúde, bem como o incentivo à participação cidadã na vida da cidade. Assim, optou-se por trabalhar em ações de educação, promovendo debates, parcerias e articulações com vistas a viabilizar políticas públicas de melhoria da qualidade de vida na comunidade. Exemplo disso foi a implementação do Pró-Jovem Campo, um programa de educação do governo federal voltado a jovens e adultos que necessitam retornar à escola e concluir a educação básica. Em parceria firmada com a Escola Municipal Fritz Benkendorf, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina implantou a educação escolar quilombola para atender a pessoas da comunidade que foram excluídas, na infância, da educação formal. Com isso, aos poucos, tais pessoas têm conquistado o direito de exercer sua autonomia cidadã e, de forma mais preparada, entrar no mercado de trabalho com emprego qualificado. Tal parceria foi articulada e, de certo modo, possibilitada pela relação da universidade com a escola e com gestores da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina responsáveis pelo Pró-Jovem Campo em Joinville¹⁰.

Outra frente importante que o projeto passou a desenvolver a partir de 2019 a pedido da comunidade foi a promoção de ações para reforço escolar e vivências universitárias. A atividade é realizada regularmente com o envolvimento de estudantes bolsistas e voluntários da universidade no acompanhamento de crianças e adolescentes em seus estudos escolares na educação básica.

¹⁰ É fundamental a continuação do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) na comunidade, atualmente intitulado Educação Escolar Quilombola, para a formação de jovens e adultos. Uma conquista importante com a implantação dessa modalidade de ensino foi a comunidade ter saído da estatística de um único jovem/adulto com a formação completa no ensino médio, em 2018, para, em 2023, já contar com 12 jovens/adultos nessa condição. Essa ação tem contribuído para a diminuição de índices de analfabetismo entre os adultos da comunidade.

As crianças e adolescentes, no início do projeto, apresentavam dificuldades de aprendizagem e manifestavam pouco interesse pela escola e por atividades educativas extracurriculares. Para além de aulas de reforço nas disciplinas em que apresentavam dificuldade de aprendizagem, os adolescentes atendidos pelo projeto participaram de debates sobre juventude, saúde, autoestima, relação de pertencimento à comunidade em que vivem, conflitos com o próprio corpo e a própria aparência, preparação para o mundo do trabalho e carreira profissional, entre outros temas.

As ações de reforço escolar têm sido importantes para o bom rendimento das crianças e dos adolescentes no acompanhamento das aulas e nas atividades de avaliação de aprendizagem na escola. Muitos deles têm manifestado, em todas as avaliações de acompanhamento, que a participação nas atividades de reforço escolar lhes permitiu seguir nos estudos e aprender saberes imprescindíveis a si próprios. Essas ações lhes propiciaram vivências no ambiente da Univille, o que lhes deu a perceber possibilidades para, no futuro, seguir percurso formativo em nível superior.

Nos encontros de reforço escolar, as crianças trabalham a ludicidade por meio de contações de histórias, leituras e brincadeiras. Os adolescentes, por sua vez, recebem aulas de reforço focadas em disciplinas nas quais apresentam dificuldades maiores de aprendizado. Dos pontos observados, sobretudo entre adolescentes, mostra-se desafiador à equipe do projeto romper a barreira posta por falas do tipo “não sou capaz de aprender”. Uma questão muito evidente nas relações construídas, sobretudo com as crianças, é a confiança estabelecida entre elas e a equipe de bolsistas e voluntários. No contexto pós-pandemia de covid-19, as dificuldades de aprendizagem, advindas não apenas de questões cognitivas, mas também de situações de vulnerabilidade psicológica e social, demandaram um trabalho ainda mais intenso e continuado de acompanhamento das rotinas escolares das crianças e dos adolescentes.

A Univille parte do princípio de que, pela educação, a comunidade pode romper ou, ao menos, criar fissuras em uma situação de pobreza econômica e invisibilidade sociocultural. Essa realidade, que os afasta de uma cidadania mais participativa, engloba algumas situações de vulnerabilidade, tais como gravidez

na adolescência, exclusão do mercado de trabalho formal, além da convivência com diversas formas de violências. No modo como são vistos pela sociedade local, sofrem o estigma de comunidade pobre e negra. Portanto, acredita-se que, pelo acesso à educação formal e pelo bom rendimento no processo de aprendizagem, muitas dessas crianças e adolescentes terão oportunidade de romper com o estigma que lhes é atribuído e avançar em conquistas pessoais.

Outra ação relevante promovida pelo projeto foi a articulação com órgãos públicos com vistas à regularização da terra e implantação de políticas públicas dirigidas a necessidades daquela população, uma vez que o reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares foi só o primeiro passo para uma cidadania efetiva¹¹. Há ainda muito o que se conquistar em infraestrutura para a qualidade de vida das pessoas da comunidade, o que vem sendo, aos poucos, alcançado com o apoio da Univille em tratativas com órgãos públicos do poder executivo em âmbito municipal.

No desenvolvimento do projeto, percebemos o quanto os estudantes da universidade podem aprender e adquirir experiências em mediação de conflitos, mobilização comunitária e negociação política com as autoridades dos poderes públicos, assim como no planejamento e organização de atividades voltadas ao bem comum. Esse projeto tem contribuído com a experiência da curricularização da extensão universitária em cursos de graduação da Univille¹². Sem dúvida, esse é ainda um desafio novo para as universidades brasileiras, desafio com o qual este projeto está comprometido, de modo a estimular estudantes a experienciarem a vivência de conteúdos de sua formação em diálogo com comunidades externas

¹¹ Tratativas com a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina têm articulado o andamento da regularização da terra (a primeira visita do Incra se deu em 11 de agosto de 2023), bem como a organização da infraestrutura da energia elétrica para garantir segurança para aquelas famílias. Sistemáticamente, as famílias são ameaçadas de despejo pelo poder público e pela especulação imobiliária que ocorre na região. Em relação à energia elétrica, hoje as 40 famílias ali residentes correm risco de acidentes graves causados por curto-circuito.

¹² Conforme a Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, deve-se assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (Brasil, 2014). A Resolução n.º 7, de 18 de dezembro 2018, estabelece, por sua vez, diretrizes para a extensão na educação superior, com a definição de princípios e fundamentos e a indicação de como as instituições de ensino superior devem fomentar a extensão e implementar, em cursos de graduação, sua curricularização (MEC, 2018).

à universidade. Em especial, o projeto contribui para a humanização da formação acadêmica na graduação, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico e a articulação entre saberes teóricos e práticos em face às complexidades da sociedade contemporânea. Assim, o projeto está inserido em diferentes cursos da universidade, como: Direito, História, Enfermagem, Naturologia, Publicidade e Propaganda, entre outros. Tal inserção tem sido fundamental para perceber que conteúdos estudados em diversos componentes de currículos universitários podem ser direcionados, conectados e alimentados com a prática extensionista.

Algumas práticas de curricularização da extensão realizadas nos últimos anos pela universidade merecem destaque. Uma dessas práticas diz respeito à formação de bacharéis em Direito. Partiu-se do princípio de que uma educação jurídica deve se pautar em práticas participativas, colaborativas e humanísticas, colocando o estudante no centro do processo de ensino-aprendizagem a fim de que desenvolva um pensamento crítico para pensar em soluções de problemas da comunidade em que o curso se insere. A metodologia desenvolvida para a ação de curricularização da extensão possui algumas etapas: escolha da comunidade; diagnóstico prévio com informações levantadas em visitas em loco; aplicação de questionários ou pesquisas exploratórios; reflexão e análise; proposição de ação concreta com a comunidade; e, por fim, processo de avaliação com acadêmicos e comunidade envolvida. Na experiência aqui relatada, estudantes do curso de Direito da Univille tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da realidade da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, por meio do projeto desenvolvido em dois componentes curriculares do curso¹³, tendo por referência os conteúdos programáticos que tratavam de questões ligadas à cidadania, aos direitos humanos e aos direitos civis.

O objetivo central dessa ação extensionista foi proporcionar a estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas à empatia, à alteridade, ao pensamento crítico, à colaboração e à solidariedade. A experiência aconteceu no período de forte propagação do ódio e de muito preconceito e racismo no Brasil. Uma

¹³ Teoria Geral do Estado e Ciência Política e Direito Civil I, ministrados no primeiro semestre do curso de Direito, no período letivo de 2022-1.

das atividades consistia em deixar exposto no espaço da universidade um cartaz com a pergunta: O que você gostaria de saber sobre uma comunidade quilombola? Uma resposta representou bem o momento político vivido na época. Um estudante universitário deixou registrada a resposta @arroba, remetendo à expressão usada em tempos passados como métrica para se vender pessoas escravizadas, palavra mencionada no período pelo então presidente do Brasil ao se referir à população negra do país. A partir do ocorrido, o projeto tomou mais força e os estudantes daquela turma passaram a agir de forma mais aguerrida em defesa da comunidade quilombola. Isso demonstrou a importância de trazer à sala de aula a discussão dura da realidade e os pensamentos conservadores e violentos ainda existentes sobre uma população já tão massacrada ao longo da história. Acreditamos que isso possa contribuir para a formação do futuro profissional da carreira jurídica, bem como para o acesso a uma cidadania participativa. Portanto, as ações de curricularização da extensão vêm permitindo a travessia dos muros acadêmicos e a entrada no espaço universitário daqueles que, pela realidade do racismo estrutural, foram afastados. Desse modo, a educação torna-se chave de acesso à justiça e à cidadania.

Ainda em 2019, logo após o reconhecimento oficial pela Fundação Cultural Palmares, uma vivência de extensão desenvolvida pelo curso de História da Univille com a comunidade Beco do Caminho Curto tornou-se referência na construção de identificação e pertencimento dos sujeitos lá residentes enquanto população quilombola. Os estudantes desenvolveram rodas de conversa com as pessoas da comunidade, refletindo sobre as seguintes questões: O que era ser quilombola? O que era mais importante para eles? O que lhes fazia feliz? Foi-se construindo, assim, um quadro de referência de valores importantes que os configurava como comunidade. Após esse diagnóstico e reflexões teóricas, os estudantes propuseram um painel que representasse imagetivamente esses valores, com o qual a comunidade foi presenteada. Até hoje essa representação permanece no galpão de convivência da comunidade e é utilizada como fundo para suas festas, suas fotografias e, ainda, para a identificação de que as representações simbólicas de mães e crianças se abraçando, de brincadeiras ao ar livre e jogos de futebol expressam como vivem e são felizes naquele espaço.

Outra ação que foi desenvolvida por estudantes está ligada à comunicação cidadã em mídias *online* (Facebook e Instagram) e *offline*. A comunicação, tanto em âmbito interno quanto externo à universidade, pode disseminar ações feitas pelo projeto e despertar debates e sensibilizações relacionados à causa da luta antirracista e à defesa de comunidades quilombolas. Visando à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações de comunicação do projeto são dirigidas à construção de conteúdos com diversos temas, como: saúde, história, direito, educação e cultura. Tais conteúdos pautam-se na defesa de uma linguagem da não violência e dos direitos humanos. Nesse processo, o projeto teve a comunicação e o *design* como base para suas ações, pensando na repercussão positiva de conteúdos gerados com embasamento científico, de dados jornalísticos verificados e de experiências da equipe, com vistas a envolver a comunidade interna e externa à universidade na luta antirracista e decolonial.

Importante destacar também que o Projeto recebe inúmeros estudantes que precisam desenvolver atividades comunitárias como retorno do recebimento de bolsas de estudo oferecidas pelo governo de Santa Catarina (Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – Uniedu). As atividades desenvolvidas podem ser em pesquisa ou extensão e devem ser planejadas antecipadamente no diálogo entre estudantes, professores e comunidade envolvida. Destaca-se a experiência desenvolvida por duas alunas do curso de Psicologia da Univille, no subprojeto intitulado “Maternar-se”, em que o objetivo foi criar e manter um grupo psicoterapêutico com mulheres da comunidade. As estudantes desenvolveram a atividade tendo como perspectiva a interseccionalidade entre as questões de classe, gênero, sexualidade e raça. No processo, criou-se um espaço de escuta e construção coletiva de saberes, potencializando um olhar para si por meio da narrativa de suas histórias atravessadas pelas identidades feminina, quilombola e comunitária.

O mais importante do projeto é a possibilidade de construir e manter laços entre estudantes e professores com os sujeitos que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto. Portanto, as pessoas e seus saberes são o principal foco de toda e qualquer ação desenvolvida pelo projeto. A relação entre a universidade e a comunidade tem oportunizado diálogos entre saberes científicos e populares, de modo a permitir que professores e estudantes conheçam e problematizem

a realidade local e pensem, junto com a comunidade, em soluções de problemas na busca por cidadania plena. Compreendemos que a universidade exerce um papel mobilizador para oferecer recursos para melhorar a qualidade de vida de comunidades em situação de vulnerabilidade social e promover um engajamento no exercício da cidadania participativa. As ações do projeto buscam oportunizar a autonomia dos sujeitos que vivem na comunidade Beco do Caminho Curto, para que tenham condições de dar continuidade a suas vidas de maneira digna e independente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

Como mencionado na introdução deste artigo, acreditamos que o projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela Univille com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto tem contribuído, aos poucos, para aquilombar os modos como, do mundo acadêmico, podemos perceber a realidade. Além disso, em razão da curricularização da extensão em vários cursos de graduação, o projeto tem provocado a leitura de outras vivências na cidade em que a universidade está inserida, com vistas à decolonização dos currículos acadêmicos. Novas formas de interpretar o mundo têm entrado nas discussões que atravessam o cotidiano das salas de aula, ao passo que a concepção de educação universitária se expande para além dos muros da instituição. Por meio de diálogos interculturais e interdisciplinares entre professores, estudantes e comunidade quilombola, temos buscado implementar uma educação antirracista e decolonial, atuando para tornar mais vivíveis as vidas de quem, historicamente, foi socialmente excluído pelos estigmas da pobreza e do racismo.

Temos defendido nas ações extensionistas da Univille uma educação que busque desatar criticamente as amarras de nosso presente a uma persistente colonialidade do poder, do saber e do ser (Ballestrin, 2013). A colonialidade se manifesta, ainda hoje, na visão eurocêntrica da sociedade e sua história que relega a papéis coadjuvantes, vitimizados e racializados parte significativa da

população brasileira. Sem uma visão crítica da realidade, não há como enfrentar, no ensino superior, o racismo que estrutura a vida social e, particularmente, a vida no cotidiano das comunidades em que as universidades estão inseridas.

O neologismo decolonialidade tornou-se conceito central ao pensamento crítico na América Latina, diferindo da ideia de descolonização. Para os pensadores ligados ao grupo Modernidade/Colonialidade, formado na década de 1990, descolonização se refere a processos de emancipação política conquistados, muitas vezes em guerras, por povos colonizados no sul global. O fim do colonialismo, porém, não representou o fim daquilo que tais autores conceituaram como colonialidade, ou seja, a lógica global de desumanização que persiste mesmo na ausência de colônias formais. Nesse sentido, a decolonialidade refere-se a lutas contra a colonialidade e contra seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos, o que é considerado o lado sombrio da modernidade ocidental (Ballestrin, 2013; Castro-Gómez, 2021).

Segundo Ballestrin (2013), colonialidade, como parte indissociavelmente constitutiva da modernidade ocidental, reproduz-se em uma tripla dimensão: a colonialidade do poder, pela continuidade das formas coloniais de dominação política e econômica no sul global; a colonialidade do saber, que se manifesta em uma geopolítica do conhecimento que desconsidera saberes produzidos fora do norte global e distantes da ideia eurocêntrica de ciência; e a colonialidade do ser, a perversidade da manutenção de formas racistas de desumanização de um outro não branco. Lutar contra isso significa investir esforços no “giro decolonial”, ou seja, na denunciada colonialidade como elemento constitutivo e obscurecido da modernidade e, também, na luta contra a desumanização de sujeitos e grupos racializados e pelo reconhecimento de uma pluriversidade de culturas e saberes.

No que se refere à educação formal, é possível perceber a longa história de violência epistêmica advinda de um racismo epistêmico que limitou ao mundo europeu a emergência de todo e qualquer conhecimento universalizável. Com isso, as histórias de todo o mundo se manifestaram como versões adaptadas de uma história da Europa, considerada matriz de toda ciência, cultura e civilização. O resto não ocidental desse mundo apenas entrou nos currículos escolares

nos momentos de sua interação forçada e violenta com a presença colonialista da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Por esse motivo, decolonizar os currículos acadêmicos implica, mais do que uma mera inclusão de conteúdos antes ignorados ou silenciados, o enfrentamento de uma lógica eurocêntrica e colonialista que se manifesta na forma como são selecionados e hierarquizados os conhecimentos a serem ensinados (Castro-Gómez, 2021).

Ao passar de uma decolonização do currículo a uma educação decolonial, é fundamental a prática pedagógica engajada na humanização de educadores e educandos, reconhecendo, em processos de ensino e aprendizagem, diferentes vidas que, por importarem, devem fazer parte, o tempo todo, do cotidiano das salas de aula. Afinal, o privilégio às culturas europeias e brancas garante que suas histórias façam parte dos currículos acadêmicos, porém é imprescindível lembrar que tais histórias foram sustentadas, ao longo dos séculos, pelo racismo, pela escravidão e pela exploração colonial de um mundo não europeu e não branco (Andrews, 2023). É preciso, portanto, implementar nas universidades uma educação decolonial que busque, insistentemente, questionar as amarras racistas e coloniais do nosso próprio tempo.

Kilomba (2019), ao refletir sobre a persistência do racismo nas sociedades atuais, fez-se as seguintes perguntas: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? Essas perguntas são relevantes ao se pensar no desafio de implementar uma decolonização curricular e uma educação decolonial. Segundo a autora,

o ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e suas/seus interlocutores/as. Ouvir é, nesse sentido, o ato de autorização em direção à/ao falante. Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida (Kilomba, 2019, p. 42).

Assim, mais do que reivindicar lugares de fala, a postura decolonial deve reivindicar lugares de escuta, ou seja, lugares em que saberes diversos e histórias de vida diferentes possam ser compartilhados com pessoas comprometidas a atravessar fronteiras e promover traduções interculturais. Sem dúvida, a universidade,

ao cumprir com sua missão de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pode transformar-se nesse lugar privilegiado de escuta.

O alerta da autora nos faz refletir sobre quem fala em nome das histórias e culturas afro-brasileiras e quilombolas na universidade. Ao se pautar em uma educação decolonial, as vozes de comunidades quilombolas e de lideranças dos movimentos sociais negros precisam ecoar no espaço acadêmico. Mais que isso, essas vozes precisam ser ouvidas atentamente nos ambientes de educação e pesquisa. Para tanto, ainda há um longo caminho a ser trilhado, caminho iniciado na Univille e que conta com importante contribuição das ações extensionistas realizadas com a comunidade Beco do Caminho Curto nos últimos anos. Aos poucos, e de modo continuado, esse projeto de ensino, pesquisa e extensão vem contribuindo para romper com a lógica colonial e racista da realidade brasileira, sobretudo na região da cidade de Joinville.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa de. A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019, p. 264.

ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império**: como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 ago. 2023. CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Pós-colonialidade explicada às crianças**. Belo Horizonte: Letramento, 2021.

CUNHA, Dilney Fermino. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: Todaleta, 2008.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais** [...]. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 1-9. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_c29dabd918a529d626178c268aa80737.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

HALL, Stuart. Negociando identidades caribeñas. **Crítica y Emancipación: Revista latinoamericana de ciencias sociales**, Buenos Aires, v. 5, n. 10, p. 113-132, jul./dez. 2013.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HERKENHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho**: fragmentos da história de Joinville. Joinville: Fundação Cultural, 1987.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobodó, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 17 dez. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 ago. 2023.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, 2001. p. 57-72.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Unesp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Jailson Estevão dos. **Transformações e deslocamentos identitários entre descendentes de alemães em Joinville/SC a partir do referencial linguístico**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de Raiz**: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SOUZA, Sirlei de; PRATEAT, Jonathan; VICENZI, Tales (org.). **Quilombolas**: um olhar sobre as populações afrodescendentes em Joinville (SC) e região. Joinville: Univille, 2021a. Disponível em: <https://linktr.ee/caminhocurtoebooks>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SOUZA, Sirlei de; PRATEAT, Jonathan; VICENZI, Tales; SILVA, Salete dos Santos da. Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 10, n. 3, p. 132-150, 2021b.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. Joinville: ACIJ, 1986.

COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO (JOINVILLE/SC): OS DESAFIOS DO EMPODERAMENTO ÉTNICO¹

Sirlei de Souza²

Tales Vicenzi³

Jonathan Prateat⁴

Salete dos Santos da Silva⁵

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa vivencial na comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, localizada na Estrada Fazenda, Pirabeiraba (Joinville, Santa Catarina – SC). O objetivo da pesquisa é problematizar as questões que envolvem os processos de construção social de uma comunidade quilombola e o seu empoderamento étnico, bem como sentimentos de pertencimento da população da comunidade à ancestralidade afrodescendente. Trata-se de uma comunidade recém-reconhecida como remanescente de população quilombola⁶ em um contexto social e histórico marcado pela invisibilidade das populações afrodescendentes. As reflexões aqui apresentadas fazem parte de um projeto integrado de ensino,

¹ Publicado em: SOUZA, Sirlei de; VICENZI, Tales; PRATEAT, Jonathan; SILVA, Salete dos Santos da Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. **Revista Confluências Culturais**, v. 10, p. 132-150, 2021.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta da Universidade da Região de Joinville (Univille).

³ Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Professor adjunto da Univille.

⁴ Mestre em Design e Expressão Gráfica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor adjunto da Univille.

⁵ Graduada em Psicologia pela Univille.

⁶ Segundo o § 4.º do art. 3.º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, é competência da Fundação Cultural Palmares (FCP) a emissão de certidão das comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral (Brasil, 2003). Sobre a certificação da Comunidade Beco do Caminho Curto, ver: Morriesen (2019), Oliveira (2019) e Comunidade [...] (2019).

pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade da Região de Joinville (Univille)⁷.

Os dados da pesquisa foram coletados durante seis meses, de abril a setembro de 2019, a fim de compreender de que modo se estabelecem as relações de autoidentificação e pertencimento à comunidade, além de entender como suas condições e relações socioculturais e econômicas afetam a condução de suas vidas. Com o levantamento, pôde-se discutir a (in)visibilidade social e política dessa comunidade, que, mesmo sendo reconhecida e certificada na esfera federal como quilombola, permanece sem representação política e está ainda, internamente, em um processo de autorreconhecimento e de construção do empoderamento étnico.

Nesse sentido, debruçar-se sobre as questões do racismo estrutural e o impacto na constituição social da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, cuja história, de acordo com os indícios de pesquisas realizadas até dezembro de 2019, remonta ao período da escravidão na cidade, confirma o desconhecimento de parte da história de Joinville (SC), bem como indica a necessidade de continuação das pesquisas, para, por meio da extensão universitária e de outros atores sociais⁸, promover a socialização desse conhecimento e, em conjunto com a comunidade, fomentar o debate sobre aspectos que apresentam os sujeitos negros na constituição étnica da cidade. Para compreender a realidade que atinge as populações afrodescendentes no Brasil contemporâneo, é preciso se ater, mesmo que de forma breve, ao processo de desenvolvimento do Brasil pautado na mão de obra escrava e, sobretudo, na decisão das elites liberais de invisibilizar a contribuição

⁷ O projeto foi aprovado em fevereiro de 2018, em sua primeira versão, e reaprovaado em 2020 com duração de mais dois anos. É mantido pelo Fundo de Apoio ao Ensino (Faeg), Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e Fundo de Apoio à Extensão (Faex) da Univille. Com o objetivo de promover discussões sobre cidadania e direitos humanos, o projeto envolve hoje oito cursos, cinco professores e aproximadamente 30 alunos voluntários.

⁸ Entre tais atores, a Universidade da Região de Joinville (Univille), a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), o Grupo de Voluntários da Companhia Águas de Joinville, o Movimento Negro Maria Laura, o Coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville e os Engenheiros Sem Fronteiras vêm possibilitando, com suas atividades, pesquisas e projetos, maior visibilidade à comunidade, por meio de manifestações de suas necessidades e reivindicações que afloram insistentemente no cotidiano e são divulgadas para o restante da sociedade.

e a presença dessas populações no território nacional por séculos. Para Anjos (2010, p. 13),

nas respostas territoriais da dinâmica do tráfico por quase quatro séculos, o Brasil aparece com alguns destaques: foi o país contemporâneo de maior importação de populações africanas e registro de quilombos (antigos e territórios étnicos atuais); foi a nação na América do Sul que continuou impondo o sistema escravocrata, mesmo depois da independência de Portugal (66 anos) e um dos últimos Estados a sair do regime escravista.

Para Leite (2008), o processo de industrialização brasileira continuou com um modelo excludente próprio do liberalismo do século XIX, intensificando a desigualdade existente. Após a abolição, e expulsos do mundo rural,

os negros, como integrantes de um segmento desvalorizado e desqualificado, ficaram à mercê da sazonalidade das ofertas de trabalho nos setores em expansão na construção civil, como bóias-frias, safristas ou posseiros, e principalmente na economia informal. Obrigados a mudar de lugar sucessivamente, vão ao mesmo tempo concebendo esses lugares como pontos fixos, compondo e enfatizando essa “cartografia negra” no que tange à própria definição da sua identidade, como grupo local, regional ou nacional, desde uma cidadania que se caracteriza principalmente por ser inferiorizada (Leite, 2008, p. 968).

No que se refere ao processo de colonização de regiões do Brasil, Leite (2008, p. 967) esclarece que

a colonização da região Sul atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas.

Santa Catarina foi inserida em tal processo, de forma a contribuir com esse projeto liberal e,

com o intuito de tornar o País “racialmente mais branco”, propiciou condições favoráveis aos imigrantes e com elas, a reprodução das desigualdades instauradas no período escravista, confirmando, assim, as teorias raciais em vigor (Leite, 2008, p. 967).

Entre os defensores da ideia de eugenia, ou seja, a ciência que acreditava ser possível produzir o “melhoramento racial humano”, estavam médicos, intelectuais, acadêmicos, entre outros. Ações como os concursos de eugenia, promovidos pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, dirigido pelo Dr. Waldomiro de Oliveira entre 1929 e 1932, tinham como objetivo “selecionar matrizes para a constituição da futura ‘raça pura’ nacional” (Masiero, 2005, p. 200). Em 1918 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, por iniciativa de Renato Kehl e Dr. Armando Vieira Carvalho, realizadora de Congressos e ações para a disseminação da eugenia para a sociedade (Masiero, 2005).

Tais fatores apontam uma formação étnica desigual na Região Sul, mais especificamente em Joinville, cidade marcada pelo reforço constante da identidade étnica europeia, sobretudo germânica. Tal reforço foi amplificado pelas próprias famílias que imigraram e se tornaram precursoras dos cenários comercial e industrial da cidade, responsáveis por resgatar e preservar sua origem, principalmente após a campanha de nacionalização ocorrida no período do governo Vargas em 1938 (Santos, 2013). Com o apoio para a vinda de imigrantes, houve a ideia da necessidade de estabelecer um país mais branco e um movimento na cidade para restabelecer as origens germânicas, de modo que a população afrodescendente foi posta à margem da tipologia social e étnica joinvilense.

O lugar ocupado pelos grupos imigrantes europeus, juntamente com os já existentes, reforçou um tipo de fronteira étnica “especular” em relação às teorias raciais importadas da Europa ou recriadas no Brasil,

à naturalização das desigualdades, à biologização das diferenças e à legitimação de um modelo nem sempre explícito de segregação (Leite, 2008, p. 967).

Em Joinville, fundada como colônia em 1851 (IBGE, 2017), por vezes se construiu um discurso que reforçou a invisibilidade do povo negro, tanto em sua historiografia quanto na fala do Poder Executivo e da mídia local, o que negligenciou a presença das populações afrodescendentes na construção da história da cidade e manteve segregada uma rica contribuição à cultura e à identidade local. Os elementos ligados à cultura germânica foram enaltecidos desde a fundação da Colônia Dona Francisca. Conforme Cunha (2008, p. 109):

Desde o princípio, era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos.

Por muito tempo, Joinville foi idealizada com base em representações sociais que reproduziam a ideia de uma cidade construída pelo imigrante ideal, ou seja, trabalhadores europeus que conduziram o município à prosperidade. A representação de cidade germânica foi reproduzida pela historiografia local e reforçada por historiadores e pelo poder público (Guedes, 2007). Em pesquisas realizadas para além dos documentos produzidos oficialmente pela administração da então colônia Dona Francisca (século XIX e início do século XX), a historiadora Sandra Guedes (2007, p. 6) afirma: “percebe-se que a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada”. Tal fato provocou um apagamento da presença dessa população na cidade antes e durante o processo de colonização. Ainda, conforme estudos realizados por Coelho (2011) por meio de dados coletados pelo Arquivo Histórico de Joinville, a mão de obra escrava era utilizada para a produção de farinha e açúcar na região.

De fato, na Comunidade Beco do Caminho Curto, nossas pesquisas encontraram relatos que retratam as histórias de vida

e trabalho de uma geração de afrodescendentes em uma região predominantemente germânica. Embora tenha se passado mais de um século, segundo o depoimento dos moradores locais, todo o entorno daquela comunidade se desenvolveu graças ao trabalho de seus antepassados. Hoje, configura-se como uma pequena comunidade, um agrupamento de moradias de famílias com vínculos de parentesco muito próximos⁹, no entanto a pesquisa não localizou produções historiográficas tratando de sua constituição como comunidade descendente de populações escravizadas. O reconhecimento pela Fundação Palmares aconteceu pautado em processo de mobilização, principalmente desencadeado, à época, pelas lideranças dos movimentos sociais negros da cidade e da Gerência Regional de Educação¹⁰.

Durante nossa participação no Projeto Integrado, percebeu-se que a maioria dos sujeitos, em 2019, desconhecia o contexto histórico e social do termo “quilombola” ou tinha grandes dificuldades em compreendê-lo. Algumas vezes, notou-se um temor ou resistência em ser identificado e se identificar como descendente de africanos escravizados ou afro-brasileiros. Isso pode não ser uma questão apenas da comunidade, mas sim parte das dinâmicas psicológicas e sociais imbricadas nos corpos negros brasileiros e que estão relacionadas ainda à ideia de branqueamento. Não mais aquela visão propagada no século XIX, baseada nas teorias eugênicas, mas na concepção do “preto de alma branca”, em que, para os outros sujeitos, o negro deve se comportar cada vez menos como um negro, e mesmo o próprio negro se apresentar o menos negro possível (Nunes, 2010). Esse tornar-se menos negro, que Hasenbalg (2005) chama de “branqueamento social”, está diretamente relacionado ao

⁹ A Comunidade Beco do Caminho Curto contava em 2020 com 27 famílias, somando aproximadamente 150 pessoas (dados coletados pelo Projeto Integrado), que vivem em um pequeno espaço de terra às margens da Estrada Fazenda. *Link* do Google Maps: <https://www.google.com/maps/place/Estr.+Fazenda+-+Pirabeiraba,+Joinville+-+SC/@-26.2101338,-48.8771743,1420m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94dea8abf8f5d50f:0x877aeb e334dec197!8m2!3d-26.2094022!4d-48.8748485>. Acesso em: 20 dez. 2019.

¹⁰ O processo de certificação teve início em 2013, e o reconhecimento da comunidade aconteceu seis anos depois, em 2019. A Defensoria Pública da União teve participação importante no processo por meio do defensor regional de direitos humanos de Santa Catarina, que auxiliou as lideranças locais no envio dos documentos que faltavam para o reconhecimento.

surgimento de possibilidades de alcançar algum outro *status* social ou, ao menos, à possibilidade de se tornar – visto pelo grupo ao qual se é subalternizado – menos perseguido, menos incomodador aos olhos de quem oprime.

Como mencionado, o processo de invisibilidade negra é resultado de uma política/ideologia articulada de mestiçagem e branqueamento promovida pelas elites e pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos. Conforme Bento (2002, p. 3, *apud* Leite, 2000, p. 343):

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais.

Além desse processo sistêmico opressor, que coloca o negro como figura a ser descartada e até temida, há um outro processo que fortalece a dificuldade de constituição da identidade, que é a transposição das responsabilidades pela desigualdade do branco para os negros. Estes são vistos como “passíveis de serem prejudicados ou explorados” (Bento, 2002). Ou seja, a culpa pela escravidão, pobreza e segregação passa a ser do povo negro, e não dos brancos, os quais, por vezes, compreendem que “todos são iguais” e que não há por que tratar do racismo em esferas políticas, por exemplo.

Para a Comunidade Beco do Caminho Curto, essa difícil relação entre o sujeito e sua negritude, em um país estrutural, institucional e culturalmente racista, e em uma cidade que sempre se viu como germânica, pode ganhar ainda mais peso. É possível que o rótulo “quilombola” seja visto como um reforço de identidade negra, posicionando-se contrário ao ideal de “igualdade” vigente nas ideias liberais (Paulani, 1999). É bem verdade que alguns

relatos de moradores apontavam desconhecimento sobre o termo quilombola e seu significado; assim, a ideia de identidade negra, que era superficial e afetada pelo contexto sociopolítico-cultural da cidade, mistura-se à necessidade de se adaptar a um novo rótulo, tão desconhecido como ainda mais “enegrecedor”.

Hall (2019, p. 30), ao falar sobre identidades nacionais, diz que “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas no interior da representação”. Já Alves e Alkmin (2021, p. 591) afirmam que “toda identidade resulta de uma construção, tem uma história por trás”. Tempo, vivências, experiências e histórias são blocos na formação de identidades. Até pouco tempo as pessoas da Comunidade Beco do Caminho Curto não sabiam que eram quilombolas, ou seja, não tinham a construção dessa identidade e, mesmo que tenham nascido naquele espaço, não nasceram com tal consciência. Essa identidade vem sendo construída nos últimos 15 anos e esbarra nas desordens sociais e barreiras encontradas no ato da negritude e no pertencimento a uma comunidade tradicional afro-brasileira.

Importante retomarmos a situação de marginalização da população negra no Brasil para melhor compreendermos o estranhamento da própria população da Comunidade Beco do Caminho Curto para com sua certificação como comunidade remanescente quilombola. Diante de uma persistente realidade de exclusão da população negra no país no início do século XX, Leite (2008, p. 968) esclarece:

Noções se ampliam e o quilombo ressurgue como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia do embranquecimento e a exclusão dos negros do projeto republicano de modernização do País.

Passado um século, os indicadores socioeconômicos denunciam que a população negra no Brasil permanecia em situação de extrema desigualdade (IBGE, 2019a, 2019b), o que gerou grande mobilização do movimento social negro em 1988.

durante Assembléia Nacional Constituinte e, após sua promulgação, reforçaram sua retórica sobre a idéia de reparação, da abolição como “um processo inacabado” e da “dívida”, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos geradores de novas situações de exclusão (Leite, 2008, p. 969).

Nesse sentido, o século XXI mantém o desafio de efetivar as políticas públicas trazidas pela Constituição Cidadã de 1988, entre elas o reconhecimento e a certificação das comunidades quilombolas como um território de direitos. A efetivação desse reconhecimento pode se dar de duas maneiras, sem serem excludentes entre si: a primeira, pelos indícios históricos da existência de um antigo quilombo nas terras indicadas para certificação; a segunda, pela autodeclaração e autoidentificação da população moradora daquele território (Fundação Cultural Palmares, 2021).

De maneira mais específica, as questões que norteiam esta pesquisa têm por objetivo colaborar para o entendimento do processo de reconhecimento de autoidentificação e pertencimento dessa comunidade de remanescentes quilombolas que, pela falta de referência das memórias de suas histórias de luta, resistência e partilhas, encontra dificuldade no processo de autodenominação identitária, mesmo oficialmente tendo recebido a certificação como uma comunidade remanescente de população quilombola.

Tal reflexão nos ajuda a analisar o fato de essa população, por vezes, se incomodar com o termo “remanescente de quilombola” ou com o fato de morarem no que os outros chamam de “Beco do Caminho Curto” e não na Vila Leopoldina, atual nome dado ao local pela Prefeitura de Joinville. A pergunta que poderíamos fazer aqui é: uma vez reconhecida como comunidade remanescente de quilombolas, por que se faz necessário discutir autorreconhecimento e identidade étnica? Essa não é uma premissa para o próprio reconhecimento?

Nessa perspectiva, talvez tenhamos de compreender, e por hora reconhecer, como tal processo foi construído e como o espaço temporal entre a entrada oficial do processo nos órgãos formais e a certificação da comunidade, prazo de quase uma década, pode ter

criado lacunas na reflexão e na construção da identidade étnica. Isso faz sentido se analisarmos a conjuntura com base nas reflexões de Almeida (2014, p. 39): “a identidade étnica é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir, negar ou negociar essa imagem”.

Para melhor refletir sobre a questão, apropriamo-nos das discussões construídas por Félix-Silva *et al.* (2019), que, em um artigo no qual analisam o percurso de pesquisa feita por estudantes e professores de psicologia sobre a temática em uma comunidade remanescente quilombola, problematizam a questão com uma maestria admirável e concluem que

as mulheres, por meio da negação ou do estranhamento diante das perguntas das pesquisadoras sobre os aparatos culturais típicos de uma tradição ancestral negra, não se reconhecem, necessariamente, como membros de uma comunidade quilombola; alguns se reconhecem tão somente como moradoras de uma comunidade rural como é a comunidade de Macambira, sem por isso deixar de ser uma Comunidade Quilombola (Félix-Silva *et al.*, 2019, p. 139).

Diante da complexidade para a compreensão da identidade nessas comunidades, as reflexões do presente artigo foram conduzidas com base no conceito de identidade descrito por Pollack (1992, p. 204):

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

A superficialidade relatada pelo autor é vista como o ponto de partida para o entendimento de identidade, mas o estudo avança

quando se trata de identidade sob o viés proposto por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 4), que dizem que a identidade ainda se constitui pelo parentesco e pelo território. Na perspectiva dos estudos culturais, Silva (2000) diz que a afirmação de determinada identidade pode ser legitimada pela referência de um suposto passado.

Tal conceito também pode ser visto no *website* da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2019):

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT [Organização Internacional do Trabalho] sobre Povos Indígenas e Tribais.

Se ampliarmos o escopo da compreensão, encontraremos aspectos sociais, históricos e subjetivos diferenciados, conforme o grupo em que se está inserido e o trabalho exercido, fatores esses que interferem na definição da identidade. Segundo Duarte-Vieira (2018, p. 1), “ao longo do tempo, essas comunidades vêm resistindo a influências externas e lutando pela inclusão social por meio das ações de atenção integral”. Diante das lutas pela sobrevivência e contra a segregação social, parte dessas comunidades chega a negar inicialmente suas origens, ou por desconhecimento, ou por autoproteção. Sem conhecer a história quilombola, o grupo corre o risco de perder a própria identidade, e a falta de referência ancestral pode torná-lo vulnerável e disperso nos processos de inclusão e materialização de seus direitos.

METODOLOGIA

Na pesquisa ora apresentada, optou-se por uma abordagem qualitativa, ou seja, o estudo “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31). Dessa forma, a abordagem qualitativa permite dar ao tema uma análise sobre a maneira como a comunidade entrevistada se autodenomina e quais são os princípios que norteiam a construção da identidade étnica do grupo.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo com experiências vivenciais. De acordo com Minayo (1994, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Assim, a pesquisa de campo possibilitou a compreensão de aspectos que compõem o processo de pertencimento e a identidade étnica em uma comunidade de remanescentes quilombolas em Joinville, em sua constituição social.

Além da vivência em campo por um período de seis meses, aproximadamente quatro horas por dia (uma tarde por semana), foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com moradores residentes da Comunidade Beco do Caminho Curto. A entrevista, sem acesso prévio aos participantes, continha 19 questões objetivas/semiestruturadas para cada sujeito, que foram entrevistados separadamente¹¹.

¹¹ O roteiro continha algumas questões relacionadas aos dados pessoais: nome completo, data e local de nascimento; filiação: nome do pai, da mãe e dos avós; quantidade de irmãos; o que a pessoa sabia sobre a origem da família: no que os pais trabalhavam, como eles se conheceram e se casaram, como descreveria o pai e a mãe. Perguntou-se também sobre onde a família morava quando o entrevistado nasceu, que lembranças tinha de sua infância/juventude, que lembranças tinha da casa de sua família. Outras questões diziam respeito à descrição da rua e do bairro onde morou; o que marcou ou teria marcado mais a sua infância; quais eram as brincadeiras favoritas; qual a rotina dentro de casa; se se falava outro idioma. Ainda, se sabia como aquela comunidade se formou em questões relacionadas à percepção de alguma transformação na comunidade nos últimos anos; como descreveria sua participação nessas transformações; se, além da comunidade, frequentava outras localidades da mesma região. Por último, como descreveria o valor das tradições para as novas gerações; se existia alguma tradição que gostaria que fosse preservada; qual era a avaliação quanto ao suporte do governo; se os órgãos municipais poderiam ajudar nas necessidades da comunidade.

No decorrer das atividades de extensão desenvolvidas, bem como das incursões de pesquisa, identificaram-se alguns moradores que possuíam representatividade significativa no contexto observado. Por isso, priorizaram-se dois homens acima de 60 anos de idade, pela memória de tempos mais distantes, que poderiam contribuir com o entendimento da história da comunidade e com reflexões acerca da identificação. Além deles, também foram entrevistadas duas mulheres que ocupam lugar de liderança na comunidade. As lideranças representam para a pesquisa a possibilidade de acesso a informações mais aprofundadas sobre as famílias residentes na comunidade e seu dia a dia.

Salientamos que optamos por identificar os entrevistados apenas pelas iniciais de seus nomes e sobrenomes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao discutir os processos de construção das identidades e empoderamento étnico, os estudos das relações étnicas têm ampliado as formas de problematização tanto das práticas cotidianas dessas relações como dos enfrentamentos de ações políticas, que buscam propiciar visibilidade a tais processos.

No conjunto das entrevistas realizadas para a pesquisa, nota-se uma heterogeneidade nas formas de narrar o pertencimento e a identificação como comunidade quilombola, seus desafios, os dramas vividos e as estratégias de sobrevivência diante de uma situação nem sempre elaborada, como de racismo estrutural, uma vez que, conforme nos ajuda a compreender Almeida (2019), a máquina poderosa do racismo naturaliza tal realidade e o torna muitas vezes invisível para aqueles que são afetados por essa política histórica e socioeconômica do capitalismo. Segundo Almeida (2021, p. 7),

ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente.

Para Almeida (2019, p. 16), “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

A complexidade do processo do racismo como algo estrutural pode ser problematizada por meio da análise das narrativas produzidas pelos sujeitos da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. Quando questionado sobre a existência de racismo ou se viveu situações relacionadas a isso, o entrevistado afirma, na grande maioria das vezes, que nunca sofreu racismo, mas que já ouviu o relato de alguém próximo, como um filho ou sobrinho, que tenha passado por esse tipo de discriminação. No entanto não há uma percepção de que a própria condição social e econômica na qual se encontra possa estar relacionada ao que Moreira (2017, p. 102) chama de “discriminação indireta”:

Uma norma jurídica, política pública ou decisão institucional podem obedecer ao princípio da generalidade, não sendo dirigidas a nenhum grupo específico. Porém, a sua aplicação pode ter um efeito desproporcional sobre uma determinada classe de indivíduos, o que caracteriza a discriminação indireta.

Conforme relato do sr. M. O.¹², morador antigo do Beco do Caminho Curto, ao ser indagado sobre discriminações ou preconceitos em sua trajetória de vida, afirmou nunca ter vivenciado nada desse tipo, enfatizando ainda que sempre foi muito bem tratado por “todos os alemães da região”. Importante destacar a fala sobre a relação que o sr. M. O. diz ter à época com “os alemães”. O referido espaço territorial foi colonizado por descendentes de germânicos, colonizadores esses que utilizaram, segundo apontam as pesquisas de Cunha (2008), mão de obra de pessoas escravizadas. A narrativa do sr. M. O. aponta uma convivência “cordial”, contudo há uma classificação clara, no nosso entendimento, de separação de grupo entre “os alemães da região” e os demais moradores da localidade. Aqui se vislumbra a possibilidade de aqueles que moram

¹² Entrevista realizada em 29 de maio de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

ao redor da comunidade praticarem a “discriminação inconsciente” (Moreira, 2017), situação em que eles, ainda que busquem reprimir o racismo por entender que não é socialmente aceitável, permanecem fazendo associações negativas e estigmatizando as pessoas. Nessa perspectiva, poderíamos problematizar também uma espécie de segregacionismo naturalizado: “os alemães” e os “moradores da comunidade” fixando identidades (Hall, 2019) e não reconhecendo processos de construção de identificação.

Ao descrever a história de quando era solteiro, o sr. M. O. se lembrou de que na época não teve interesse em iniciar um relacionamento com uma mulher, que era “formada em faculdade”, pelo fato de ela ser negra. Para ele, assim evitaria que seus filhos com a referida mulher fossem negros como ele. Evidenciou-se nessa narrativa que a negação da discriminação racial foi uma estratégia para embranquecer seus descendentes, possivelmente para poder escapar de uma série de situações de preconceito que, no seu entendimento, sofreriam. Novamente Almeida (2019, p. 50) nos ajuda a compreender tal posicionamento quando reflete que, “mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente”, de forma a existir um engendramento que vai da produção social do racismo, envolve os indivíduos em seu desenvolvimento de consciência e, por vezes, se efetiva em sua subjetividade, assim como narrou o sr. M. O.

A sra. M. A. R.¹³ também negou ter sofrido algum caso de racismo: “Não. Nunca. Até hoje, graças a Deus”. A resposta provoca-nos a pensar, em um primeiro momento, como uma pessoa, que afirma não ter sofrido preconceito, não percebe sua situação historicamente marcada pela violência racial. A problematização de sua narrativa pode apontar para uma ausência de consciência de sua condição negra ou, por outro lado, para a negação daquilo que não quer reconhecer, uma forma de suportar a realidade da violência sofrida ao longo de toda a sua trajetória e que não deseja que faça parte de sua biografia.

Quando questionada acerca do que significaria pertencer a uma comunidade quilombola e do que mudou após tal

¹³ Entrevista realizada em 28 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salette dos Santos da Silva. Também participou dessa entrevista o marido da senhora M. A. R., o senhor J. R.

reconhecimento, a entrevistada afirmou: “É que nós... a gente virou gente, né?! Antes não era!”. Podemos perceber nessa narrativa a constatação de que o meio social pouco valorizava os sujeitos que viviam na comunidade, seja pelas condições sociais e econômicas, seja pelas questões étnicas. Algo parece ter mudado, entretanto, quando a entrevistada afirma: “a gente virou gente”. Essa expressão é rica para compreendermos como há diversas variáveis no processo de empoderamento dos sujeitos. Na narrativa da sra. M. A. R., o processo deu-se de fora para dentro. O que a levou a se sentir/virar gente foi a certificação. Então seu fortalecimento ocorreu no processo de reconhecimento externo? A certificação visibilizou o cidadão de direitos? É interessante discutir pela perspectiva de M. A. R., porque nessa fala está presente a descoberta do valor de pertencer a uma comunidade quilombola e o que ela pode significar para romper com a ideia de que antes “não era gente”. Assim, o “não ser gente” não era compreendido como um preconceito, mas “o agora ser” pode ser lido como a conquista de dignidade, de igualdade.

Também a narrativa produzida pela sra. V. G. N. B.¹⁴ colabora com essa questão:

É visível que o negro é malvisto e discriminado por sua cor. Eu mesma, por diversas vezes em que precisei de atendimento de serviços públicos, a espera era longa e era mal atendida, eu acredito que por ser pobre e negra. Depois do reconhecimento e certificação da comunidade quilombola, sou bem atendida.

A Sra. V. G. N. B. descreveu ainda como se sentiu quando o filho sofreu racismo na escola, no ensino fundamental: “É, isso me machucou bastante. Eu cheguei a chorar, queria tirar ele da escola. Nas duas primeiras semanas ele não quis ir. Eu fui, conversei na escola”. A dor pelo filho despertou na mãe uma ação de diálogo, uma atitude de procurar entender o que estava ocorrendo. Segundo ela, a situação se arrastou, e ela queria uma posição do pai do menino que havia agido com preconceito com seu filho. “Eu peguei o pai

¹⁴ Entrevista realizada em 21 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

dele na rua, conversei com ele, falei que eu ia fazer um boletim de ocorrência, porque o meu filho tava chorando e eu não queria isso pra ele". A ação de V. G. N. B. indica uma consciência política sobre o caso: ela tem noção de seus direitos, porque informa o responsável de que fará "um boletim de ocorrência", que chamará um advogado. Por outro lado, mostra a dor de uma mãe que vê seu filho chorando e não deseja isso como futuro para o menino. Misturam-se aí uma constatação da dureza do preconceito na infância e o vislumbre de um futuro marcado por essa violência.

Visivelmente presente na estrutura social, a discriminação e o preconceito estendem-se entre as relações do cotidiano das populações das comunidades, segregando os afrodescendentes e colocando-os em desvantagem, quer por classificação, quer pela invisibilidade. Dessa forma, o local de pertencimento de um indivíduo ou de um grupo ainda está sujeito às delimitações de uma estrutura social dominante, que determina o lugar de filiação de cada ser na sociedade contemporânea, ditado por padrões sociais e culturais. Tais padrões estão associados ao ser branco, ao branco como belo, ao consumo de cultura e valores eurocêntricos, à ideia do branco bem-sucedido unicamente por seus méritos, do negro como subalternizado, como força física, mas não pela capacidade intelectual, entre muitos outros fatores (Cardoso, 2010; Oliveira *et al.*, 2018).

Outra problematização relevante que permeia a pesquisa ora apresentada se refere às questões da memória da ancestralidade, o quanto se tem conhecimento dessa história e se há diálogos entre o passado e o presente na construção do pertencimento. A influência que o conhecimento da ancestralidade proporciona está associada à autodenominação étnica e, por isso, de acordo com Oliveira (2003), a identidade étnica é afirmada "negando" a outra identidade, revelando tamanha emergência de uma identidade étnica consolidada. No caso do Brasil, porém, esse processo fica distorcido; compreende-se isso ao analisar o processo histórico em que houve o embranquecimento da população e tentativas de apagar a herança negra do país (Carone; Bento, 2002; Santos, 2018).

Desse modo, muitas vezes a omissão ou o desconhecimento das ascendências pode afetar o sentimento de pertencimento de

uma pessoa em determinada etnia. O sr. P. M.¹⁵, ao ser indagado sobre sua ancestralidade, afirmou: “Fiquei sabendo agora, há pouco tempo, que veio da África a avó do meu pai. Quando faleceu, já tinha uns 90 anos, morava ali perto da igreja”. Essa informação dada pelo sr. P. M. abre muitas perspectivas de pesquisa, entre elas: teria seu avô vindo da África já como escravizado? Seu pai teria permanecido nessa condição na mesma propriedade? Quando esses laços com a escravidão se rompem? E como? Tais questões a entrevista não conseguiu provocar, mas elas nos indicam um longo caminho para compreender os indícios da presença de pessoas escravizadas em Joinville e região. O entrevistado é um dos moradores mais antigos da comunidade. No momento da entrevista, em 2019, estava com 73 anos de idade. Até pouco tempo atrás, contudo, como descreveu, não sabia da origem de sua família. Ao ser questionado a respeito de como se identifica etnicamente, descreveu-se como pardo: “Eu vou dizer que sou pardo, porque meu pai era preto, bem moreno, só tinha o mais velho que era bem escuro também, o resto era tudo assim mulato”.

Em contrapartida, de acordo com Silva (2018), no decorrer do processo histórico de embranquecimento de um país predominantemente negro, a aceitação social (as estratégias de uso das classificações pela população) tem se baseado na denominada pigmentocracia ou colorismo. Por esse motivo, os pretos (categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), sobretudo, encontraram dificuldades para se reconhecerem por muito tempo no Brasil. Para Souza Filho (2008), tal característica é típica de ambientes desencorajadores do processo identitário. Segundo Silva (2018, p. 60), nasceram, ao longo da história do país, alguns termos para a classificação dos chamados mestiços:

Mulatos (filhos de brancos com negros), cafuzos (filhos de negros com índios), mamelucos (filhos de brancos com índios), e, mais tarde, os “Pardos”, utilizada pelo IBGE [...] para definir pessoas com variadas ascendências étnicas.

¹⁵ Entrevista realizada em 14 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

Consequentemente, vê-se uma população com diversas origens, variadas culturas e tradições e uma gama infindável de cores de pele que busca se sentir aceita, se autodenominando com padrões de classificação que se aproximam da aceitação social. Uma fala nesta pesquisa que evidenciou a necessidade de negação de sua cor foi a de uma senhora identificada como M. A. R., autodenominada parda (embora seja visível a sua cor negra) e descendente da maioria negra da comunidade analisada. O sr. M. O., tio de M. A. R., autodenomina-se negro e diz que sempre foi disciplinado com as pessoas que ele considera superiores. Mesmo no exército, quando serviu no 62.º Batalhão de Infantaria, diz que nunca sofreu preconceitos em relação à sua cor, entretanto é o morador anteriormente citado que mencionou o fato de ter escolhido não se casar com uma moça por ela ser negra e ele temer que seus filhos fossem muito negros.

Quando ouvimos o sr. M. O. relatar que oferecia seus trabalhos sempre sem vínculo empregatício e hoje se encontra doente, impossibilitado de trabalhar, sem aposentadoria nem benefícios, enfrentando muitas dificuldades financeiras, compreendemos um pouco a atual situação socioeconômica em que se encontra a Comunidade Beco do Caminho Curto. Assim como o sr. M. O., a maioria dos moradores mais antigos dessa comunidade afirma que seus familiares buscavam a subsistência de maneira informal, submetendo-se a trabalhos temporários sem garantias trabalhistas, gerando, dessa forma, um processo de empobrecimento e de falta de garantias fundamentais para esses indivíduos.

Observou-se nas narrativas produzidas pelos entrevistados, bem como nas vivências do projeto integrado, que, ao tomar conhecimento das histórias dos seus antepassados e ao refletirem conjuntamente sobre sua condição de comunidade quilombola, as memórias e percepções da comunidade acerca de sua etnia foram ganhando espaço para pensar o seu passado e, mais do que isso, entender o seu presente. Trata-se do processo de reconhecimento de uma identidade étnica positiva que, ao nosso ver, passará por um encadeamento de garantia de direitos, entre eles a inclusão na educação formal, mas, sobretudo, um processo de partilha das memórias daqueles que viveram e vivem a construção cotidiana da comunidade, seja essa construção material, afetiva ou histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora amparada na Constituição por garantias fundamentais que asseguram que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade” (Brasil, 1988), para as populações afrodescendentes e remanescentes das comunidades quilombolas, a igualdade de direitos ainda faz parte dos desafios diários e das constantes lutas por igualdade social.

Nessa perspectiva, é possível compreender que os processos de branqueamento e discriminação impactaram essa comunidade no decorrer de sua construção histórica e social. Cada indivíduo entrevistado descreveu em seus relatos diferentes formas de discriminação, mas também evidenciou outras tantas maneiras de resistir a essa opressão. Em muitos relatos, a negação do racismo foi um caminho escolhido para diminuir a pressão desse tipo de violência e, por vezes, como uma estratégia de driblar, de vencer aquela realidade violenta. Os sujeitos que habitam essa comunidade contribuíram para a formação do espaço onde vivem, não somente da comunidade Beco do Caminho Curto, como também da região de Pirabeiraba, vista pela cidade de Joinville como um local de prevalência germânica.

No momento das conclusões parciais de nossa pesquisa, algumas questões se destacam. A primeira delas nos remete ao espaço geográfico da Comunidade Beco do Caminho Curto. As casas, em situação muito precária, resistem ao tempo e trazem as marcas de uma história que pouco foi contada. Se por um lado nesse espaço as condições de distanciamento territorial e social dificultam o acesso à cidade, mantendo, por consequência, seus moradores invisibilizados socialmente, por outro, é nesse aglomerado de aproximadamente 27 famílias (mais ou menos 150 pessoas) que a vida comunitária pulsa. É ali que os conflitos internos se desenrolam e que as tensões entre e nos núcleos familiares são resolvidas. É ali também que a identidade étnica aparece e, por vezes, se esconde. A segunda questão nos conduz à força das mulheres dessa comunidade, que, apesar das dificuldades, são as lideranças majoritárias e se destacam pela busca por melhores condições de saúde e educação para suas

famílias, mesmo enfrentando resistências por conta do preconceito racial e social e da falta de reconhecimento. Atualmente, por meio das políticas públicas diferenciadas, específicas para comunidades quilombolas, as lideranças vêm avançando de forma significativa na conquista de seus espaços e, à medida que se organizam, começam a se sobressair e se inserir na sociedade em vários setores, na luta pela garantia de seus direitos e por representatividade social.

Ainda, no que se refere ao processo de construção social e ao sentimento de pertencimento à cultura e história afro, faz-se necessário apontar uma terceira questão, referente a alguns elementos evidenciados nas narrativas de nossos entrevistados. Diversos fatores contribuem para a fragilização dessa população, entre eles a desinformação da cultura e da história de seus antepassados, a ausência de espaços para a vivência das memórias ancestrais e a frágil discussão sobre os aspectos políticos que envolvem o reconhecimento de uma comunidade remanescente quilombola.

Foi possível observar na pesquisa de campo indícios de como se dá o processo identitário, uma vez que alguns entrevistados se autoclassificam nestes termos – afirmam ser “pardos” ou “morenos”, negando, por vezes, sua condição afrodescendente. Assim, entre os entrevistados, duas pessoas se autodenominaram pardas ou morenas e duas disseram ser negras, contudo nenhum dos participantes das entrevistas afirmou ter sofrido alguma forma de preconceito racial. Por outro lado, em diversas ocasiões relataram situações discriminatórias com algum parente próximo, como filhos ou sobrinhos, revelando que o preconceito racial existe e faz parte da experiência daquela comunidade. Em oposição à sociedade local, a comunidade afirma-se como “não branca” em relação aos de fora: “os brancos”. A questão também é relacional, situacional, mas, sobretudo, estrutural.

Dessa forma, entendemos que o processo de empoderamento étnico é complexo e só acontecerá com a sensibilização dos próprios moradores daquela comunidade. A promoção da cidadania precisa ser estimulada ainda mais, porém essa é uma prática cotidiana que envolve todos os atores sociais, moradores, escola, equipe do projeto, agentes de saúde que atendem a comunidade, poder público, entre outros.

O reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombolas traz para ela novas perspectivas, como a compreensão de que seus membros fazem parte da cidade e que é necessário visibilizar tal história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de. A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014. **Anais** [...]. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

ALMEIDA, S. L. de (org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê margem esquerda. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVES, M. A. S.; ALKMIN, G. C. A política identitária em questão: reflexões a partir de Judith Butler e Achille Mbembe. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 588-615, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/ALKAPI-2>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ANJOS, R. S. A. dos. **A África brasileira**: população e territorialidade. Brasília: Ciga / Cespe – UnB, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23808/3/ARTIGO_AfricaBrasileiraPopulacao.pdf. Acesso em: 1.º out. 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos 113 quilombos. **Diário Oficial da República**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, p. 607-630, 2010.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). Psicologia social do racismo: estudos de branquitude e branqueamento no Brasil. *In: Racismo institucional*: fórum de debates, educação e saúde. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Edição digital.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. 1. ed. Joinville: Editora Univille, 2011.

COMUNIDADE de Joinville é certificada como quilombola. **Observatório Quilombola e Territórios Negros**, 22 maio 2019. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2019/05/22/comunidade-de-joinville-e-certificada-como-quilombola/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CONAQ – COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Quilombo? Quem somos nós!** Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CUNHA, D. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: Toda letra, 2008.

DUARTE-VIEIRA, A. Acesso à saúde de populações vulneráveis: uma visão sob o enfoque da bioética. **Bioética y Derecho**, n. 43, 2018. Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872018000200015&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 6 jul. 2019.

FÉLIX-SILVA, A. V.; SOARES, G. P.; SANTOS, A. C.; RIGOTI, L. M. B.; NASCIMENTO, M. V. N. A psicologia no contexto das comunidades tradicionais: da emergência étnica à perspectiva ético-estético-política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 130-146, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39nspe/1982-3703-pcp-39-spe01-e222599.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em: 26 jul. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais [...]**. São Leopoldo: Anpuh, 2007. p. 1-9.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História & fotos**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/historico>. Acesso em: 2 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2020.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, 2005, p. 199-206.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, A. D. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

MORRIESEN, C. Certificação federal garantirá direitos de antiga comunidade quilombola de Joinville. **NSC Total**, 4 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/certificacao-federal-garantira-direitos-de-antiga-comunidade-quilombola-de-joinville>. Acesso em: 18 dez. 2019.

NUNES, S. da. S. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/publico/nunes_do.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

OLIVEIRA, C. M. de *et al.* A quebra do padrão de beleza: a aceitação da mulher negra na sociedade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E LUSITANAS (SINAFRO), Pau dos Ferros, 2018. **Anais [...]**. Pau dos Ferros, RN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/sinafro/2018/TRABALHO_EV118_MD2_SA5_ID283_11042018215205.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

OLIVEIRA, L. Crianças da comunidade quilombola são destaques em exposição. **NSC Total**, 26 maio 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/lisandra-oliveira/criancas-da-comunidade-quilombola-sao-destaques-em-exposicao-0>. Acesso em: 18 dez. 2019.

OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2003, p. 117-131. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/912/1116>. Acesso em: 8 maio 2019.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 115-127, dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138/10688>. Acesso em: 23 jul. 2021.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville**: cidade em dados – 2017. Joinville, 2017. p. 73. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS, E. B. Branquismo, pensamento colonizado e racismo no Brasil. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2018. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

SANTOS, J. E. dos. **Transformações e deslocamentos identitários entre descendentes de alemães em Joinville/SC a partir do referencial linguístico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013. Disponível em: https://www.google.com/l?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewjktrfH4eXxAhWuHLkGHXvmCA0QFjASegQIHRAD&url=https%3A%2F%2Fwww.univille.edu.br%2Fcommunity%2Fmestradopcs%2FVirtualDisk.html%2FdownloadFile%2F525882%2FJailson.PDF&usg=AOvVaw2ihEE1P518h_uxH5CbX8EZ. Acesso em: 23 maio 2021.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, ano V, n. 10, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008. Acesso em: 18 dez. 2019.

SILVA, A. B. do N. O impacto do colorismo no feminismo negro do Brasil. **Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/749>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA FILHO, E. A. de. Representações e relações entre estudantes no Rio de Janeiro: conversas, piadas e assistência à TV, segundo o grupo étnico autodefinido. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200009. Acesso em: 30 nov. 2018.

SOUZA, V. S. de. **A política biológica como projeto**: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SAÚDE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EM UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA NO SUL DO BRASIL¹

Aline Krein Moletta²
Danielly Marcos Lessa³
Sirlei de Souza⁴
Flaviane Mello Lazarini⁵
Sandra Luft Paladino⁶

INTRODUÇÃO

A população mundial feminina é de aproximadamente 3,8 bilhões de mulheres, segundo o Banco Mundial de Dados (*World Data Bank*), o que representa cerca de 49,5% da população mundial (World Bank, 2022). Já no Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, as mulheres representam cerca de 52,2% da população, o que totaliza um número de 109,4 milhões de mulheres. Apesar de as mulheres

¹ Publicado em: LUFT PALADINO, Sandra; MOLETTA, Aline Krein; LESSA, Danilelly Marcos MARCOS; LAZARINI, Flaviane Mello; SOUZA, Sirlei de. Saúde em Situação de Vulnerabilidade em uma Comunidade Periférica no Sul do Brasil. **Nursing (São Paulo)**, v. 27, p. 10.161-10.168, 2024.

² Enfermeira. Mestranda em Saúde e Meio Ambiente na Universidade da Região de Joinville (Univille). Bolsista CAPES na pós-graduação *stricto sensu*, com vínculo no projeto Preditores do excesso de peso corporal em mães e seus filhos, Estudo PREDI: coorte 11 anos. ORCID: 0000-0003-3322-8100

³ Enfermeira pela Univille (2022). Qualificação em Atendimento Pré Hospitalar (2023). Qualificação em Suporte Avançado de Vida em Pediatria - PALS (2023). **ORCID:** 0000-0003-4391-4825.

⁴ Docente, Univille. Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC (1998). Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: 0000-0002-1168-7034.

⁵ Docente, Univille. Enfermeira pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2009). Especialista em Educação na Saúde para Preceptores do SUS pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, IEP (2014). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2012). Doutora em Enfermagem pela Escola Paulista de Enfermagem Unifesp. ORCID: 0000-0003-1325-2744.

⁶ Docente na Univille. Enfermeira pela Universidade do Alto Vale do Itajaí (2009). Especialista em Saúde Materno Infantil e Obstetrícia. Especialista em Sexualidade Humana. Mestre e Doutoranda em Saúde e Meio Ambiente pela Univille. ORCID: 0000-0001-6771-8437.

representarem a maioria da população brasileira, elas continuam sendo discriminadas e vítimas de diferentes formas de violência, o que reforça as desigualdades de gênero e torna essa realidade um importante problema de saúde pública.

A luta pelos direitos igualitários iniciou-se pelo movimento feminista, fundamental para a conquista da igualdade de gênero e para os direitos das mulheres. No entanto apenas com a criação da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), foram criados mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2006).

Ao longo dos últimos anos percebeu-se uma constância de casos de violência contra a mulher, mesmo com a existência da lei que visa garantir assistência e proteção. Ademais, a violência de gênero envolve fatores biológicos, econômicos e culturais que interagem entre si. Tal fato ressalta a importância do conhecimento dos profissionais que realizam o atendimento às vítimas de violência, para que estes desempenhem uma intervenção humanizada e de qualidade (Brasil, 2018).

A violência acentua as vulnerabilidades sobre as dimensões individuais, como o acesso à informação, o reconhecimento da suscetibilidade e o acesso a recursos de proteção. Com a visão dessa realidade – por meio da vivência proporcionada pela participação nas atividades de extensão universitária em um Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão em universidade comunitária, com a população de uma comunidade periférica do município de Joinville/SC –, nasceu nas autoras o interesse de compreender o processo de atendimento de saúde para essa população. Com a experiência, surgiu o seguinte questionamento: quais os principais tipos de violência que acometem as mulheres de uma comunidade periférica na região, e como está organizada a rede de atenção à saúde para esse tipo de atendimento?

Justifica-se esse estudo pela necessidade de abordar o tema de forma mais aprofundada, especialmente diante da escassez de informações que tragam vivências práticas e embasamento científico acerca de populações femininas de comunidades periféricas. O objetivo do estudo é identificar quais são os principais tipos de violência que acometem as mulheres de uma comunidade periférica

da região sul, e como está organizada a rede de atenção para o atendimento dessas mulheres.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, transversal e com análise de conteúdo retrospectivo, que utiliza o método de Laurence Bardin para análise de conteúdo. A pesquisa está articulada a um Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão de uma universidade comunitária, a qual desenvolve atividades com a comunidade periférica da região. Participaram do estudo mulheres pertencentes a tal comunidade, as quais compõem a amostra da pesquisa, totalizando oito entrevistas. Para a seleção das entrevistas retiradas do acervo do projeto, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: I) Ser residente da comunidade periférica contemplada no projeto integrado por pelo menos um ano. II) Ser maior de 18 anos. III) Ser frequentadora do projeto integrado. Todas as mulheres entrevistadas aceitaram a utilização dos dados e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização de Imagem e/ou voz.

Os dados para o respectivo estudo foram retirados do acervo de entrevistas semiestruturadas (transcritas na íntegra) do projeto integrado, as quais foram realizadas durante o período de março de 2018 a dezembro de 2021 e objetivaram buscar narrativas de histórias de vida. Respeitados os preceitos éticos, obtiveram-se os pareceres de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos n.º 3.054.484 (2018 e 2019) e n.º 4.251.514 (2020).

Para análise das variáveis, foi desenvolvido um instrumento com base no espectro da análise metodológica do estudo, que levou em consideração a variável dependente (violência) e variáveis independentes que incluem três grupos: a) Grupo pessoal (gênero, etnia, idade); b) Grupo social; c) Grupo de Saúde.

O material das entrevistas foi organizado de forma que as entrevistadas foram identificadas com nomes de flores para que assim fossem preservadas as suas identidades. A escolha do nome

das flores deve-se ao simbolismo de cores roxas e lilás, as quais representam a importância da prevenção e do enfrentamento à violência contra a mulher, tema retratado no calendário do Ministério da Saúde como “agosto lilás”. As entrevistas foram codificadas nas unidades de registro, utilizando o instrumento de pesquisa com o intuito de encontrar relatos que apresentaram situações de violência, palavras associadas à violência, bem como sinônimos e adjetivos da palavra.

Por conseguinte, após a análise do contexto em que as palavras e situações foram identificadas, foi realizada a categorização (*a posteriori*) com base nas falas das mulheres entrevistadas, fundamentadas no conceito da Lei n.º 11.340/2006, bem como a definição no caderno de Atenção Básica n.º 8, tais quais: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. Ademais, ainda foram incluídos na categorização o conceito de ameaça, em concordância com art. 147 da Lei n.º 2.847/1940, assim como a violência simbólica descrita por Bourdieu (Silva; Oliveira, 2017). Diante da categorização, analisou-se a organização da rede de apoio de saúde a mulheres vulneráveis diante das situações de diversas violências, localizando cartilhas e protocolos de atendimento de saúde com as entidades responsáveis e o Conselho Municipal de Saúde.

RESULTADOS

Das entrevistas localizadas no acervo do projeto integrado, oito foram selecionadas para este estudo. As entrevistas foram codificadas utilizando as unidades de registro e as variáveis independente e dependente. O quadro 1 representa as variáveis independentes.

Quadro 1 – Categorização das entrevistas conforme os dados socioeconômicos. Joinville – Santa Catarina (2022)

Nome	Variáveis independentes					
	Idade (anos)	Cor de pele autodeclarada	Número de pessoas residentes na casa	Escolaridade	Estado civil	Número de filhos
Íris	59	Negra	2	Ensino fundamental incompleto	Casada	3
Verbena	46	Negra	7	Ensino fundamental completo	Casada	5
Lavanda	28	Negra	6	Ensino fundamental incompleto	Casada	4
Delfin	64	Negra	15	Ensino fundamental incompleto	Casada	8
Orquídea	38	Negra	5	Ensino fundamental incompleto	Casada	4
Hortência	34	Negra	5	Ensino fundamental incompleto	Casada	3
Violeta	26	Negra	2	Ensino profissionalizante	Casada	0
Tulipa	31	Negra	6	Ensino médio completo	Casada	3

Fonte: Primária (2022)

Para melhor compreender as falas em suas categorias, foi realizada a separação em quadros, conforme o tipo de violência sofrida pelas entrevistadas. A categoria intrafamiliar foi inserida junto com as demais categorias, por não se apresentar de forma isolada nas falas, mas ter se repetido em diversos momentos das entrevistas, associada às outras violências. Destacam-se nos trechos a seguir as falas retiradas das entrevistas categorizadas como violência física e intrafamiliar:

- **Íris:** “Bastante viu? Eu sofri mais do que lá no hospital... porque no hospital tu não precisa ligar para o conselho tutelar né? Digo,

Maria de Penha né..., mas ele me bateu bastante, meu Deus do céu”.

- **Lavanda:** *“A polícia veio, mas só levou a droga, ele tinha se escondido, até porque a polícia foi chamada porque ele tinha batido nela”.*
- **Íris:** *“Ele judia muito de mulher e judia muito das crianças, ainda que são anjinho sabe?”.*
- **Íris:** *“[...] daí ele queria uma empregada né, mas eu não sabia que ia cair nessa situação, daí eu fui de empregada, daí ele queria casar comigo, ele me bombava cacetada na cabeça, tudo cheia de cicatriz aqui... esse aqui que mostrei pra ti dá pra ver (cicatrices na região da cabeça), esse aqui foi ele que me machuco [...]”.*

Nos trechos encontrados, os agressores possuíam em comum as características: ambos do sexo masculino e parceiros da vítima. Dos quatro relatos, três pertenciam à mesma mulher. Não houve menções de denúncia contra o agressor. Com relação à violência psicológica, os trechos a seguir apresentam falas que se enquadraram nessa categorização.

- **Delfim:** *“Não, era muito severo né? O meu pai era severo mesmo”.*
- **Íris:** *“Daí esses dias estavam me mandando ir me ajeitar com ele, me perguntaram ‘porque eu não me ajeito com ele’, daí eu digo ‘porque brincar essa brincadeira estúpida né? Se eu já sofri na mão da pessoa’”.*
- **Orquídea:** *“É muito ciumento e aí onde a gente vai não pra agressão né? Mas a gente fica brigando, batendo boca, as vezes ainda eu evito, saio pra não ficar brigando com ele, mas tipo assim, ele é muito tipo fala as coisas que ofende a gente sabe [...] Ele fala as coisas que ofendem a gente, machuca a gente, às vezes eu choro e eu sento e falo pra ele: “tu que, tu que sabe da tua vida, tu tem que resolver o que tu que da tua vida”.*

Nos relatos encontrados, observa-se a variabilidade das relações entre a vítima e o agressor, sendo eles companheiro, familiar

do companheiro, filhos e vizinhos. Os trechos a seguir representam falas que se enquadram na categorização de violência patrimonial.

- **Íris:** *“É, não tenho medo de deixar filho, de deixar neto, não tenho medo de deixar nada, só a minha casa, entendeu?”.*
- **Íris:** *“Daí ele fala assim: você veio pra cá porque quis, porque na casa que nós morava, você devia ter feito uma reforma, mas eu fiquei com medo, de depois de reformada [...]”.*
- **Íris:** *“Agora nós temos que pedir ali, cada uma mandava no seu pátio, nós temos que pedir um pedacinho a mais porque tem um carreirinho pra nós passar, é tipo ônibus, tem que se arrastar no alto pra poder passar ali no meu pátio sabe? E eu não gosto”.*

Nota-se que esse tipo de violência acontece em cadeia, interligada com as anteriores, repetindo o padrão originado pelo companheiro, por familiares e por vizinhos. Além dos tipos de violência apresentados, destacam-se no estudo relatos de ameaça:

- **Tulipa:** *“E se for falar alguma coisa, sofre ameaça, sofre... vai dizer que vai decapitar, vai dizer que vai mata”.*
- **Hortência:** *“[...] Eles vão, quase não deixo os meus filhos lá pra trás lá por causa tenho muito medo, que eles falam que um anda com arma aí pra trás, anda com depressão, daí vê essas coisa de droga, falei eu não vou deixar meu filho lá, vai que a gente perde uma criança lá pra trás, se o rapaz tem arma lá pra trás”.*
- **Verbena:** *“Até arma, aquele [Nome] ali, ele tem uma arma, vê se tem cabimento, ele andava com a arma lá no campo onde as crianças tavam jogando bola. A [Nome] já não deixo mais o filho dela ir por causa disso, daí só vai brincar de bola quando o [Nome] vai junto, e aí vai lá e eles brincam de bola e vem pra casa. Porque não tem mais uma liberdade pras crianças brincar lá pra cima, não dá mais, a gente tem medo né?”.*
- **Íris:** *“Tem uma (colega) que eu converso com ela, mas ela não conta pra ninguém, porque ela diz assim: se eu contar pra alguém você morre, e eu não quero isso, se eu contasse tudo que eu sei aqui não sobrava mais ninguém pra contar história”.*

Assim percebe-se que, além das ameaças sofridas dentro do ambiente familiar, o próprio ambiente da comunidade gera medo nas famílias residentes, por coagi-las pela representatividade do poder pela força, aqui sinalizado pela arma de fogo.

Também foi identificada nas falas a violência simbólica:

- **Iris:** *Isso, porque to há tanto tempo aqui, né? Daí ele fala assim: você veio pra cá porque quis, porque na casa que nós morava, você devia ter feito uma reforma, mas eu fiquei com medo, de depois de reformada porque as irmã dele são tudo da cor dela aí ó [...] (branca)”.*
- **Tulipa:** *“Porque até, no começo até então eu não ligava, né, mas depois do fato de meu menino sofrer bullying na escola, dele dizer que, é, menino dizer que ele era macaco, que ele era gorila, era chimpanzé, ele vim chorando pra mim e fala pra mim porque eu deixei ele nascer preto, por que eu fiz ele nascer preto. Isso me machucou bastante, eu cheguei a chorar, queria tirar ele da escola”.*

A origem da violência foi proveniente do eixo familiar e de outras pessoas do convívio social. Ressalta-se a presença de falas que se caracterizam como racismo, advindas de pessoas externas à comunidade. Este estudo demonstrou que violência simbólica está intrinsecamente ligada à vulnerabilidade socioeconômica, conforme relatos a seguir:

- **Verbena:** *“[...] E olha ele tem quatro filhos, agora, esses dias a gente fico pensando, ele pega os dois meninos dele [...] ele leva lá pra cima na moto com certeza ali ele tá levando os dois menino pra sai com a droga, porque se a polícia para vai da pras crianças a droga, não com ele”. “[...] quando a minha mãe faleceu também tinha oito anos, era pequena ainda, perdi com oito anos de vida, me virando só eu e Deus né? Morava na casa de um, dormia na casa de outro, com os meus irmãos” – Delfim.*
- **Orquídea:** *“Já tem isso aí que já né? Melhor um bom tanto e era só mesmo esse negócio da creche que não precisava se uma creche, mas uma casinha que botasse as criança e uma pessoa pra cuida pra gente trabalha sabe?”.*

- **Orquídea:** *“ó se tu anda maltratando o menino, eu vou denuncia tu e vou denuncia ela’. Porque o menino chega em casa pra come e não tem comida na panela pro menino come, ah já falei umas boas pra ele, mas vamo vê até onde vai né?”.*

A vulnerabilidade social e os riscos advindos dela são fatores predominantes na exposição a todos os tipos de violência levantados neste estudo. Cabe ressaltar que, das oito mulheres entrevistadas, duas possuem o ensino médio completo (*Violeta e Tulipa*).

As demais flores possuíam ensino fundamental incompleto (*Íris, Verbena, Lavanda, Delfin, Orquídea e Hortência*) e uma “*Violeta*” (com o maior grau de escolaridade entre elas) não apresentou relatos ou condições associadas a nenhum tipo de violência durante a vida.

DISCUSSÃO

Conforme apresentado nos resultados, os tipos de violência identificados durante as entrevistas foram: violência física, violência psicológica, violência patrimonial, ameaça e violência simbólica. Embora a ameaça e a violência simbólica façam parte do conceito de violência psicológica, por conta do destaque para especificidade de situações nos relatos, fez-se necessária a subcategorização.

Diante das reflexões e análises realizadas neste estudo, torna-se primordial a discussão do ciclo da violência. De acordo com a descrição de Lenore Walker em 1979 (IMP, 2016), a violência em um contexto conjugal ocorre dentro de um ciclo que é constantemente repetido por meio de fases sucessivas que nem sempre são marcadas pela agressão, como evidenciado nos resultados pela fala de Íris.

O ciclo da violência contém três fases distintas: aumento da tensão, o ato de violência e o arrependimento seguido por comportamento carinhoso (IMP, 2016). A fase do aumento da tensão é marcada por insultos, humilhação, intimidação e provocações mútuas, as quais podem ter um aumento gradativo ou abrupto. Esse período também é marcado por sentimentos de tristeza, angústia, ansiedade, medo e desilusão (Brasil, 2002).

O ato da violência é caracterizado pela descarga da tensão, falta de controle e explosão do agressor de forma que pode se materializar

na violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Diante disso, o sentimento da mulher pode ser de paralisia e impossibilidade de reação (Moura; Freitas; Coelho, 2023).

Assim, em razão da tensão psicológica experienciada nessa fase, a vítima pode sofrer consequências físicas e psicológicas tais como insônia, perda de peso, fadiga, ansiedade, bem como as sensações de medo, solidão, vergonha, confusão e dor (Brasil, 2002). Tais consequências podem ser visualizadas na fala de Orquídea.

Perante a violência física, a vítima pode apresentar lesões corporais, traumas e outros agravos à saúde. Todo o sofrimento físico e psicológico vivenciado por essa mulher pode culminar em comportamentos autodestrutivos como tentativa de suicídio (Brasil, 2002). Tal ideiação foi visualizada na fala Íris.

Não obstante todo o sofrimento causado pela violência e o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, não houve relatos de denúncias contra o agressor. Por conseguinte, o arrependimento e comportamento carinhoso caracterizam-se pela lamentação do agressor e promessas de mudança de comportamento. Esse período maquia-se como calmo, no qual a vítima se sente feliz com a demonstração de remorso e os esforços na mudança de atitude. Para a mulher, essa fase é marcada por sentimentos de medo, confusão, culpa e ilusão (Brasil, 2002). Nos resultados do estudo, não houve menções sobre essa fase do ciclo da violência, todavia evidenciou-se no relato de Íris a pressão psicológica exercida por pessoas do convívio intrafamiliar para que ela reatasse o relacionamento com o agressor.

Embora o processo seja descrito como um ciclo, nem sempre os acontecimentos possuem uma ordem exata, visto que relações humanas são complexas e únicas, e em certos casos o ciclo termina com o feminicídio. Segundo o Observatório da Violência Contra a Mulher do Estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2021), no período entre janeiro e dezembro de 2023, foram registradas 28.167 medidas protetivas, e o número de feminicídios contabilizou 56 casos.

A violência de gênero faz-se presente, bem como sua repetição de maneira intergeracional, dificultando a quebra do ciclo de violência. Assim, mulheres que presenciam violência doméstica na infância apresentam maior probabilidade de vivenciarem situações semelhantes na vida adulta (Ayebe et al., 2024). É imprescindível ressaltar que os sentimentos de vergonha e culpa podem mascarar a violência física, tornando-a menos evidente nos relatos do que a violência psicológica.

À medida que foi realizada a categorização conforme o tipo de violência, destaca-se que a violência psicológica se sobressaiu perante os demais tipos. Ademais, justifica-se a subcategorização da ameaça pela presença de relatos tanto no âmbito familiar, quanto no ambiente da comunidade, o que gera medo e coação pela representatividade do poder pela força, sinalizado pela arma de fogo nas falas apresentadas nos resultados.

Além disso, a vulnerabilidade expressa os potenciais de adoecimento e não adoecimento, antecedendo e determinando os riscos de os indivíduos se infectarem, adoecerem e morrerem, bem como a possibilidade de apresentarem problemas com abuso de álcool e outras drogas (Meinck *et al.*, 2023).

Conforme a Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (PCSVDF), realizada pelo Instituto Maria da Penha (IMP, 2016), a violência doméstica tem o potencial de afetar a produtividade da mulher e comprometer as funções cognitivas, como concentração e memória, o que afeta o desempenho no trabalho.

Nesta pesquisa, a violência simbólica apresentou-se em relatos que remetiam a situações de racismo. A vivência de discriminação das mulheres negras diferencia-se de homens negros e mulheres brancas, uma vez que essas mulheres sofrem do fenômeno composto pela combinação de racismo e sexismo (Ayebeeng *et al.*, 2024).

Nos relatos de violência simbólica, a fala da entrevistada Tulipa sobressaiu-se por relatar o sofrimento desta como mãe, quando seu filho foi vítima de racismo na escola. Percebeu-se com esse relato que o sofrimento dessas mulheres vai muito além das situações de violências sofridas por elas, uma vez que os filhos passam a ser uma extensão da mãe, os ataques direcionados a eles também possuem um impacto direto na saúde mental das mulheres.

Ademais, a ocorrência de processos de marginalização, silenciamento e objetificação podem ocasionar impacto nas relações interpessoais, supressão das emoções e efeitos negativos em sua saúde mental. Além disso, fatores relacionados à discriminação racial podem afetar a saúde por meio de múltiplas vias, uma vez que existe uma diferença no acesso a bens, serviços e *status* socioeconômico. Martins, Lima e Santos (2018) mencionam que, nesses casos, há uma prevalência de doenças relacionadas à ansiedade e à depressão, assim como a doenças cardiovasculares e à obesidade.

No presente estudo, apenas uma das mulheres relatou ter vivenciado situações de violência patrimonial, representado na fala de Íris. A lesão ao patrimônio da mulher é menos percebida por conta das características de sutileza e menor brutalidade, quando comparadas a casos de agressão física.

Por meio do instrumento utilizado para análise das variáveis independentes, observou-se que as entrevistadas estão na faixa etária de 26 a 64 anos, todas se autodeclararam negras e estão em uma união conjugal estável, e apenas uma das mulheres não possui filhos. Sobretudo foi possível notar que a escolaridade se apresentou como um fator preponderante. Segundo a OMS (2020), os maiores níveis de escolaridade estão associados a menores índices de violência, e estudos mostram que, em algumas regiões, mulheres que possuem o ensino fundamental completo são menos expostas a situações de violência. Sob essa perspectiva, mulheres com um maior nível de escolaridade têm mais possibilidades de escolha sobre o desejo de se casar ou não e sobre decisões e controle de finanças dentro do casamento. Como visto nos resultados deste estudo, a única mulher que não relatou nenhuma situação de violência foi a que possui o maior nível de escolaridade.

As condições de vulnerabilidade socioeconômica têm uma influência direta nos cenários de violência e na busca por atendimento, visto que mulheres vulneráveis estão mais expostas a situações de risco e encontram mais dificuldades no acesso a políticas públicas, informação e serviços especializados de atendimento às vítimas de violência (Ayebe et al., 2024).

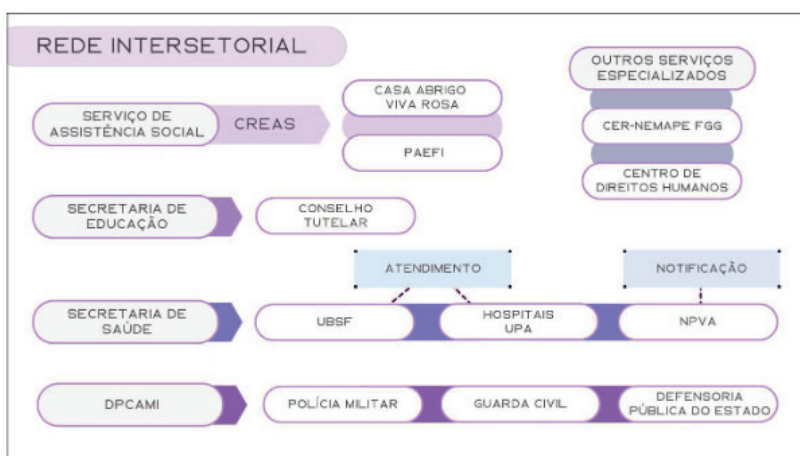
A localização da comunidade é outra principal barreira na busca pelos serviços de apoio e de saúde, já que há dificuldade em acessar as unidades por conta do horário reduzido do transporte público na região. Essas barreiras na busca por atendimento especializado afastam as mulheres do serviço, uma vez que isso passa a ser um impedimento para não o acessar.

A equipe da atenção primária possui papel fundamental no reconhecimento de situações de violência em razão do vínculo estabelecido entre os profissionais e a comunidade. Dessa forma, a equipe de enfermagem, por meio do acolhimento, possibilita maior aproximação com a mulher em situação de violência, estabelecendo um vínculo de confiança e familiaridade. Além disso, o afeto e a

confiança existentes entre a equipe de enfermagem e as usuárias do sistema de saúde podem facilitar a promoção, prevenção e recuperação de danos da mulher em situação de violência (Reis et al., 2022).

Em Joinville, cidade em que a comunidade está inserida, a rede intersetorial elaborou a *Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher*, com o apoio financeiro da Secretaria de Assistência Social. Essa cartilha contém informações sobre os tipos de violência e os serviços municipais que atendem a cada caso, assim como endereço e telefone para contato para as mulheres em situação de violência na cidade (Joinville, 2021). Os serviços que compõem o atendimento especializado na Rede Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher estão sistematizados na figura 1.

Figura 1 – Desenho dos serviços especializados oferecidos pela Rede Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2022)



Fonte: Primária (2022)

Considerando a representação gráfica da figura 1, entre os serviços que integram essa rede de atendimento especializado destacam-se o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), responsável pelos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), e a Casa Abrigo Viva Rosa, ambos vinculados à Secretaria de Assistência Social. Além desses, o município conta com o Centro de Referência e Núcleo de Extensão Maria da Penha (CER-Nemape) e o Centro de Direitos

Humanos (CDH), que desenvolve o Programa de Acolhimento Social, ampliando o suporte às mulheres em situação de violência e fortalecendo o papel da rede intersetorial no enfrentamento desse problema (Joinville, 2021).

Conforme o Decreto n.º 35.651/2019 do município de Joinville/SC, também são integrantes da rede de enfrentamento à violência contra a mulher todas as instituições que se envolvem com o tema. Entre as principais estão: a Secretaria da Saúde, que visa qualificar a atenção integral à saúde de pessoas em situação de violência; as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF); e os hospitais de referência da região de Joinville/SC. Já a Secretaria de Educação e o Conselho Tutelar garantem a proteção da criança e do adolescente (Joinville, 2019).

Outro serviço especializado é a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), articulado com a Polícia Militar, a Guarda Civil e a Defensoria Pública do Estado, os quais constituem o sistema de segurança do estado de Santa Catarina. Um dos objetivos do serviço especializado é atender de forma humanizada, com respeito à dignidade da pessoa, sem discriminação e com sigilo de informações (Joinville, 2019).

Em vista disso, foi encontrado o Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual no município de Joinville/SC, realizado pela Comissão Aconchegar, com o objetivo de nortear o atendimento às pessoas vítimas de violência sexual e suas famílias, de forma humanizada, qualificada e integrada (Joinville, 2023).

A coordenação de Políticas para as Mulheres e Direitos Humanos – a qual possui a finalidade de fomentar e apoiar ações intersetoriais, fortalecer políticas públicas e promover os direitos humanos – identificou que uma das ações efetivas foi a divulgação obrigatória do cartaz “Violência contra a mulher é um assunto de todos, denuncie, ligue 180” em todos os órgãos e instituições públicas do município de Joinville. Além disso, a coordenação informou que a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher está em processo de desenvolvimento de protocolos e fluxos de atendimento às mulheres vítimas de outras violências no município, mas ora se ressalta que o protocolo de violência sexual está nortear os atendimentos aos demais tipos de violência. Outro serviço localizado durante o estudo foi o Núcleo de Prevenção a Acidentes e Violências

(NPVA), que sistematiza e analisa as notificações de violência e quantifica o número e os tipos de violência no município, mas não realiza atendimento direto ao público.

As reuniões abertas organizadas pela Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres promoveram discussões a respeito das ações intersetoriais realizadas no município, entre elas o recente diálogo organizacional entre o Judiciário Joinvilense e a rede local de proteção e amparo à mulher vítima de violência doméstica e familiar. Entende-se que o Poder Judiciário pode ser determinante em ações efetivas de proteção à violência, não somente para destinação de recursos ao município, mas também para o cumprimento efetivo da Lei Maria da Penha. Concomitantemente, são necessárias ações que impeçam ou rompam o ciclo da violência, de maneira a minimizar as chances de que o cidadão agressor volte a cometer o crime. Ressalta-se a importância de oferecer mais possibilidades de acesso aos serviços especializados e apoio socioeconômico, como educação e ingresso no mercado de trabalho, para essas mulheres.

À vista disso, identificou-se a necessidade não somente de melhorar os serviços da rede de atenção à mulher em situação de violência, mas também de facilitar o acesso por meio de outros serviços, como de órgãos de infraestrutura, segurança e maior disponibilidade de transporte público em regiões periféricas.

CONCLUSÃO

Entre os principais tipos de violência evidenciados nas falas das entrevistadas de uma comunidade periférica da região de Joinville/SC estão a violência psicológica, que se mostrou predominante, seguida da violência física, que coexistia no cenário intrafamiliar. Verificou-se que a violência patrimonial, a violência simbólica e a ameaça estão presentes em contextos sociais e, com menos frequência, nas falas das entrevistadas. Não houve nenhum relato de violência sexual e violência moral.

Ademais, foi identificado que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência funciona de maneira intersetorial no município. Ressalta-se que o atendimento da equipe de enfermagem possui papel fundamental no acolhimento às mulheres,

com a escuta qualificada. Destarte, compreende-se que há uma necessidade de melhoria na comunicação intersetorial da rede, bem como de um enfoque estratégico que direcione as ações que possibilitam o rompimento do ciclo da violência. Também são necessários mecanismos de ação para a prevenção e a garantia de atendimento a essas mulheres com integralidade, acolhimento e proteção.

REFERÊNCIAS

AYEBENG, C. *et al.* Influence of type of violence on women's help-seeking behaviour: evidence from 10 countries in sub-Saharan Africa. **PLoS One**, v. 19, n. 3, mar. 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10923450/>. Acesso em: ago. 2025.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da EMESC**, v. 25, n. 31, p. 239-264, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4 ed. São Paulo: Edições 70, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Violência contra a mulher**: um olhar do Ministério Público brasileira/Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, DF: CNMP, 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/FEMINICIDIO_WEB_1_1.pdf. Acesso em: 31 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional n.º 90, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6.º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 16 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que significa ter saúde?** 2021. Disponível: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-queiro-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Cadernos de Atenção. Secretaria de Políticas de Saúde: Brasília, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_intrafamiliar_cab8.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo brasileiro de 2019**. Panorama Joinville Santa Catarina. Joinville: IBGE, 2019.

IMP – INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Pesquisa de condições socioeconômicas e violência doméstica e familiar contra a mulher – PCSVDfMulher**: Primeira Onda. Fortaleza: Instituto Maria da Penha, 2016. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/projetos/pesquisa-pcsvdfmulher.html>. Acesso em: 8 out. 2025.

JOINVILLE. Decreto n.º 35.651/2019, de 3 de setembro de 2019. Institui a Rede Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra Mulher em Joinville/SC, responsável pela articulação, fortalecimento e acompanhamento de Políticas Públicas para as mulheres em situação de violência. **Diário oficial eletrônico do município de Joinville**, n. 1.262/2019, Joinville, 2019. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/public/portalam/pdf/jornal/d7e352df2e56cc2f75431e4d8e44d20d.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

JOINVILLE. **Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual do Município de Joinville/SC**. Joinville: Comissão Aconchegar, 2023. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Protocolo-de-Atendimento-as-Pessoas-em-Situacao-de-Violencia-Sexual-mai2023.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

JOINVILLE. Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Comunicação. **Cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher**. Joinville: Prefeitura de Joinville: Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Comunicação, 2021. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/cartilhas-de-atendimento-e-protecao-as-mulheres/>. Acesso em: 29 out. 2022.

MARTINS, T. V.; LIMA, T. J. S.; SANTOS, W. S. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental das mulheres negras. **Temas Livres: Ciências & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rZVyRBj5p7ytGxYj3GyxPXN/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

MEDEIROS, M. P.; ZANELLO, V. Relação entre a violência e saúde mental das mulheres no Brasil: análise de políticas públicas. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 1, p. 384-403, abr., 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021. Acesso em: 2 nov. 2022.

MEINCK, F. et al. Interrupting the intergenerational cycle of violence: protocol for a three-generational longitudinal mixed-methods study in South Africa (INTERRUPT_VIOLENCE). **BMC Public Health**, v 23, n. 295, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9969039/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/redes_de_atencao_saude.pdf. Acesso em: 2 nov. 2022.

MOURA, G. A. R.; FREITAS, J. A.; COELHO, M. do S. R. Ciclo da violência doméstica contra a mulher: reflexões jurídicas a partir da Lei Maria da Penha. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/12374/5772>. Acesso em: 15 abr. 2024.

REIS, T. G. M. et al. A conduta e abordagem dos profissionais no atendimento à mulher vítima de violência. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 12, n. 75, abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2428/2998>. Acesso em: 5 dez. 2022.

SANTA CATARINA. Ministério Público de Santa Catarina. Observatório da violência contra a mulher, Santa Catarina. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/sobre/>. Acesso em: 4 nov. 2022.

SILVA, L. F. da; OLIVEIRA, L. de. O papel da violência simbólica na sociedade por Pierre Bourdieu. **Revista FSA**, Teresina, v. 14, n. 3, p. 160-174, 2017. DOI: 10.12819/2017.14.3.9. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316608135_O_Papel_da_Violencia_Simbolica_na_Sociedade_por_Pierre_Bourdieu. Acesso em: 8 out. 2025.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Population patterns and changes in family composition affect the lives of women and men throughout the world.** Population and families. Department of Economic and Social Affairs. Statistics. 2020. Disponível em: <https://worlds-women-2020-data-undesa.hub.arcgis.com/pages/population-and-families>. Acesso em: 20 jun. 2021.

WORLD BANK. **Population, female (% of total population).** World Bank Gender Data, 2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.ZS>. Acesso em: 8 out. 2025.

TENSÕES ENTRE NARRATIVA E HISTÓRIA OFICIAL: O CASO DO BECO DO CAMINHO CURTO¹

Andrew Bernardo Corrêa²

Tales Vicenzi³

Sirlei de Souza⁴

Jonathan Prateat⁵

João Victor Machado de Albarnaes⁶

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisar o processo de construção da história oficial de Joinville tornou-se propósito importante para compreender os significados que os documentos e as próprias narrativas históricas supostamente herdadas ou acionadas por meio da história da ocupação de Joinville por imigrantes germânicos no século XIX podem exercer na atualidade, quer pelos gestores públicos, quer pelos educadores, ou mesmo pelas escolas da cidade ou por moradores locais, que também se apropriam desses discursos.

Situado na Estrada da Ilha, o Beco do Caminho Curto tem provocado debates pela sua importância como patrimônio histórico e recurso de fortalecimento identitário da história local. Os contrapontos suscitados compõem a questão-problema que é chave

¹ Publicado em: CORREA, A. B.; VICENZI, T.; SOUZA, S.; PRATEAT, J.; ALBARNAES, J. V. M. Tensões entre narrativa e história oficial: o caso do Beco do Caminho Curto. **Caderno De Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 21, p. 219-225, 2019.

² Acadêmico do curso de História, bolsista de iniciação científica da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: andrewmusica@hotmail.com.

³ Orientador, professor dos cursos de História, Design e Psicologia da Univille. Mestre em Patrimônio Cultural. E-mail: talesvicenzi@gmail.com.

⁴ Orientadora, professora do curso de Direito e Enfermagem da Univille. Mestre em História. E-mail: professorasirlei@gmail.com.

⁵ Orientador, professor dos cursos de Publicidade e Propaganda e Design da Univille. Mestre em Design e Expressão Gráfica. E-mail: jonathanprateat@gmail.com.

⁶ Acadêmico do curso de História, voluntário em projetos de pesquisa da Univille. E-mail: victor.albarnaes@gmail.com.

para esta escrita, pois o processo que levou à idealização, concepção e construção da história de Joinville esmaecida do protagonismo negro nos auxilia tanto a compreender os sentidos atribuídos à importância do Caminho Curto quanto a problematizar historicamente a relação entre narrativas locais e a história oficial em Joinville.

Buscou-se evidenciar as concepções e atribuições históricas que se valeram dessa localidade e que estão inscritas nas narrativas da imprensa, em fontes documentais ou em trabalhos científicos.

Isso posto, a investigação que fundamentou nossas reflexões teve como objetivo principal conhecer a história da formação do distrito de Pirabeiraba, especialmente as redondezas do Beco do Caminho Curto, para entender o seu surgimento e os processos de adaptação diante do reconhecimento de remanescentes quilombolas.

Tal investigação é um desdobramento do Projeto Integrado Caminho Curto: Vivências de Ensino, Pesquisa e Extensão na Promoção da Cidadania (PICC)⁷, que tem entre seus objetivos específicos problematizar historicamente as relações do protagonismo negro em Joinville no tocante à historiografia local e às tensões na construção da memória da cidade.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas documentais e de campo, entre os meses de maio e dezembro de 2018, no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), em localidades do distrito de Pirabeiraba e no Beco do Caminho Curto, que resultaram no agrupamento de fontes da imprensa mediante reportagens de jornais integrantes da Coleção Temática Distrito de Pirabeiraba. Entrevistas de história de vida com moradores locais foram realizadas no ano de 2019. O levantamento dessas fontes abrangeu tanto os anos de 1950 a 2004 quanto a realidade atual.

O percurso metodológico adotado neste estudo para coleta e análise de dados se caracteriza como pesquisa qualitativa, compreendendo que “a pesquisa qualitativa trabalha com questões

⁷ O PICC conta com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAP) da Univille.

difíceis de quantificar, tais como os sentimentos, as emoções, as decepções, as motivações, as crenças e os comportamentos dos indivíduos ou de uma coletividade” (Gonçalves *et al.*, 2014, p. 34).

Os estudos efetuados foram plurais em suas abordagens, mas singulares no que se refere ao debate sobre a historicidade joinvilense e o Beco do Caminho Curto, para que pudessem evidenciar as identidades da cidade de Joinville. Esses documentos e fontes foram incorporados como objetos de estudo em um denso programa de análise, dos quais fizemos instrumentos, para que permitissem a correlação das fontes por meio da comparação dos documentos tendo em vista as datas, as variâncias históricas e a riqueza de detalhes nas narrativas. A fundamentação teórico-metodológica foi composta de pesquisas documentais, de histórias de vida e bibliográficas e de autores e obras que dialogam, direta ou indiretamente, com as questões da pesquisa. Para a análise e interpretação da bibliografia, foram elaboradas fichas de leitura, realizados encontros de estudos com a equipe envolvida no projeto e produzidas sínteses que serviram como base para a revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de atingir o objetivo do projeto (problematizar historicamente as relações do protagonismo negro em Joinville no tocante à historicidade local e aos devaneios históricos), apresentamos neste tópico uma análise, com base na intersecção dos dados levantados em campo e da revisão bibliográfica utilizada, para apontar a formação do Beco do Caminho Curto e da sua historicidade, levantando as intenções e expectativas nele conservados, bem como sua relação com a história local e com o patrimônio cultural municipal vinculados à historiografia e a assimilações sociais de Joinville.

A cidade de Joinville foi calcada com base em representações sociais que se direcionavam à concepção de uma cidade de alemães, célebres trabalhadores europeus que a conduziram à prosperidade. Sandra Guedes (2007) atenta-se para o olhar acadêmico perante essas representações, ao afirmar que “esse estereótipo do joinvilense loiro é reforçado em várias [...] publicações e, principalmente, em

material publicitário da cidade veiculado das mais diferentes formas” (Guedes, 2007, p. 1-2).

Apolinário Ternes, escritor e jornalista joinvilense, teve papel decisivo para que essa representação fosse amplamente aceita e tida como fator verossímil na história da cidade. Ele afirma, em sua obra sobre a colonização de Joinville, que o número de escravos em Santa Catarina era reduzido: “Em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos” (Ternes *apud* Guedes, 2007, p. 3). Ou seja, porcentagem média de 18% de escravos. Ternes afirma que essa é uma quantidade reduzida, o que de fato está correto, tendo em vista os dados apresentados, mas não era uma população ínfima – mais de 12 mil escravos consiste em uma quantidade reduzida perante a população total, porém é significativa.

Entretanto, fora esses dados, Guedes (2007) analisou outros documentos que vão além daqueles produzidos pela administração da colônia, como cartas de sesmarias, atestados de óbito, registros de batismo e inventários *post mortem*. Por exemplo, ao analisar os registros de dados populacionais da Colônia Dona Francisca e depois de Joinville, no século XIX e no início do XX, “percebe-se que a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada” (Guedes, 2007, p. 6). A autora ainda salienta que, ao comparar esses dados com os eclesiásticos (em que era inferida a quantidade de escravos de cada família), se nota rapidamente que essa população ficava fora das estatísticas, sendo incluídas somente as populações imigrantes que entravam na colônia ou saíam oficialmente dela por meio da companhia colonizadora. Assim, a presença de escravos na colônia de alemães, considerando os dados de documentos não oficiais como suporte de análise, não era tão insignificante assim (Guedes, 2007).

Segundo Coelho (2011, p. 55), a presença dos negros em Joinville remonta aos anos anteriores à imigração europeia para a região, no século XIX. No contexto de tornar o Brasil mais branco, mediante o estímulo da imigração de europeus em meados do século XIX, a população negra ficou à margem do desenvolvimento econômico e social.

Existem relatos de que há cerca de 130 anos se beneficiava a cana-de-açúcar em uma usina na região da Estrada do Caminho (AHJ, 1992). As famílias dos descendentes europeus eram mais lembradas nos relatos coletados pelo AHJ em 1992. Existem vestígios de que uma comunidade remanescente de quilombolas vivia nessa região, contudo, dada a construção histórica, a etnia germânica foi mais evidenciada no decorrer do tempo, fazendo com que se apagassem ou ficassem em segundo plano registros dessa etnia afrodescendente. Como ressalva Cunha (2008, p. 109):

desde o princípio, era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos.

A intenção da direção da colônia era destacar o papel de liderança dos imigrantes germânicos no progresso dessa região. Por isso, o desenvolvimento de núcleos familiares afros foi dificultado. Segundo Cunha (2008, p. 115): “não interessava igualmente aos senhores o nascimento de filhos entre os escravos, pois além de não serem necessários em um sistema de pequena produção, causariam grandes despesas”.

A construção da cidade teve contribuição e participação da etnia afrodescendente, porém é necessário investigar as evidências históricas dos sujeitos que habitam o espaço do Caminho Curto, compreendendo que essas manifestações, conforme Burke (1992, p. 14), podem ser visuais, orais, estatísticas, entre outras.

Para conseguir abranger o cotidiano diverso dos sujeitos que viveram/vivem no Caminho Curto no decorrer do tempo, é preciso “examinar uma maior variedade de evidências” (Burke, 1992, p. 14). Embora a comunidade não conste oficialmente como remanescente quilombola, suas características territoriais, sociais e étnico-raciais, além de relatos de habitantes da região, conduzem ao entendimento de que possa ter existido. Todavia, há ainda o documento oficial publicado pelos *sites* da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e da Fundação Palmares de que existe um processo de reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola desde 11 de setembro de 2013 (Santa Catarina, 2018; Fundação Palmares, 2015).

Para o melhor entendimento do contexto em que a Comunidade Caminho Curto parece estar inserida, cabe levantar algumas informações acerca de quilombos e da população negra. Segundo o dicionário Michaelis (2018), a palavra quilombo significa: “no período colonial, comunidade fortificada formada por negros fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão”. Tais territórios, que serviram como espaços de resistência, também funcionaram como espaços de preservação das diversas culturas originárias dos países africanos de onde homens e mulheres escravizados vieram. Além disso, por conta de seu isolamento, os quilombos também construíram suas próprias tradições.

Segundo o *site* da Fundação Palmares (2015),

esse isolamento fazia parte de uma estratégia que garantiu a sobrevivência de grupos organizados com tradições e relações territoriais próprias, formando, em suas especificidades, uma identidade étnica e cultural que deve ser respeitada e preservada.

Foi publicado no *site* do governo brasileiro (Brasil, 2010) que até o dia 27 de janeiro de 2017 o Brasil possuía 2.890 quilombos certificados pela Fundação Palmares. Desses 2.890, segundo dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2010), 13 encontram-se em Santa Catarina como certificados, e nenhum deles fica localizado em Joinville.

Entretanto, a situação social das comunidades remanescentes quilombolas ou mesmo habitadas de forma geral pela população negra em todo o Brasil é crítica, e essa condição originou-se como consequência do período da escravidão. Falar sobre a história dos afrodescendentes no Brasil é um processo de desvelamento de uma narrativa repleta de lacunas, intencionais e naturalizadas. A representação sobre o afro no Brasil carrega consigo o discurso dos vencedores, como pensa Leite (1999, p. 4):

Em 1888, quando da Abolição da Escravatura, perdemos a chance de construir uma nação menos desigual e mais diversa. As elites políticas não estavam dispostas a superar o racismo e incluir os africanos e seus descendentes na nacionalidade brasileira recém-criada.

Nesse sentido, procurou-se construir uma nação mais branca, com o estímulo da imigração de europeus, que ocuparam os postos de trabalho qualificados no lugar dos antigos escravizados. O trabalho livre e assalariado foi o discurso legitimador do processo de transformação do Brasil escravocrata e monarquista, em um país republicano e capitalista. Aos libertos, restaram os subempregos e a economia informal. Assim como no restante do Brasil, o período de escravidão e a subsequente abolição originaram uma estratificação social na qual a população negra, em sua maioria, se encontra em situação de carência. Como consequência, a população negra foi liberta do regime escravocrata, mas sem acesso aos direitos básicos como saúde, emprego, educação, terra para trabalhar, entre outros. Se os moradores locais tanto do Beco do Caminho Curto quanto do município como um todo, alvos principais das narrativas históricas, reconhecerem o seu passado ou a sua história na projeção de narrativas que contemplem a participação quilombola e da escravidão em Joinville, a sua concepção e difusão alcançarão seus objetivos, de fortalecer a historiografia local de um espaço plural em identidades culturais situado na maior cidade de Santa Catarina. Senão, a historicidade local continuará corrompida e frágil quanto à abordagem de matrizes africanas e afro-brasileiras em Joinville, esmaecendo a historicidade e construindo identidades segregadas.

CONCLUSÃO

Predominando a ideia de que Joinville é uma pequena Alemanha, o Beco do Caminho Curto e, por sua vez, as narrativas históricas que remontam à escravidão e ao protagonismo negro em Joinville, ao longo da história, foram esquecidos por uma história oficial e falha. Tais narrativas, portanto, provocam rupturas com os parâmetros da metodologia e as atribuições dos usos da história, que, somados ao objetivo do projeto, visam evidenciar a historicidade joinvilense, acentuando os processos de ocupação territorial e o hibridismo cultural que os circunda. Os debates travados anteriormente e agora, durante o processo de reconhecimento do Beco do Caminho Curto como comunidade remanescente quilombola, geram conflitos

entre pessoas, entidades privadas e públicas, como comunidade afro e com o processo de reconhecimento local. Fontes bibliográficas coletadas no AHJ revelam que entre 1853 e o início do século XXI, engenhos funcionaram nas proximidades da comunidade, o que fortalece e fomenta a pesquisa sobre o tema, a qual ainda não alcançou seu principal objetivo, que é realçar o Beco do Caminho Curto e a história da escravidão em Joinville como fontes de reconhecimento identitário no sentido de fazer com que a comunidade e as próprias narrativas sejam elementos de rememoração da cidade catarinense. No entanto, além disso, destacam-se a singularidade da comunidade, os contornos e as atribuições da construção da sua identidade até o reconhecimento e fortalecimento desta.

Para compreender e assegurar a hipótese de que não há o reconhecimento proposto inicialmente do Caminho Curto enquanto um elemento de memória e identidade associado ao processo formativo da cidade de Joinville, será necessária uma segunda etapa de pesquisa, mas com orientação adaptada e focada na comunidade local, com vistas ao reconhecimento e à significação atribuída atualmente pelos moradores do Caminho Curto à sua própria historicidade. Portanto, propomos a aplicação de pesquisa e entrevistas de história de vida, possivelmente com base na metodologia de pesquisa de história oral, que tem como finalidades a exploração, a descrição e a explicação de fenômenos históricos por meio de narrativas de vida.

Desse modo, será possível contrapor os fatos históricos descritos nos documentos coletados e analisados nesta etapa da pesquisa, para obter uma conclusão mais fundamentada sobre o real impacto que o Beco do Caminho Curto pode ocasionar atualmente sobre questões como memória, identidade e história local.

REFERÊNCIAS

AHJ – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE. **História dos bairros de Joinville**. Joinville: AHJ, 1992.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasil: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2010. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portalanterior/estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BURKE, P. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora Univille, 2011.

CUNHA, D. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: TodaLetra, 2008.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) com processos abertos até 03/06/2015**. Fundação Palmares, 2015. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lista-das-CRQs-ProcessoAbertoAnalise-Tecnica-03-06-2015.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2018.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Maior população negra do país**. Seade. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2018.

GONÇALVES, M. L. *et al.* **Fazendo pesquisa**: do projeto à comunicação científica. 4. ed. Joinville: Editora Univille, 2014.

GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. **Anais [...]**. São Leopoldo, 2007. p. 1-9.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

LEITE, I. B. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831999000100006>. Acesso em: 5 fev. 2018.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. Quilombo. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=quilombo>. Acesso em: 9 fev. 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. **Comunidades remanescentes de quilombo com processo aberto.** Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-escolar-quilombola456/comunidades-quilombolas-de-sc457/2140-comunidades-remanescentesquilombolas-processos-abertos-3912/file> . Acesso em: 9 fev. 2018.

UMA PRÁTICA INTERSECCIONAL: ESCUTA DE MULHERES MÃES PRETAS DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DO NORTE CATARINENSE¹

Maria Eduarda Cardoso²

Carolina Luiza Floriano³

Sirlei de Souza⁴

Fernanda Dalonso⁵

INTRODUÇÃO

Escutar mulheres mães pretas de uma comunidade remanescente quilombola urbana é mais do que uma prática metodológica – é um gesto ético, político e afetivo. Escutá-las supõe reconhecer que suas vozes carregam histórias de dor e resistência, de silenciamento e criação. Supõe, também, que a escuta se faz corpo: corpo que sente, que se afeta, que se transforma no encontro com o outro.

Nessa travessia de pesquisa, é necessário adotar uma perspectiva interseccional. Como nos alerta Butler (1990 *apud* Souza, 2017), o termo *mulheres* não pode ser tomado como uma identidade homogênea, estável e universal. Ele se torna um lugar de contestação, um significante instável e plural. Gênero, raça, classe, etnia, sexualidade e regionalidade não se separam, mas se entrelaçam na construção subjetiva de cada mulher. Como escreve Butler:

¹ Publicado em: CARDOSO, M. E.; FLORIANO, C. L.; SOUZA, S.; DALONSO, F. Uma prática interseccional: escuta de mulheres mães pretas de uma comunidade remanescente quilombola do norte catarinense. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 25, p. 61-65, 2023.

² Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: mariia.caardoso@gmail.com.

³ Voluntária. Acadêmica do curso de Psicologia da Univille, à época da elaboração do presente artigo. E-mail: carolinaluizafioriano@gmail.com.

⁴ Orientadora, professora do curso de Letras da Univille. E-mail: professorasirlei@gmail.com.

⁵ Voluntária, professora do curso de Psicologia da Univille. E-mail: fernandadalonso2014@gmail.com.

Se “é” uma mulher, certamente isso não é tudo o que se é [...] torna-se impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais ele é invariavelmente produzido e mantido (Butler, 1990, p. 41 *apud* Souza, 2017, p. 8).

Nessa perspectiva, ser mulher preta, ser mãe, ser quilombola e habitar o norte catarinense não são apenas marcadores sociais: são experiências corporificadas, historicamente situadas e subjetivamente vividas. Como aponta Davis (2016 *apud* Souza, 2017, p. 10), durante a escravidão, a mulher negra não era pensada como esposa ou cuidadora, mas como força de trabalho e de reprodução. Algumas, diante da crueldade imposta à sua descendência, tomavam a decisão extrema de interromper essa cadeia de sofrimento. Ainda assim, o ambiente familiar surgia como o único espaço onde se experimentava alguma forma de liberdade e pertencimento.

Entre mulheres quilombolas, esses atravessamentos são ainda mais intensos. Como lembra Santos (2012 *apud* Souza, 2017), seus modos de vida e de resistência estão fortemente ligados a religiões de matriz africana, redes de cuidado intergeracionais e um modo comunitário de existir. Em contraste com leituras que apontam a mulher quilombola como submissa ou restrita ao espaço doméstico (Souza; Araújo, 2014), outras narrativas, como a de Böschemeier (2010), revelam mulheres autônomas, que se permitem vivências afetivas fora do modelo tradicional, apoiadas por uma rede de mulheres mais velhas que partilham os cuidados com as crianças da comunidade.

É nesse terreno complexo – onde se entrelaçam a política, a memória, o afeto e a ancestralidade – que este artigo se inscreve. A proposta não é apenas descrever, mas *escutar*. E escutar, aqui, é permitir que a palavra do outro me atravesse, me desloque, me interogue. Escutar é, como diz Fédida (1988, p. 20), “suportar o silêncio que antecede a fala, e não violentar o tempo da escuta com respostas apressadas”. É abrir espaço para o que se anuncia como resto, como rasura, como sopro.

Na escuta dessas mulheres mães pretas, emergem não só palavras, mas marcas. Marcas que se inscrevem no corpo e na história, como aponta Benjamin (1996), ao afirmar que o reconhecimento

do outro exige a renúncia ao narcisismo da escuta colonizadora. A escuta verdadeira é aquela que reconhece a alteridade radical do outro, sem reduzi-lo ao que já conheço.

Inspirados também por Winnicott (1983), compreendemos que a maternagem não se reduz ao vínculo biológico. É, antes, um gesto de sustentação emocional, um oferecimento de espaço psíquico para que o outro possa existir. As mães quilombolas, com suas redes comunitárias de apoio e cuidado, reconfiguram o sentido da maternidade para além da lógica individualista: cuidam como quem partilha a alma.

Este artigo tem como objetivo relatar e analisar as afetações produzidas durante um grupo de escuta com mulheres mães pretas de uma comunidade quilombola urbana do norte catarinense. Ao narrar a experiência, buscamos não apenas registrar histórias silenciadas, mas também provocar um deslocamento no modo como a escuta é concebida na pesquisa acadêmica – menos como técnica, mais como presença, mais como vínculo, mais como política.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO: O GRUPO PSICOTERAPÊUTICO

Em uma cidade marcada por silêncios históricos e apagamentos sociais, nasceu um projeto. Ele não nasceu grande, nem barulhento. Nasceu como nascem os afetos verdadeiros: com escuta, com tempo, com cuidado.

Foi em Joinville, Santa Catarina, que duas estagiárias do curso de Psicologia da Universidade da Região de Joinville (Univille) sonharam e concretizaram, entre 2020 e 2022, um espaço para escutar mulheres mães pretas de uma comunidade remanescente quilombola urbana. O projeto foi pensado como um lugar de acolhimento coletivo e de elaboração subjetiva para aquelas que maternam – sejam mães biológicas, adotivas ou guardiãs da vida. Com apoio de sua supervisora e orientadora, e amparadas pelo Código de Ética do Psicólogo, as estagiárias criaram mais que um grupo: criaram um território de fala.

Esse território recebeu um nome que também carrega gesto e intenção: “Maternar-se: a profunda arte de cuidar de si”. Nome

que já é quase poesia, e que aponta para um eixo vital do projeto: olhar para a maternagem não apenas como cuidado do outro, mas também como um chamado ao cuidado de si, à escuta dos próprios desejos, dores e histórias.

O grupo foi organizado em cinco eixos temáticos que costuraram os encontros, como quem borda memórias em uma colcha de retalhos: (1) Apresentar-se – narrar suas histórias; (2) Recordar – rememorar vivências passadas; (3) Ser mãe – refletir sobre o exercício da maternidade; (4) Encontrar-se – refletir sobre os desejos para além da maternidade; (5) Maternar-se – a profunda arte de cuidar de si.

Ao escolherem um formato psicoterapêutico com inspiração psicanalítica, as idealizadoras apostaram em um tipo de escuta que não se apressa. Uma escuta que permite se afetar, se comover, se implicar. Uma escuta que, como diz Pierre Fédida (1988, p. 22), “acolhe o que não tem ainda forma, o que está à beira da palavra”. Assim, os encontros não visavam respostas prontas ou soluções práticas, mas sim a criação de um campo de fala onde fosse possível habitar a dúvida, a ambiguidade, o não sabido. Fernandes e Santeiro (2021, p. 60) descrevem que os grupos psicoterapêuticos de orientação psicanalítica

[...] estimulam o pensar, o aprender com a experiência, assim como a meta de cada um poder ser o que se é. Nesses grupos, quando bem-sucedidos, ocorre maior aceitação da impotência e da incerteza. Questões primitivas e não elaboradas, causadoras de sintomas, podem ser trabalhadas.

Em 2021, os encontros ocorreram semanalmente; em 2022, passaram a ser quinzenais. Cada encontro durava em média duas horas, e o grupo reuniu aproximadamente 30 encontros ao longo de sua existência. A participação flutuava entre 5 e 10 mulheres, e, como se tratava de uma atividade realizada dentro da própria comunidade, a dinâmica era viva: algumas mulheres vinham acompanhadas de seus filhos, que muitas vezes permaneciam junto delas durante todo o encontro, mesmo com a oferta de brinquedos, lápis e papéis.

Esse detalhe não é trivial – ele revela a própria complexidade da maternagem preta e quilombola: não há separação rígida entre o

cuidado do outro e o cuidado de si. Maternar é, ali, um ato coletivo, cotidiano e ininterrupto. Os filhos participam do grupo não como distrações, mas como extensões da história que ali se conta.

Outro elemento importante da contextualização é o reconhecimento oficial da comunidade como remanescente quilombola, concedido em maio de 2019 pela Fundação Cultural Palmares (FCP), conforme o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. A comunidade, nomeada Beco do Caminho Curto, abriga cerca de 30 famílias, somando 158 moradores, de acordo com dados da Prefeitura de Joinville (2019). Trata-se de uma comunidade encravada em um território urbano historicamente colonizado por imigrantes de origem germânica, o que acentua a sua condição de invisibilidade social e racial.

Assim, o grupo psicoterapêutico não foi apenas um espaço clínico – foi também um gesto político. Um ato de resistência à lógica do silenciamento. Um convite à memória, à fala, à reconstrução da subjetividade em rede. E, acima de tudo, um espaço de afeto e presença, onde a escuta se fazia corpo, e o corpo se fazia linguagem.

A POTÊNCIA DA ESCUTA EM GRUPO

A escuta, aqui, não foi apenas um método. Foi gesto. Foi chão estendido onde antes havia apenas o solo duro do silêncio. Ao ofertar um espaço de fala para mulheres com histórias atravessadas pela negligência do Estado, pela ausência de políticas públicas e pela marca da exclusão, o grupo psicoterapêutico se tornou mais que uma prática clínica – tornou-se um lugar de existência.

Os encontros aconteceram dentro da própria comunidade, no espaço que as moradoras nomeiam carinhosamente de “igrejinha” – um pequeno galpão reformado em 2019, com livros, cadeiras e mesas. Um lugar simbólico, do coletivo e de encontro da comunidade. Foi ali que as rodas se formaram. E como tudo que é tecido com tempo, a roda também precisou esperar seu tempo de girar.

Quando as estagiárias chegavam ao local, passavam pelas casas, convidando pessoalmente as mulheres. Nos primeiros encontros, as participantes chegavam com atraso – vinte, trinta minutos depois

do combinado. Algumas se sentavam; outras preferiam permanecer nas bordas, observando de fora, mesmo após convites gentis para adentrarem o círculo. Não era recusa: era cuidado. Era o tempo do corpo e da confiança, que só se dá quando não é exigido.

Pouco a pouco, o grupo foi se desenhando. As ausências foram se tornando presenças. A roda foi se tornando morada. As palavras passaram a circular entre as cadeiras organizadas pelas próprias participantes – que, antes atrasadas, agora chegavam mais cedo, preparavam o espaço e, ao fim, encerravam o encontro de forma orgânica. Era o grupo ganhando vida própria.

Ao longo de 2021, os pedidos constantes por cestas básicas, roupas e emprego evidenciaram uma prática comum no território: o assistencialismo. Muitas iniciativas que ali chegavam vinham oferecer coisas – não tempo, não escuta. Mas a Psicologia, sobretudo em sua vertente social e comunitária, não chega com respostas prontas. Ela não traz promessas. Traz perguntas. Traz presença.

A Psicologia Social Comunitária propõe uma prática que se distancia da postura salvacionista e que, ao invés disso, reconhece e fortalece os sujeitos em sua capacidade de autogestão, como afirma Campos (2007 *apud* Santos *et al.*, 2021):

[...] uma prática que dê às pessoas a oportunidade de fala, decisão e que elas se sintam empoderadas, respeitadas e, acima disso, sujeitos de Direitos.

Essa abordagem exige do psicólogo a desconstrução de uma prática elitista e individualizante, abrindo espaço para que o fazer clínico se alinhe à escuta das necessidades reais da comunidade. Como completam Santos *et al.* (2021, p. 370), trata-se de um fazer que

[...] reflete práticas sem materialidades que individualizam o sujeito, promovendo sua saída das condições de vulnerabilidade – das relações de poder – para a autonomia.

Mas essa autonomia não nasce pronta. Ela precisa ser provocada, instigada, cuidada. Exige reinvenção. Exige um trabalho

silencioso de escuta e afetação, como quem planta sementes sem garantias de colheita imediata. E, aos poucos, as sementes brotaram. Ou seja, é uma aposta, aposta do lado das estagiárias e das participantes.

As mulheres começaram a falar em associação de moradores, em horta comunitária, em mobilização política. Realizaram reuniões entre si, debateram sobre quem deveria ocupar cargos administrativos e revelaram desconfianças – preferiam que a tesouraria fosse ocupada por alguém de fora da comunidade. Nesse gesto, revelavam marcas históricas de rupturas internas e, ao mesmo tempo, um desejo de construir algo novo.

Notou-se também uma liderança intergeracional naturalizada: mãe e filhas que habitam a primeira casa da comunidade, sempre à frente das iniciativas. Uma liderança reconhecida e respeitada pelas demais mulheres, o que revelava, ali, uma organização interna já presente, ainda que informal.

Nos últimos encontros de 2022, a escuta já não era mais um recurso externo. Ela era delas. A roda havia se tornado sua. A fala circulava com mais liberdade. Surgiram reflexões sobre políticas públicas, direitos sociais e, sobretudo, a violação sistemática desses direitos. Como lembra Pecheny (2009, p. 3), uma política pública é “uma ação conduzida por uma autoridade pública, com o fim de resolver uma situação considerada como problemática”.

Ainda que as leis existam, a ausência de sua efetivação é tão violenta quanto sua inexistência. O grupo elucidou, com nitidez, a ausência de políticas públicas ativas na comunidade. A saúde, a educação e a moradia – direitos constitucionalmente garantidos – tornaram-se privilégios inalcançáveis. O resultado é claro: o direito à vida é reduzido à luta pela sobrevivência.

Pecheny (2009, p. 6) também nos lembra que as políticas públicas precisam traduzir a realidade em categorias “coerentes com a lógica racional-burocrática”, mas, ao fazer isso, muitas vezes apagam as *nuances*, os afetos, os corpos. O grupo de escuta, nesse contexto, se opôs à lógica fria da burocracia. Ali, cada encontro foi também um gesto político, um ato de resistência contra a lógica da invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUANDO A ESCUTA SE TORNA SEMENTE

Ao longo deste percurso, evidenciou-se que a escuta – quando feita com presença, tempo e implicação – não apenas acolhe, mas também restitui dignidade. O espaço psicoterapêutico em grupo, ao se oferecer como um território de fala e escuta para mulheres quilombolas, revelou-se um lugar de reconstrução subjetiva e de reinscrição social.

O gesto de narrar a própria história, em roda, entre iguais, potencializou não só o olhar para si, mas também o reconhecimento de uma identidade coletiva atravessada por múltiplas camadas: ser mulher, ser preta, ser mãe, ser quilombola, ser comunidade. A interseccionalidade, aqui, não foi apenas conceito, mas prática viva – encarnada em cada fala hesitante, em cada silêncio compartilhado, em cada memória evocada. A potência do grupo esteve justamente na possibilidade de resgatar histórias esquecidas, muitas vezes soterradas pela urgência de sobreviver. A escuta tornou-se fértil, e a palavra, um primeiro gesto de transformação.

Diante disso, reafirma-se a importância ética e política do desenvolvimento de projetos que contemplem os saberes e as existências de mulheres quilombolas. Projetos que não venham para ensinar, mas para *estar com*, escutar, reconhecer e fortalecer. A maternidade, nesse contexto, é vivida e significada por meio de outras lógicas, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas, e que precisam ser olhadas com o cuidado que merecem.

A Psicologia, como ciência e como profissão, precisa se comprometer com essa escuta implicada. Precisa descer dos palcos da neutralidade e se posicionar, de forma ética, ao lado da luta pela garantia dos direitos humanos. Não há técnica que se sustente sem ética. Não há clínica possível sem o reconhecimento do sujeito em sua singularidade e em sua história coletiva, porque, no fim, escutar é também um ato político. É oferecer um lugar onde antes havia apenas vazio. É reconhecer a humanidade onde antes só se via estatística. É cultivar o que ainda insiste em florescer – mesmo em solo árido. E foi isso que o grupo fez: escutou, plantou e colheu, aos poucos, os primeiros frutos do pertencimento.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BÖSCHEMEIER, A. G. E. **Natureza da mulher, nome de mãe, marca de negra**: identidades em trânsito e políticas do corpo na comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FÉDIDA, P. **Clínica psicanalítica**: estudos. Tradução de Cláudia Berliner, Martha Prada e Silva e Regina Steffer. São Paulo: Escuta, 1988.

FERNANDES, W. J.; SANTEIRO, T. V. Proposta introdutória de classificação do trabalho grupal. *In*: SANTEIRO, T. V.; FERNANDES, B. S.; FERNANDES, W. J. **Clínica de grupos de inspiração psicanalítica**: teoria, prática e pesquisa. Londrina: Clínica Psicológica, 2021. Livro digital: il. Disponível em: <http://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/publicacoes.php>. Acesso em: dez. 2022.

PECHENY, M. **Políticas públicas e sexualidades**: notas para uma agenda de pesquisa. *In*: PECHENY, Mario; FIGARI, Carlos; JONES, Daniel (org.). Todo sexo es político: estudios sobre sexualidades en Argentina. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2009. p. 1–20.

PREFEITURA DE JOINVILLE. **Comunidade de Joinville é certificada como quilombola**. Joinville, 2019. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/comunidade-dejoinville-e-certificada-como-quilombola>. Acesso em: dez. 2022.

SANTEIRO, T. V.; FERNANDES, B. S.; FERNANDES, W. J. **Clínica de grupos de inspiração psicanalítica**: teoria, prática e pesquisa. Londrina: Clínica Psicológica, 2021. Livro digital: il. Disponível em: <http://www.uel.br/clinicapsicologica/pages/publicacoes.php>. Acesso em: dez. 2022.

SANTOS, M. E. P. dos et al. A ruptura do assistencialismo frente às comunidades: atuações da psicologia. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, 2021.

SOUZA, M. H. de. **Ser-mãe**: olhares interseccionais sobre a maternidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SOUZA, P. B.; ARAÚJO, K. A. **A mulher quilombola**: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. *In*: ESTEVES, J. T.; ALBINO, J. L. A.; FALCÃO, P. R. L. (Org.). Direitos, gênero e movimentos sociais II. Florianópolis: Conpedi, 2014. p. 163–182.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

(RE)ENQUADRAMENTOS DO OLHAR: RETRATOS DE LIDERANÇAS FEMININAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO¹

Larissa Saraiva Halfen²
Diego Finder Machado³
Sirlei de Souza⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de refletir sobre uma experiência fotográfica realizada com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, localizada no distrito de Pirabeiraba, em Joinville, Santa Catarina. A experiência foi motivada pela participação no projeto fotográfico Missão Artística, promovido pelo Núcleo de Estudos em Fotografia e Arte⁵.

¹ Publicado em: HALFEN, L. S.; MACHADO, D. F.; SOUZA, S. (Re)enquadramentos do olhar: retratos de lideranças femininas da Comunidade Quilombola Beco Do Caminho Curto. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**. v. 26, p.150-156, 2024.

² Acadêmica do curso de Artes Visuais da Universidade da Região de Joinville (Univille) à época da elaboração do presente artigo. E-mail: larissahalfen@yahoo.com.br.

³ Professor adjunto da Univille, atuando nos cursos de graduação em História e Artes Visuais e no Programa em Pós-Graduação em Educação. Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6892446255271065>. E-mail: diego.f@univille.br.

⁴ Professora adjunta da Univille, atuando nos cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Naturologia e História e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mediações Contemporâneas. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958226369659395>. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

⁵ Este artigo apresenta discussões desenvolvidas pelos pesquisadores e estudantes vinculados ao projeto “Caminhos para a cidadania em comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e região: vivências de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade Beco do Caminho Curto”. Em 21 de outubro de 2022, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Univille, conforme o Parecer Consubstanciado n.º 5.715.235. Todas as entrevistas concedidas e as imagens que integram este artigo, incluindo as imagens de crianças, foram devidamente autorizadas. A documentação que comprova a participação voluntária na pesquisa e a cessão de direitos de usos de imagem e voz encontra-se arquivada pelos pesquisadores, conforme a legislação vigente no país.

O estudo insere-se em um contexto mais amplo que reconhece a importância das comunidades quilombolas no Brasil, as quais, ao longo dos anos, têm se destacado não apenas por sua herança cultural, mas também por sua luta incansável por seus direitos territoriais. De acordo com Françoise Vergès (2020), a comunidade quilombola já tem um propósito definido desde sua criação. Em suas palavras:

Chamo aqui de quilombagem [*marronage*] e de quilombolas todas as iniciativas, todas as ações, todos os gestos, cantos e rituais que noite e dia, escondidos ou visíveis, representam uma promessa radical. A quilombagem afirmava a possibilidade de um futuro mesmo quando ele era negado pela lei, pela Igreja, pelo Estado e pela cultura, os quais proclamavam que não havia alternativa à escravidão – considerada tão natural quanto o dia e a noite – e afirmavam que a exclusão dos/as negros/as da humanidade era algo natural (Vergès, 2020, p. 17).

Daremos ênfase também ao papel de três gerações de lideranças femininas da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, em particular, Lucia Catarina de Oliveira (avó), Gorete Aparecida de Oliveira (mãe) e Vanessa do Rosario Farias (filha), as quais desempenham papel fundamental na preservação da cultura quilombola, na luta por seus direitos e na preocupação de perpetuar a importância do seu povo para as próximas gerações.

Dessa forma, espera-se contribuir para o aprofundamento das discussões sobre as comunidades remanescentes quilombolas que também compõem o tecido social da cidade, desafiando estereótipos e preconceitos, reconhecendo sua herança cultural e sua resiliência em Joinville. Em uma cidade que enaltece um passado de imigração europeia no século XIX, imigração majoritariamente germânica, a presença negra e quilombola no passado e no presente ainda é uma questão silenciada e pouco conhecida da população local. Trata-se de uma presença que perturba a imagem de cidade europeia, a qual ainda é reproduzida.

POÉTICA

A figura 1 é uma fotografia que retrata três gerações de líderes da comunidade Beco do Caminho Curto, unidas com orgulho e leveza, compartilhando suas histórias enquanto se divertem, sem demonstrar desconforto diante da câmera, que, na verdade, é apenas um celular. Optou-se por essa ferramenta pela simplicidade de manuseio, facilitando uma abordagem mais intimista. Durante o processo, risos e conversas preencheram o ambiente.

Figura 1 – Da esquerda para a direita, Gorete Aparecida de Oliveira, Lucia Catarina de Oliveira e Vanessa do Rosario Farias, em frente ao espaço de convivência da comunidade Beco do Caminho Curto



Fonte: Acervo de Larissa Saraiva Halfen (2023)

A cena desenrola-se em frente ao espaço de convivência da comunidade, cujas portas exibem um grafite de uma mulher negra, simbolizando a entrada para um espaço significativo. Esse local, mesmo sendo uma sala comum, é palco de compartilhamento, apoio e histórias entre as mulheres. As janelas do galpão emolduram um vasto campo onde as crianças são livres para soltar pipas e jogar

futebol. Na figura 2, retrata-se um momento único, onde as crianças descansam, deitadas no lindo campo de futebol, perdidas em seus pensamentos, como se estivessem contemplando algo invisível, imersas em seus próprios mundos. Esse momento ilustra não apenas a liberdade e a tranquilidade presentes nesse espaço, mas também a introspecção e a imaginação que permeiam as atividades dessas crianças.

Figura 2 – Crianças da comunidade Beco do Caminho Curto no campo de futebol



Fonte: Acervo de Larissa Saraiva Halfen (2023)

Naquele ensolarado e fresco dia, as cores vivas e marcantes não apenas preencheram o ambiente, mas pareciam impregnar a percepção, influenciando diretamente a composição da fotografia. As mulheres brincavam entre si, tentando fazer a senhora Lucia sorrir (figura 3). Tal imagem vai além do simples registro de um momento; ela captura emoções profundas e a conexão entre as líderes quilombolas e seu ambiente, um encontro para elaborar o futuro ancestral.

Figura 3 – Conversa entre Gorete Aparecida de Oliveira, Vanessa do Rosario Farias e Lucia Catarina de Oliveira



Fonte: Acervo de Larissa Saraiva Halfen (2023)

Essa narrativa visual não apenas retrata a cena, mas transmite a complexidade das relações afetivas entre as mulheres quilombolas e seu ambiente. Revela-se não só como um retrato estático, mas como uma janela para as emoções e conexões. Almeida (2016, p. 224) sugere o conceito “território de afetos”, onde essas conexões são compreendidas como

(...) invenção de espaços de solidariedade e de transmissão das experiências orientadas por uma ética do cuidado. Nessa perspectiva, territórios de afetos não é um conceito definido pela identidade jurídica quilombola, nem pelo fato de ser nascido em determinado território. Mas, como criação situada no presente, é constituído pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra, seja o medo de perdê-la, seja o orgulho de preservá-la, quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, de sexo e de classe.

Durante a sessão fotográfica, uma menina chamada Isis permanecia sempre próxima, seguindo as líderes, especialmente a senhora Lucia, revelando uma conexão forte e uma lealdade surpreendente (figura 4). Enquanto poderia estar aproveitando um sábado de manhã ensolarado, ela escolheu estar lá, testemunhando e acompanhando todo o processo. Essa presença constante e afetuosa da menina, mesmo em um ambiente de adultos ocupados, reflete não apenas uma ligação afetiva, mas também uma identificação com as líderes e com sua comunidade.

Figura 4 – Isis caminhando de mãos dadas com Lucia Catarina de Oliveira



Fonte: Acervo de Larissa Saraiva Halfen (2023)

Durante uma das rodas de conversa na residência fotográfica, Lucila Horn, uma das organizadoras da residência artística, trouxe uma reflexão significativa sobre Isis e seu papel na comunidade. Ao

mentonar a palavra “herdeira”, não se limita a uma fortuna material, mas à herança cultural e à responsabilidade de se tornar uma nova líder, guiando sua comunidade no caminho do reconhecimento e da preservação da cultura quilombola.

Figura 5 – Isis segurando o arame que circunda o campo de futebol, enquanto Vanessa segura seu pulso



Fonte: Acervo de Larissa Saraiva Halfen (2023)

No registro fotográfico (figura 5), enxergamos Isis diante de uma barreira. Suas pequenas mãos seguram firmemente o arame que circunda o campo de futebol. Vanessa, ao segurar o pulso da menina, simboliza a ligação entre gerações, enquanto Isis personifica a força da comunidade, a perseverança dos ancestrais e a esperança dos que ainda hão de vir. Essa imagem transmite a essência da

tenacidade e da serenidade presentes na comunidade quilombola. É um testemunho silencioso da resiliência e determinação que sustentam essa comunidade, inspirando reflexões profundas sobre a força e a coragem presentes nas pequenas narrativas do dia a dia.

METODOLOGIA

Adotou-se uma abordagem participativa e etnográfica, essencial para obter uma compreensão significativa da vida e da cultura da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, fundamentado nas seguintes fontes:

- Pesquisa preliminar meticulosa sobre a história e a cultura quilombola, com um enfoque particular nas contribuições das mulheres quilombolas;
- Análise de entrevistas seguindo a metodologia da história oral. Para capturar vozes e experiências das lideranças femininas, foram entrevistadas essas três lideranças: Gorete Aparecida de Oliveira, Lucia Catarina de Oliveira e Vanessa do Rosario Farias. Buscou-se registrar suas narrativas pessoais, experiências de liderança e luta, incluindo aspectos significativos de suas infâncias, revelando as raízes profundas de sua conexão com a comunidade;
- Contato com as líderes da comunidade por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão da Univille. Esse processo facilitou a construção de relações interpessoais, estabelecimento de confiança e definição dos objetivos do projeto em conjunto com a comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As lideranças femininas, notadamente Gorete Aparecida de Oliveira, Lucia Catarina de Oliveira e Vanessa do Rosario Farias, desempenham papéis vitais na preservação da cultura quilombola, na promoção dos direitos quilombolas e na transmissão desses valores para as gerações futuras. Suas histórias de vida inspiram não só a comunidade, mas todos nós a refletirmos sobre a importância

do papel das mulheres em todas as áreas da sociedade. Como mencionado por Vanessa do Rosario Farias em uma das entrevistas de história oral:

É... a mulherada bota para quebrar! A gente nunca espera pelos homens. Ah... vamos fazer, movimentar aqui uma campanha, alguma coisa. Geralmente, é muito difícil os homens participarem. Tudo sempre parte das mulheres. A mulherada que movimenta, que vai pra cima. Ah... a gente quer fazer um time de futebol, é a mulherada que se reúne, faz e vai atrás. As mulheres aqui são bem unidas (Farias, 2023).

Os resultados parciais também destacam os desafios que a comunidade enfrenta. Questões como a propriedade e o acesso a serviços básicos continuam sendo desafios cruciais; a resiliência e determinação demonstradas pela comunidade, apoiadas pelas lideranças femininas, são fundamentais para vencer as adversidades.

É importante ressaltar o impacto das entrevistas de história oral neste projeto. Elas forneceram narrativas pessoais e autênticas que capturaram não apenas a história da comunidade, mas também a experiência humana por trás dela. Essas entrevistas são uma rica fonte de informações e contribuem significativamente para este estudo e para a vida.

CONCLUSÃO

Nossa imersão na comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto revelou uma relação complexa envolvendo tradições, resiliência e lideranças femininas notáveis. Lucia Catarina de Oliveira, Gorete Aparecida de Oliveira e Vanessa do Rosario Farias emergem como pilares dessa comunidade, guardiãs de uma herança inestimável e exemplos vivos de força e determinação.

Essas líderes quilombolas exibem destreza ao integrar práticas antirracistas e antissexistas em suas ações para proteger a identidade e a liberdade de sua comunidade. As narrativas que produzem e preservam são um testemunho vivo de uma tradição

que busca resistir ao silenciamento e à invalidação histórica. Essas ações contemporâneas ecoam as práticas das mulheres quilombolas do passado, cujas experiências foram apagadas pelas narrativas históricas tradicionais.

Este estudo, à medida que avançamos, é essencial para perspectivas futuras. É uma responsabilidade que abraçamos para além do momento presente. Devemos continuar nossa pesquisa e nossos esforços em prol das comunidades quilombolas, reconhecendo seu papel fundamental na diversidade cultural do Brasil, envolvendo não apenas a documentação de sua cultura e resiliência, mas a promoção da justiça social, da igualdade de gênero e dos direitos territoriais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléa. Territórios dos afetos: o cuidado nas práticas femininas quilombolas contemporâneas do Rio de Janeiro. **Revista Transversos**, Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos, Rio de Janeiro, n. 8, ano 3, p. 218-234, dez. 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/26543>. Acesso em: 2 dez. 2023.

FARIAS, Vanessa Dias do Rosario. Vanessa Dias do Rosario: entrevista oral [16 fev. 2023, Joinville]. Entrevistadores: Sirlei de Souza e Diego Finder Machado. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa “Caminhos para a cidadania em comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e região: vivências de ensino, pesquisa e extensão com a comunidade Beco do Caminho Curto”. Joinville, 16 fev. 2023.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

O IMPACTO DO RACISMO NA PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR DE POPULAÇÕES NEGRAS NA EDUCAÇÃO FORMAL: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO¹

Isadora Nunes Rodrigues²

Maria Cristina de Lima Reiser³

Sirlei de Souza⁴

Diego Finder Machado⁵

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e está assegurada juridicamente em um conjunto de normas positivadas que regem seu acesso. Um dos primeiros documentos a tratar do tema foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 (ONU, 1948). A Constituição Federal de 1988 também traz dispositivos acerca da educação, dos quais se pode destacar o artigo 205:

¹ Publicado em: RODRIGUES, I. N.; REISER, M. C. L.; SOUZA, S.; MACHADO, D. F. O impacto do racismo na permanência e desempenho escolar de populações negras na educação formal: um estudo da educação de jovens e adultos da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 26, p. 222-227, 2024

² Acadêmica do 4.º semestre do curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: isadoranrodrigues81@gmail.com.

³ Acadêmica do 4.º semestre do curso de Direito da Univille, à época da elaboração do presente artigo. E-mail: reiser mariacristina@gmail.com.

⁴ Professora adjunta da Univille, atuando nos cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Naturologia e História e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Mediações Contemporâneas. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958226369659395>. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

⁵ Professor adjunto da Univille, atuando nos cursos de graduação em História e Artes Visuais e no Programa em Pós-Graduação em Educação. Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6892446255271065>. E-mail: diego.f@univille.br.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Além disso, duas leis regulamentam e complementam o direito à educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (Brasil, 1990, 1996). Embora exista o amparo e a previsão legal a respeito do acesso à educação, a realidade corroborada por dados estatísticos revela a dificuldade para a permanência e o bom desempenho escolar de populações negras na educação formal. Portanto, este artigo tem como objetivo problematizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade Educação Escolar Quilombola, como uma possibilidade de reparação, ainda que insuficiente, de danos causados pelo racismo estrutural no Brasil, buscando a valorização da educação de qualidade, que leva em consideração a singularidade dos educandos e sua realidade social.

METODOLOGIA

Em parceria com a Coordenadoria Regional de Educação de Joinville, órgão ligado à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, foi possível realizar visitas à Escola Municipal Fritz Benkendorf, localizada na Estrada Fazenda, Pirabeiraba. Em parceria firmada com a Prefeitura de Joinville, a rede pública estadual de educação implementou nessa escola, no período noturno, a “Educação de Jovens e Adultos – Educação Escolar Quilombola” com o intuito de atender às pessoas da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto que vivem na região. Durante as visitas aplicou-se um questionário semiestruturado com os alunos que frequentam essa modalidade de educação escolar formal.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de educação básica voltada para escolas que atendem alunos considerados remanescentes quilombolas e possui como base a

Política de Educação Escolar Quilombola (Santa Catarina, 2018), a qual regulamenta essa modalidade de educação em Santa Catarina. Conforme o documento, o grande diferencial da Educação Escolar Quilombola está na valorização das raízes históricas dessa população tradicional, tal como a oralidade, a memória, a ancestralidade e os saberes. A política é amparada pelas Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico Raciais e pela legislação que prescreve o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas do país. Essa modalidade de ensino possui fundamentação metodológica na pedagogia da alternância, na qual há o “tempo escola” e o “tempo comunidade”. Em um dia específico, os estudantes não vão à escola, assumindo o compromisso de se reunir com os membros de sua comunidade e levantar possíveis problemas ou discutir questões sobre suas histórias e memórias. Como explicado na Política de Educação Escolar Quilombola:

A metodologia da alternância assume dinâmicas variadas e pode acontecer em dias na mesma semana, em blocos semanais ou mensais ao longo do curso. Pressupõe também parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e formação do estudante (Santa Catarina, 2018, p. 41).

O questionário semiestruturado aplicado na pesquisa foi desenvolvido semanas antes da visita e considerou aspectos sociais, econômicos e individuais dos alunos. Entre as perguntas feitas constam dados gerais, como nome, idade, quantidade de filhos e local de nascimento. Além disso, foi perguntado se o entrevistado teve contato ou não com a educação na infância e adolescência, até qual série cursou no ensino regular, há quanto tempo frequenta o EJA, quais suas dificuldades, no que trabalha, se mudou de emprego após voltar a estudar e qual a importância do EJA na sua vida. Dessa forma, o resultado da aplicação de tal questionário possibilitou levantar dados quantitativos, assim como realizar uma análise qualitativa das respostas dos estudantes, as quais serviram para a reflexão sobre como o racismo ainda estrutura a vida social no país, dificultando o acesso e a permanência de pessoas negras na educação formal.

PROCESSO HISTÓRICO

É inquestionável que o Brasil possui as raízes do seu desenvolvimento calcadas em anos de exploração de pessoas negras escravizadas. Desde os engenhos de cana-de-açúcar às minas de ouro e às fazendas de café, as populações negras afro-brasileiras foram imprescindíveis para alavancar a economia. Todavia, séculos após toda a exploração, mesmo após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, a população negra continuou estigmatizada, marginalizada e inferiorizada pelos ideais da sociedade. Segundo Almeida (2019, p. 53):

Uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus efeitos.

De fato, por muito tempo o indivíduo negro teve sua subjetividade retirada de si, ou seja, sua essência humana foi descaracterizada e objetificada. Paralelamente, a ciência também teve papel essencial na construção do racismo, ao mobilizar o conceito de raça e hierarquizar seres humanos por suas características físicas. Ainda de acordo com Almeida (2019, p. 29):

A biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas – determinismo biológico – ou condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência.

Todavia, séculos após todas as teorias de superioridade racial terem caído por terra, o conceito de raça ainda é utilizado como

ferramenta de hierarquização e poder. Para Almeida (2019, p. 22), “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. Em outras palavras, a omissão do Estado em promover saúde e oferecer educação de qualidade e segurança está ligada à ideia preconcebida de que alguns indivíduos possuem menor importância diante de outros. Entre esses grupos inferiorizados, sem dúvidas, as populações negras são destaque. O descaso do Estado é uma forma de violência, fortalecedora do racismo estrutural e, conseqüentemente, motivadora da exclusão e evasão escolar. Há quem diga que o racismo não existe na atualidade, entretanto, segundo estatísticas, a cada dez jovens pretos de 19 anos no país, apenas seis concluíram o ensino médio, como mostra um levantamento realizado pela organização não governamental Todos Pela Educação, com base em dados do IBGE, entre 2012 e 2022 (Seis [...], 2023).

Apesar da proteção legal, positivada com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual traz diversos artigos que regulam a proteção de crianças e adolescentes, como por exemplo os artigos 18-A e 70 (Brasil, 1990), a vulnerabilidade social é, sem dúvidas, um dos motivos que levam os jovens a trabalharem desde cedo e deixarem a educação em segundo plano.

EJA: UM CAMINHO PARA A REPARAÇÃO

A preocupação com a não permanência de jovens nas classes de diferentes níveis de escolarização, decorrentes da evasão escolar, está estritamente ligada à história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que decorre, também, de aspectos das transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país.

Nesse sentido, compreende-se que os sujeitos da EJA estão distribuídos de forma ampla e diversificada na sociedade brasileira, necessitando o envolvimento das demais etapas e modalidades da Educação Básica para garantir a aprendizagem e a

escolarização dos sujeitos do campo, jovens em e com defasagem de aprendizagem na escolarização por séries, anos ou ciclos; pessoas em situação de privação total ou parcial de liberdade nos sistemas prisionais; povos e comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas; itinerantes, refugiados e migrantes, pessoas portadores de deficiência em perspectiva atendimento educacional inclusivo ou especializado; pessoas em situação de rua e demais sujeitos ao alcance da modalidade EJA (MEC, 2022, p. 20).

Por meio de atos normativos, como o Parecer CNE/CEB n.º 1/2021, aprovado em 18 de março de 2021, e a Resolução CNE/CEB n.º 1/2021 (MEC, 2021), há a concretização da necessidade de se pensar e fazer as atualizações imprescindíveis ao atendimento educacional pela EJA em suas diferentes formas de oferta aos sujeitos da modalidade. Assim, a Política de Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, implementada em 2018, concretiza a luta por uma educação escolar que dialogue com os povos quilombolas em seus territórios, considerando as suas histórias e suas culturas.

A importância da educação concretizada na vida pode ser observada conforme a seguinte narrativa: “Agora eu me sinto mais importante, tenho mais assunto para conversar. Antigamente eu tinha medo de estudar. A leitura tem me ajudado a ler o nome dos produtos, saber o valor”. Assim afirmou uma das entrevistadas da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, que trabalha como diarista e tem 48 anos de idade. Ela declarou que ficou aproximadamente 40 anos sem acesso à educação e teve seu primeiro contato por meio da EJA, na modalidade Educação Escolar Quilombola. De acordo com o Parecer CNE/CEB n.º 6/2020:

Retornar à escola e frequentá-la constitui, dessa maneira, uma possibilidade de aquisição do conhecimento formal com o intuito de elevação de escolaridade, possibilidade de uma qualificação profissional integrada à formação propedêutica e também a (re) inserção no mundo do trabalho,

com possibilidade(s) de melhoria(s) de vida nas dimensões social, cultural e econômica (MEC, 2020, p. 4).

A entrevista foi aplicada com 12 dos 34 estudantes matriculados no EJA na escola trabalhada, sendo nove mulheres e três homens, na faixa etária entre 22 e 57 anos de idade. Destes, quatro (todas mulheres) não tiveram acesso à educação formal até o momento de frequentar o EJA. Em dados recentes do IBGE, em 2022, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos de idade ou mais, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%) (Gomes; Ferreira, 2023).

Narrativas como “voltei a estudar para ensinar os meus netos”, “eu me sinto acolhida estudando aqui”, “eu me sinto uma pessoa realizada hoje, sabendo dos direitos que eu tenho como cidadão”, “com esse pouco tempo de estudo, eu posso chegar em qualquer canto do país e dizer eu sou Francisco, me respeite como eu estou te respeitando” acompanharam as pesquisadoras na aplicação dos questionários e revelaram o caráter emancipatório e reparador dos danos causados pelo racismo estrutural que o EJA possui.

EMANCIPAÇÃO, AUTONOMIA E DIVERSIDADE DE SABERES

Inquestionavelmente, o EJA, na modalidade quilombola, é um exemplo de educação emancipatória que busca criar sujeitos autônomos para a vida cidadã. Em outras palavras, a educação ofertada supera a típica educação bancária, tão criticada por Paulo Freire e por bell hooks. Segundo Freire (1996, p. 38):

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Assim, os professores levam em consideração a realidade na qual os estudantes estão inseridos e seus diversos saberes, tendo um papel fundamental, como na pedagogia da alternância entre o

“tempo escola” e o “tempo comunidade”, de modo que é possível interligar ou relacionar os problemas do dia a dia com o que se ensina e se aprende na escola. Nas palavras de Grada Kilomba (2019), o indivíduo deixa o lugar de objeto e passa a ser sujeito. Para bell hooks (2013, p. 42), sujeitos são aqueles que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias”. A educação constrói a cidadania do indivíduo negro, permeia e transforma até mesmo a autopercepção e a autoavaliação do estudante. Diante das diversas formas de violência sofridas ao decorrer da vida e dos estigmas sociais, o indivíduo muitas vezes interioriza a sensação de inferioridade, o que o leva a subalternizar seus direitos. Todavia, a EJA, na modalidade Educação Escolar Quilombola, vem sendo uma ferramenta de inclusão, reparação e empoderamento.

É válido enfatizar que o professor possui papel essencial nessa trajetória, nas palavras de hooks (2013, p. 14):

Na pós-graduação, constatei que eu me entediava com frequência na sala de aula. O sistema de educação bancária (baseado no pressuposto de que a memorização de informações e sua posterior regurgitação representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e usados numa data futura) não me interessava.

Melhor dizendo, é por meio da metodologia transgressora – que supera a existência de um “polo passivo” e um “polo ativo” e que valoriza os saberes, as vivências e as experiências – que a sala de aula se torna um lugar de autoconstrução ou reconstrução tanto do professor quanto do aluno. Isso possibilita, por conseguinte, muito mais que a inserção no mercado de trabalho formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu perceber que o EJA é uma importante ferramenta de reparação dos danos causados pelo racismo estrutural no Brasil. É possível, ainda, afirmar que o ambiente escolar vem

promovendo não só o desenvolvimento intelectual dos alunos, anteriormente marginalizados, mas também o acolhimento e a autonomia do sujeito. Em nível nacional, as estatísticas mostram que a evasão de indivíduos negros no ensino médio e fundamental ainda é alta comparada com indivíduos brancos. Segundo dados que compõem um levantamento do Todos Pela Educação com base em dados do IGBE, publicado pelo G1 em 31 de maio de 2023, 6 em cada 10 jovens negros concluem o ensino médio – o número é maior entre brancos (Seis [...], 2023).

Pretos e pardos também são minoria entre os estudantes nessa etapa de ensino. Ressalta-se, contudo, que o EJA é uma política pública que deve ser valorizada, conhecida, difundida e colocada em pauta nos temas orçamentários para que continue gerando seus resultados positivos acerca da educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Rio de Janeiro: Jandaíra, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Irene; FERREIRA, Igor. Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 7 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-nordeste#:~:text=Em%202022%2C%20entre%20as%20pessoas,chegava%20a%2023%2C%25>. Acesso em: 6 fev. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 6, de 10 de dezembro de 2020**. Alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e outras legislações relativas à modalidade. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Documento Referencial para implementação das Diretrizes Operacionais de EJA nos estados, municípios e Distrito Federal**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2022.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Paris: ONU, 1948.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Escolar Quilombola**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SEIS a cada 10 jovens negros concluem o ensino médio; número é maior entre brancos, diz levantamento. **Portal G1**, São Paulo, 31 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/05/31/seis-a-cada-10-jovens-negros-concluem-o-ensino-medio-numero-e-maiorentre-brancos-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em: 6 fev. 2024.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES RECONHECIDAS QUILOMBOLAS NO BRASIL: UMA REVISÃO ATÉ 2016¹

Camila Venturi de Sant'Ana²
Sirlei de Souza³

INTRODUÇÃO

Para adentrarmos nas discussões propostas neste artigo, é importante conceituar o que significa “quilombo”. O quilombo, durante o período escravocrata, de forma simplificada, era o local onde negros escravizados fugidos, individual ou coletivamente, se reuniam e formavam uma comunidade (Reis, 1995-1996; Fiabani, 2012).

Após a abolição da escravidão, o termo “quilombo” foi ressignificado. Inicialmente, o quilombo era associado à resistência cultural negra, local onde negros africanos buscavam resgatar sua cultura. Posteriormente, principalmente tendo como base as teorias marxistas, o quilombo passou a ter uma conotação de símbolo de resistência política, como um modelo revolucionário de resistência popular contra as elites. Por fim, tornou-se um local de fraternidade de pessoas que eram perseguidas por questões religiosas, recreativas, esportivas etc. (Arruti, 2008).

A primeira política pública estatal destinada aos quilombolas no Brasil foi repressiva, de perseguição e destruição das comunidades quilombolas, executada durante o período escravocrata (Reis, 1995-1996). Após a abolição da escravidão, houve um período de

¹ Publicado em: SANTANA, C. V.; SOUZA, S. Políticas públicas para comunidades reconhecidas quilombolas no Brasil: uma revisão até 2016. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 26, p.184-190, 2024.

² Acadêmica do curso de Direito, bolsista de iniciação científica da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: camila.venturi@hotmail.com.

³ Orientadora, professora do curso de Direito da Univille. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

praticamente cem anos de vazio legislativo no tocante à questão quilombola (Dalosto, 2016), e as políticas públicas voltadas a esses grupos permaneciam com caráter repressivo.

Com o fim da escravidão, as comunidades quilombolas deixaram de ser quilombos, uma vez que seus integrantes não correspondiam mais a escravos fugidos, contudo, mesmo diante desse novo cenário, também não houve a criação de qualquer política pública voltada a amparar esse grupo, o qual não era mais reconhecido como “comunidade quilombola” (Dalosto, 2016).

Com base nesse contexto, é importante destacar a evolução das políticas públicas destinadas à comunidade quilombola no Brasil. Durante o período escravocrata, desde o século XVIII, o campesinato livre já se configurava majoritariamente negro, sendo constante o bloqueio do acesso à terra pelas elites políticas e econômicas, bem como pelo Estado. A legislação fundiária brasileira sempre teve um caráter excludente e não reconhecia as posses coletivas de povos tradicionais e impedia que indivíduos sem influência política e/ou recursos financeiros mantivessem a posse ou propriedade da terra que ocupavam (Ávila Santamaría, 2011).

Durante o período colonial, prevaleceu o instituto das sesmarias – lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens –, as quais não eram concedidas à população livre, pobre e sem apoio político. No período imperial, foi aprovada a Lei de Terras (Lei n.º 601/1850), que também tinha um caráter excludente, não assistindo às pessoas livres e pobres (Dalosto, 2016; Silva, 2008).

Tal cenário opressivo agravou-se durante a República Velha, momento em que a legislação sobre a questão fundiária passou a ser competência dos Estados Federados (art. 68 da Constituição de 1891), aumentando o poder político das elites locais, ou seja, dos coronéis, que basicamente eram latifundiários (Brasil, 1891). Já no Estado Novo, houve um processo de incentivo à colonização do interior do país mediante o assentamento de colonos em áreas ainda não ocupadas do território nacional (Linhares; Silva, 1999).

Logo, nesse cenário excludente marcante à época, resta evidente que não havia interesse político por parte do Estado brasileiro em combater as grandes propriedades já existentes, deixando o campesinato brasileiro bloqueado do acesso seguro à terra, sendo este sempre subordinado a determinado senhor ou dono da terra (Linhares; Silva, 1999).

METODOLOGIA

A pesquisa foi qualitativa, priorizando as legislações complementares de regularização, geração de emprego e renda, acesso à saúde e educação e combate à extrema pobreza em regiões rurais, principalmente em territórios remanescentes quilombolas.

Além disso, também foram realizadas pesquisas com o objetivo de estudar e analisar as políticas públicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombo. Tais políticas correspondem a ações voltadas a essas comunidades e, visando à proteção dos direitos básicos do referido grupo, abrangem os seguintes eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania.

A problematização feita a seguir foi sobre a aplicabilidade e eficácia (ou não) de tais políticas públicas, considerando a garantia dos direitos básicos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apenas com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) passou-se a criar políticas públicas exclusivas às comunidades quilombolas, contudo, apesar de a política de reconhecimento das comunidades quilombolas e titulação de seus territórios estar

positivada na referida Constituição, sua aplicação se deu com muita morosidade e dificuldade.

Apenas durante o primeiro governo Lula (2003-2006) tais políticas ganharam impulso, momento em que houve não apenas a apresentação do atual conceito de “comunidade quilombola”, mas também a elaboração de programas e projetos públicos voltados principalmente a essa comunidade.

Ocorre que, mesmo com todos os avanços, o governo federal não foi competente para executar as políticas públicas por ele criadas, segundo os dados. O orçamento previsto em contraposição ao efetivo valor disponível e a morosidade do Estado, como titular dos territórios quilombolas, foram pontos negativos que dificultaram a aplicação das políticas públicas de maneira eficaz.

Entre 2004 e 2007, por exemplo, o programa gastou apenas 32,8% do seu orçamento [do PBQ]. Em 2008, o Programa chegou a ter uma perda no volume de recursos orçados de R\$ 15,3 milhões. Neste contexto, a situação da principal ação reivindicada pelo movimento quilombola, relativa à regularização dos territórios de uso comum, foi ainda pior: o MDA só aplicou 21,75% do orçamento destinado (Arruti, 2009, p. 80).

Vale ressaltar que nos dois governos da presidente Dilma Rousseff (2011-2016) foram continuadas as ações referentes às comunidades quilombolas.

Assim, diante do contexto histórico apresentado, no quadro 1 constam as políticas públicas criadas para a comunidade quilombola no Brasil:

Quadro 1 – Algumas das políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas no Brasil

Data	Política pública	Observações	Link
2001	Busca ativa – CadÚnico	Identificar todas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa para planejamento de políticas públicas em todas as esferas de governo	https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html#:~:text=0%20Cad%C3%A9nico%20foi%20institu%C3%ADdo%20por,atualizados%20e%20complementados%20no%20Cad%C3%A9nico.
2002	Tarifa social	Conceder descontos para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda – as famílias indígenas e quilombolas inscritas no Cadastro Único que atendam aos requisitos têm desconto de 100% até o limite de consumo de 50 kWh/mês (quilowatts-hora por mês), e percebem os descontos da tabela	https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/tarifas/tarifa-social#:~:text=Com%20a%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei,mais%20necess%C3%A1rio%20solicitar%20%C3%A0%20distribuidora.
2003	Programa Água para Todos	A ação passou a fazer parte da política de segurança alimentar e nutricional do governo federal, sendo uma das ações do Programa Fome Zero, sob o comando da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_17_1.pdf
2003	Programa Luz para Todos	Implementar a universalização do acesso à energia elétrica para as famílias residentes no meio e que ainda não tenham acesso a esse serviço público, bem como será o instrumento de desenvolvimento e inclusão social dessa população	https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos
2003	Programa Cisternas	Promover o acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo – o público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais	https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas#:~:text=0%20p%C3%BAblico%20do%20programa%20s%C3%A3o,Programas%20Sociais%20do%20Governo%20Federal.
2003	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar	https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa

Continua...

Continuação do quadro 1

2003	Programa Brasil Local – Economia Solidária	Expressa um novo modo de organização de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos	https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria
2003	Programa Fome Zero	Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano	https://www.mds.gov.br/web/arquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf
2003	Programa Arca das Letras	Criado para facilitar e incentivar a leitura nas comunidades remanescentes de quilombos, colônias de pescadores, comunidades indígenas, ribeirinhas, assentamentos da reforma agrária, comunidades de agricultura familiar	https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/programas_ambientais/arca_das_letras.html
2004	Programa Brasil Quilombola	Base para implementação de outras políticas públicas no Brasil nos eixos sobre: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania	https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola
2004	Certificação das terras/regularização fundiária	Executar e acompanhar os trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo inicia-se com a certificação das comunidades e encerra-se na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural	https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola
2004	Programa Bolsa Família	Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social	https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia
2004	Programa Brasil Quilombola	Base para implementação de outras políticas públicas no Brasil, visando promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades quilombolas, incluindo o acesso ao transporte coletivo	https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola
2007	Procampo	Apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais	http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/procampo.pdf

Continua...

Continuação do quadro 1

2007	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Funasa	Ações: abastecimento de água; esgotamento sanitário; melhorias sanitárias domiciliares; melhorias habitacionais para controle da doença de chagas; drenagem em área de malária; apoio a projetos de coleta e reciclagem de materiais; apoio ao controle da qualidade da água; saneamento rural; saneamento em áreas indígenas	http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2013/05/Gilson_Carvalho.pdf
2010	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Campo)	Destinar recursos financeiros de custeio e de capital às escolas públicas (estaduais, distritais e municipais) localizadas no campo, que tenham estudantes matriculados na educação básica, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física dessas unidades, necessárias à realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino	https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura_organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/pronacampo
2011	Programa Nacional de Habitação Rural	Produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, nas posses e em agrovilas, ou reformar as existentes	https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilha_pnhr_2.pdf
2012	Programa Nacional de Educação do Campo	Disciplinar ações específicas de apoio à Educação do Campo e à educação quilombola, considerando as reivindicações históricas dessas populações quanto à efetivação do direito à educação	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=130192
2013	Bolsa Permanência	É uma política pública voltada para a concessão de auxílio financeiro aos estudantes (sobretudo aos estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior) e assim contribuir para a permanência e a diplomação dos beneficiados	http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia

Fonte: Primária (2023)

Posteriormente, durante o governo Michel Temer (2016-2018), houve diversas alterações na estrutura da Presidência da República, principalmente no tocante à questão quilombola, tendo em vista a extinção de ministérios fundamentais, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRDH), entre outras mudanças que foram extremamente negativas ao grupo.

Por fim, em relação ao governo Bolsonaro (2019-2022), quando analisada a questão quilombola durante sua presidência, destaca-se que, novamente, houve mais retrocessos do que avanços, uma vez que os remanescentes de quilombo sofreram significativa opressão estatal, restando evidente o total descaso do Estado para com as questões do grupo.

É notório, por meio da análise das políticas públicas descritas, que a criação e a preocupação estatal para com as comunidades quilombolas se restringiram aos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, nos quais, mesmo não tendo sido plenamente eficientes na execução dessas políticas públicas, ainda é possível constatar significativos avanços para tais grupos quando comparados aos governos posteriores, de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

CONCLUSÃO

Com a análise das políticas públicas descritas, observa-se a invisibilidade social e política das comunidades quilombolas, as quais, mesmo sendo reconhecidas e certificadas na esfera federal, ainda se encontram em um processo de reconhecimento e construção do empoderamento étnico.

Na cidade de Joinville, local onde se encontra a comunidade Beco do Caminho Curto, há uma formação étnica desigual, uma vez que a cidade se encontra marcada pelo reforço constante da identidade europeia, mais especificamente a germânica.

Por vezes, no decorrer da formação da cidade, se constrói um discurso que caracteriza cada vez mais a invisibilidade dos negros ao excluir a população afrodescendente da possibilidade de atingir a igualdade de direitos em um local predominantemente branco. Compreende-se, dessa forma, que os processos de branqueamento e discriminação impactam as comunidades quilombolas no decorrer de sua construção histórica e social.

Ainda, na Comunidade Beco do Caminho Curto, já houve o reconhecimento e a certificação do grupo, contudo, a aplicação e a eficácia das políticas públicas destinadas aos quilombolas permanecem sem efeito, uma vez que eles não possuem suas terras

regularizadas, o que impossibilita a plena aplicação das políticas públicas.

Assim, embora amparados na Constituição por garantias fundamentais, para as comunidades afrodescendentes e quilombolas os desafios são diários, no tocante ao reconhecimento de sua identidade étnica e igualdade de direitos. Mesmo com a destinação de políticas públicas, estas não são eficazes para garantir a plena aplicação dos direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. *In*: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll: ActionAid, 2009.

ARRUTI, José M. Quilombos. *In*: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (org.). **Raça: perspectivas antropológicas**. Salvador: Edufba, 2008.

ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. **El neoconstitucionalismo transformador: el estado y el derecho en la Constitución de 2008**. Quito: Abya-Yala, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. **Diário do Congresso Nacional**, 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial. Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Guia de Políticas Públicas para comunidades tradicionais quilombolas: Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF: Seppir, 2013.

DALOSTO, Cássius D. **Políticas públicas e direitos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: Ipea, 2005. p. 51-90.

FIABANI, Aldemir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. T. da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 14-39, dez./fev. 1995-1996.

SILVA, Givânia Maria da. Política Nacional de Quilombos: avanços e desafios. **Cadernos de Estudo**: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, DF, n. 9, p. 9-13, 2008.

VERSIANI, Maria Helena. Uma república na constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-252, dez. 2010.

COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO: AS IMPLICAÇÕES NA DEMORA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA¹

Caroline Martins²

Sirlei de Souza³

INTRODUÇÃO

No Brasil, os agrupamentos denominados quilombos surgiram por volta dos séculos XVII e XVIII, quando os negros escravizados fugiam das fazendas dos senhores de engenho e se refugiavam em locais escondidos em meio à mata. Ainda durante o período Brasil Colônia, as comunidades quilombolas expandiram-se por todo território brasileiro em locais como Bahia, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas. Segundo o *site* Educa Mais Brasil (Oliveira, 2019), a invasão holandesa (1630) foi um evento marcante sob o viés de que inúmeros senhores de engenho tiveram de abandonar suas fazendas, logo, as pessoas escravizadas empreenderam fuga em busca de abrigo no Quilombo que viria a ser o mais emblemático: Quilombo dos Palmares, situado em Alagoas (Larrea; Viana; Braga, 2021).

Como dito anteriormente, o Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo da América Latina. Ele surgiu em 1580 e teve seu apogeu na segunda metade do século XVI, abrigando por volta de 20 mil quilombolas que viviam da pesca, da caça, de frutas e da agricultura. Além disso, produziam cestas, tecidos e cerâmica, e tudo isso era comercializado com quilombos vizinhos. Teve por seu primeiro

¹ Publicado em: MARTINS, C.; SOUZA, S. Comunidade Quilombola Beco Do Caminho Curto: as implicações na demora da regularização fundiária. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 26, p. 191-198, 2024.

² Acadêmica do 6.º semestre do curso de Direito da Universidade da Região de Joinville (Univille), bolsista Uniedu, à época da elaboração do presente artigo. E-mail: ccaroline@univille.br.

³ Orientadora, professora adjunta da Univille nos cursos de graduação em Direito, Enfermagem, Naturologia e História. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9958226369659395>. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

líder Ganga Zumba (filho de uma princesa do Congo), cuja liderança foi símbolo de resistência a ataques externos. Posteriormente, o quilombo dos Palmares teve por seu líder Zumbi dos Palmares.

As primeiras comunidades Quilombolas constituíam-se como uma grande imagem de aldeias africanas, nas quais existiam divisões de tarefas, cultura de subsistência e a representação de um líder para que houvesse uma organização bem definida (Larrea; Viana; Braga, 2021, p. 102).

De acordo com Vieira (2012) em seu artigo intitulado “Caleidoscópio quilombólico da regularização”, Zumbi dos Palmares, sobrinho de Ganga Zumba, foi o último líder do Quilombo dos Palmares, exímio guerreiro que ganhou admiração dos demais quilombolas por sua coragem, liderança e estratégia. Zumbi foi morto em 20 de novembro de 1695, aos 40 anos, após uma denúncia feita por um de seus capitães; a data de sua morte posteriormente foi adotada como o dia da consciência negra. Apesar de sua morte cruel e repentina, Zumbi dos Palmares lutou pela liberdade religiosa e pelo fim da escravidão colonial no Brasil, não admitindo a forma de dominação existente de brancos contra os negros, tornando-se assim o maior símbolo pela liberdade dos negros na história do Brasil.

Com o fim da escravidão e a não mais existência jurídica de escravos, as então comunidades chamadas de quilombolas deixaram de ser quilombos, porque os seus membros não mais podiam ser considerados como escravos fugidos. Consequentemente, não houve qualquer política pública destinada especificamente para essas comunidades que, apesar de existirem de fato, não necessariamente se reconheciam ou eram reconhecidas como comunidades quilombolas (Dalosto; Dalosto, 2018, p. 555).

Por mais de um século houve grande descaso e invisibilização das populações que sofreram com a escravização nos 300 de Brasil Colônia. Só 100 anos após a chamada “Abolição da Escravatura” o Brasil, nas discussões acaloradas da então Constituinte Brasileira (1987), teve coragem de discutir tal realidade e compreender a dívida histórica com os descendentes/remanescentes de pessoas escravizadas.

Para que fosse levantado o debate sobre a criação de um artigo que garantisse as terras quilombolas na Constituição Federal de 1988, de acordo com o *site* da Comissão Pró-Índio de São Paulo, em matéria publicada, foi necessária uma mobilização realizada pelo movimento negro, que levou a pauta para debates da Assembleia Constituinte. Na época, Pará, Maranhão e Bahia já possuíam em suas constituições estaduais dispositivos que versavam a respeito das terras quilombolas, mas tornou-se essencial a criação de um dispositivo nacional para que as terras fossem reconhecidas em todo território brasileiro. Posto isto, em 20 de agosto de 1987, o Deputado Carlos Alberto Caó apresentou oficialmente uma proposta de emenda popular.

A Comissão Pró-Índio ainda afirma que, após a apresentação dessa proposta na Constituição de 1988, os quilombolas passaram a ter direito para que suas terras fossem intituladas, por meio do artigo 68, que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Além do artigo 68, as comunidades quilombolas também são amparadas pelo artigo 216 da Constituição Federal, que diz:

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

§ 5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 1988).

METODOLOGIA

A pesquisa que ora apresentamos advém da necessidade de analisar os processos de regularização fundiária nos territórios das comunidades quilombolas já reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares. A regularização fundiária é um ato jurídico de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra). Com vistas a problematizar a não celeridade dessa regulamentação, que impacta diretamente nas vidas das populações que vivem em tais comunidades, realizou-se um estudo referente às legislações pertinentes ao tema.

A análise deu-se pautada nas garantias descritas na Constituição Federal de 1988 e nas legislações complementares que regulam tais garantias. Em seguida, foi realizada uma análise da demora dos processos de certificação e de regularização fundiária, problematizando suas consequências na efetivação de política pública e melhoria de vida dessas comunidades.

RESULTADO E DISCUSSÕES

No caso do reconhecimento e da regularização das terras quilombolas no Brasil, nem sempre as garantias constitucionais se transformam em políticas públicas com a agilidade que a situação dessa população exige. O processo para reconhecimento e titulação de uma comunidade quilombola consiste em 6 etapas (figura 1).

Figura 1 – Etapas: regularização fundiária

ETAPAS - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		
AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA	ELABORAÇÃO DO RTID	PUBLICAÇÃO DO RTID
A comunidade quilombola precisa se autorreconhecer como tal e apresentar ao Incra a certidão de autorreconhecimento que é emitida pela Fundação Cultural Palmares.	Para regulamentar as terras, é necessário fazer um relatório técnico de identificação e delimitação, que levanta informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas, étnicas e antropológicas.	Após a publicação do RTID, os interessados podem contestá-lo em um prazo de 90 dias, após o julgamento da contestação cabe recurso ao Conselho Diretor do Incra Sede, no prazo de 30 dias a contar da notificação.
PORTARIA DE RECONHECIMENTO	DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO	TITULAÇÃO
Nesta etapa, se encerra a fase de identificação territorial e é publicada uma portaria feita pelo Presidente do Incra, que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados.	Caso tenha imóveis privados no território delimitado quilombola, será necessária a elaboração de um decreto presidencial de desapropriação por interesse social, os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme preço de mercado, pagando-se previamente e em dinheiro a terra nua.	O presidente do Incra realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída. É proibida a venda e penhora do território.

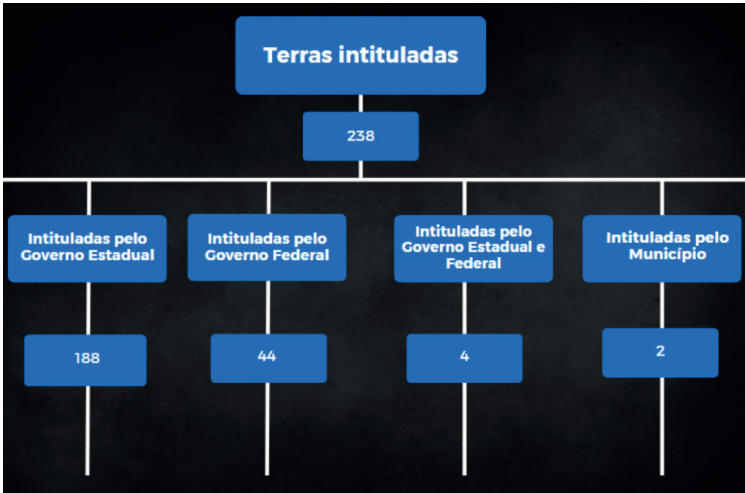
Fonte: Primária (2022)

Ante o exposto, a demora na titulação das terras quilombolas acarreta vários problemas, um deles é que sem a titulação correta a comunidade fica de fora de políticas públicas voltadas diretamente para as comunidades quilombolas. No Brasil, existe o programa Brasil Quilombola, chamado de Agenda Social Quilombola, que é voltado para melhorias das condições de vida e ampliação de acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em quilombos; os responsáveis por essas ações são diversos órgãos do governo federal.

A Agenda Social Quilombola é responsável por atuar nas quatro principais áreas na vida dos moradores de terras quilombolas, sendo elas: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania.

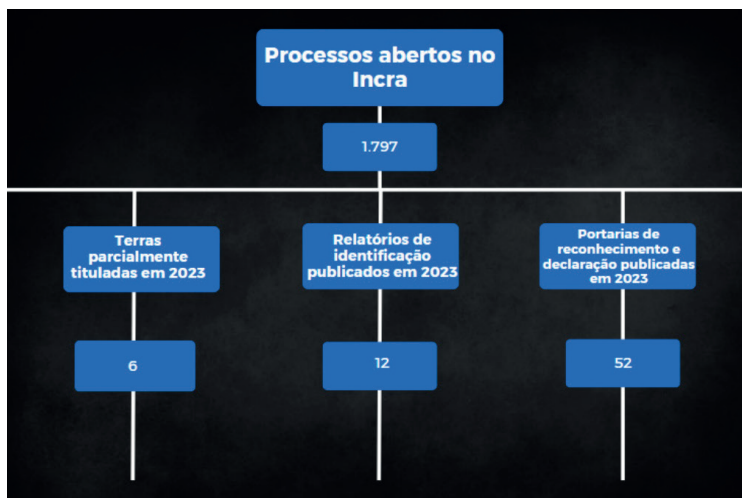
A figura 4, produzida pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (2023), demonstra a demora nos processos.

Figura 2 – Terras intituladas



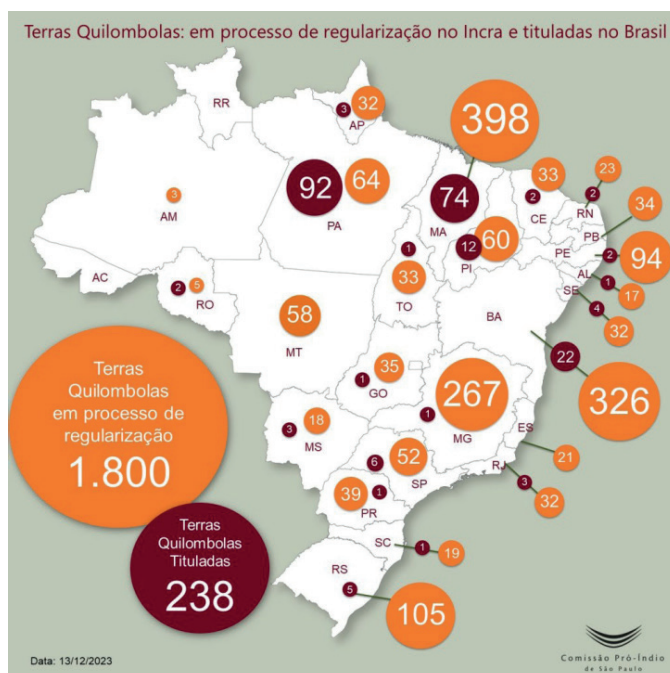
Fonte: Primária (2024)

Figura 3 – Processos abertos no Incra



Fonte: Primária (2024)

Figura 4 – Terras Quilombolas: em processo de regularização no Incra e tituladas no Brasil



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo (2023)

Segundo dados da organização de direitos humanos Terra de Direitos, publicados em maio de 2023, no atual ritmo de titulação das terras quilombolas, para que todas fossem tituladas corretamente, levaria cerca de 2.188 anos, considerando as titulações parciais (Terra De Direitos, 2023).

Em Joinville (SC), no Distrito de Pirabeiraba, fica o território da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, uma das centenas de comunidades que aguardam a regularização fundiária de seu lugar de moradia. Hoje (2023) o local conta com aproximadamente 40 famílias, totalizando por volta de 180 pessoas. Essas famílias vivem em um espaço ainda precário, dividindo entre si as vivências do dia a dia, entre elas o preconceito, as dificuldades e a invisibilidade estatal por falta de políticas públicas aplicadas decorrentes da não regularização fundiária.

A luta pelo reconhecimento da referida comunidade data do fim dos anos 2000 e só se concretizou em maio de 2019 (Comunidade [...], 2020). Após o ato jurídico de reconhecimento, a comunidade ganhou muito mais visibilidade e envolvimento de diversos grupos organizados da sociedade civil, de instituições educacionais e de organizações como o Engenheiros Sem Fronteiras, o Comitê de Responsabilidade Social da companhia Águas de Joinville, entre outras (Souza *et al.*, 2021).

Nesse processo foram intensificados projetos de ensino, pesquisa e extensão pela Universidade da Região de Joinville (Univille), dando continuidade a projetos antes desenvolvidos pela Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc). A Univille realizou, nos últimos 6 anos, diversas atividades com a comunidade, sempre relacionadas à cidadania, à educação e ao desenvolvimento da autonomia. O foco principal tem sido a educação (utilizando o reforço escolar como ferramenta para crianças e jovens), atividades de geração de renda para os adultos, preparação para o mercado de trabalho e a possibilidade de promover vivências na cidade, em exposições, museus, escola de arte e música e feira do livro. Em outra frente de atuação, a Univille, com a parceria de diversos atores, como Instituições de Direitos Humanos, Defensoria Pública da União, Movimentos Sociais Negro e Poder Legislativo local, articula-se na busca de garantias de direitos e de melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

Cabe ressaltar que toda essa mobilização e articulação política não são capazes de resolver as necessidades gritantes da comunidade Beco do Caminho Curto. A regularização fundiária é extremamente urgente, porque só esse ato jurídico pode dar a condição necessária para receber de fato as políticas públicas. Por exemplo, a comunidade demorou anos para ter saneamento básico, coisa que só se tornou possível por meio de instituições da sociedade civil, como o Comitê de Responsabilidade Social da Companhia Águas de Joinville e a ONG Engenheiros Sem Fronteiras, no entanto o problema volta a ser preocupante passados 5 anos por conta do crescimento das moradias e da falta de manutenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do fato de a falta de titulação impedir que a comunidade quilombola tenha acesso a tais políticas públicas, ela expõe a comunidade ao assédio por parte do capital imobiliário, entre outros assédios e atos de racismo. O mais comum dos problemas é o assédio por parte das construtoras, que, ao construir edificações em torno das comunidades, pressionam os moradores a saírem de onde estão. Em Joinville-SC, na comunidade Beco do Caminho Curto, o mesmo aconteceu quando foi construído um condomínio de luxo em frente à comunidade.

Além de impedir que as comunidades tenham acesso a direitos básicos para a subsistência, a demora nesse processo infringe um dos princípios que regem o ordenamento jurídico atual: a celeridade processual. Tal princípio versa sobre a necessidade de rapidez e agilidade do processo a fim de buscar a prestação jurisdicional no menor tempo possível.

À vista disso, é imprescindível que os processos tramitando referentes à titulação das comunidades quilombolas tenham seu devido andamento o mais rápido possível, haja vista que os riscos para a comunidade em viver sem a titulação são diversos, como exposto anteriormente. É preciso compreender que, além de a terra ser responsável por gerar moradia para essas comunidades,

os problemas de saúde se intensificam e a dignidade vai sendo violentada, uma vez que esse território também carrega memórias de uma ancestralidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório Quilombola**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

COMUNIDADE quilombola de Joinville: uma história de luta contra o preconceito e por reconhecimento. **O Município**, 2020. Disponível em: <https://omunicipio.com.br/comunidade-quilombola-de-joinvilleuma>. Acesso em: 2023.

DALOSTO, Cássius; DALOSTO, João. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. **Revista Políticas Públicas**, v. 22, n. 1, p. 555, 2018.

LARREA, Witor; VIANA, Francisca; BRAGA, Francisco. Políticas públicas para as comunidades quilombolas no Brasil: um estudo à luz da análise lexical no período de 2000 a 2020. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 7, n. 1, p. 102, 2021.

OLIVEIRA, Darcicleia. Quilombos. **Educa Mais Brasil**, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/quilombos>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Simone da; NASCIMENTO, Lisângela do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem (Cessada)**, v. 3, n. 1, p. 24-28, 2012.

SOUZA, Sirlei de; VICENZI, Tales; PRATEAT, Jonathan; SILVA, Salete da. Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. **Revista Confluências**, v. 10, n. 3, 2021. ISSN 2316-395X.

TERRA DE DIREITOS. **No atual ritmo, o Brasil levará 2.188 anos para titular todos os territórios quilombolas com processos no Incra.** 12 maio 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188-anos-para-titular-todos-os-territoriosquilombolas-com-processos-no-incra/23871>. Acesso em: 19 nov. 2023.

VIEIRA, Rosana. **Caleidoscópio Quilombólico da Regularização.** Campinas: Unicamp, 2012.

CAMINHOS PARA A CIDADANIA EM COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE JOINVILLE E REGIÃO: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENGAJAMENTO E DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES¹

Helen Comin²

Jonathan Prateat³

Sirlei de Souza⁴

INTRODUÇÃO

O documento apresentado contém experiências vivenciadas em 2022 por uma estudante de Publicidade e Propaganda da Universidade da Região de Joinville (Univille), por intermédio do projeto integrado “Caminho Curto: vivências de ensino, pesquisa e extensão na promoção da cidadania (I e II)”, realizado em conjunto com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, situada no distrito de Pirabeiraba, em Joinville (SC).

O projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão intitulado “Caminhos para a cidadania em comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e região: vivências de ensino, pesquisa e extensão com a Comunidade Beco do Caminho Curto” tem por objetivo promover ações integradas de vivência em ensino, pesquisa e extensão com a comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto por meio do diálogo sistemático e continuado entre

¹ Publicado em: COMIN, H.; PRATEAT, J.; SOUZA, S. Caminhos para a cidadania em comunidades remanescentes quilombolas de Joinville e região: a importância da comunicação nos processos de engajamento e disseminação das informações. **Caderno de Iniciação à Pesquisa (Univille)**, v. 25, p. 88-94, 2023.

² Acadêmica do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: helencomin@univille.br.

³ Orientador, professor do curso de Publicidade e Propaganda da Univille. E-mail: j.prateat@univille.br.

⁴ Orientadora, professora adjunta dos cursos de Direito, Enfermagem, Naturologia e História da Univille. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

a comunidade e a universidade, com vistas a fortalecer a vivência de uma cidadania plena e o reconhecimento de suas histórias e memórias.

Nesse sentido, a comunicação possui papel fundamental na disseminação das atividades promovidas pelo projeto perante a comunidade acadêmica e externa, a fim de apresentar ações, estimular a participação e o voluntariado, divulgar resultados e comunicar conteúdos pertinentes à causa quilombola e antirracista. Contando com a utilização das mídias *online* Facebook e Instagram e *offline*, tem-se o intuito de promover a cidadania mediante a disseminação de informação com diversos temas como saúde, história, direito, educação e cultura.

O processo proposto evidenciou resultados positivos e manteve uma estratégia de redação e *design* alinhada para os materiais, de forma objetiva e precisa. Ao decorrer do ano houve aumentos significativos de seguidores nas páginas principais, gerando mais interações, além de curtidas e comentários, muitos compartilhamentos e parcerias. Tudo isso trouxe mais conhecimento à população sobre a comunidade.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa fundamenta-se na síntese de referencial teórico com base, sobretudo, em Sant'anna, Rocha Júnior e Garcia (2009), Wheeler (2008; 2012) e Aaker (1998). Desses estudos foi desenvolvido o processo de comunicação, que surge de epistemologias próprias do campo, bem como de aproximações com o *design* no sentido de construção processual de textos e imagens segundo referências de público, identidade visual do projeto, objetivos de comunicação, pesquisas de similares, entre outras ferramentas projetuais, todas por meio de abordagem qualitativa e coleta de dados empíricos.

Para as etapas de planejamento, segue-se o entendimento de Sant'anna, Rocha Júnior e Garcia (2009, p. 2):

o processo de comunicação consiste em um transmissor, uma mensagem e um receptor. Devemos lembrar que um dos princípios básicos da Teoria da Comunicação é que os sinais emitidos só têm significado se o receptor souber interpretá-los.

Para garantir que o receptor receba a mensagem corretamente, o fluxo de desenvolvimento criativo teve como base o livro *Design de identidade da marca: guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas*, de Alina Wheeler (2012), no qual a autora direciona a utilização de um processo para cinco etapas: coleta e análise de dados, esclarecimento da estratégia, *design* de identidade, criação de pontos de contato e aprendizagem. As etapas foram alinhadas conforme a necessidade.

Para a criação dos materiais e divulgação do posicionamento da marca, tem-se como modelo o conceito de David Aaker (1998), no livro *Brand equity: gerenciando o valor da marca*: “alguns elementos de *marketing* são indispensáveis para a construção de Brand Equity, entre eles destacam-se nome, *slogan*, logomarca e posicionamento”.

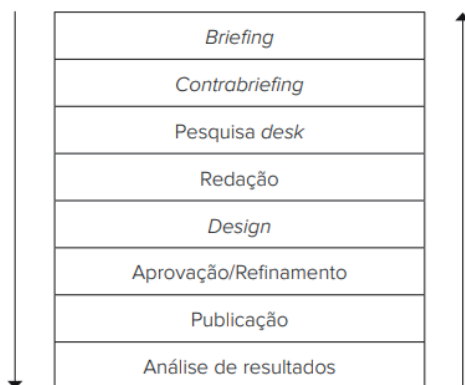
PROCESSO CRIATIVO

Para iniciar o planejamento, deve acontecer uma troca de informações, chamada de “*briefing*”, em que são alinhados os objetivos e as metas do material a ser elaborado, finalizando com um “*contrabriefing*”, para validar as informações com mais detalhes. Com as informações coletadas, realiza-se uma pesquisa para identificar como será a aceitação do material, envolvendo ações tanto *online* quanto físicas, com vistas ao receptor e ao público-alvo.

Na criação do protótipo, são alinhadas as etapas de redação do texto e do *design* visual; ambas precisam estar de acordo para que a mensagem seja transmitida de forma correta. Logo, passará por uma validação pelos solicitantes do material, trazendo contrapontos de melhorias, até que a demanda esteja apta para ser aprovada e publicada. O *software* no qual acontecerá a publicação do material disponibiliza o acompanhamento de métricas, em que se coletam os resultados para a comprovação de que a mensagem foi transmitida.

Para a melhor compreensão desse fluxo, criou-se o esquema a seguir:

Quadro 1 – Etapas da metodologia



Fonte: Primária (2022)

Mais detalhadamente, a criação da postagem é compartilhada, além dos solicitantes, com os demais integrantes para análise conjunta ou sugestões. Assim que aprovadas, as imagens são colocadas, lâmina por lâmina, em pastas nomeadas e disponibilizadas na plataforma Teams para serem postadas. Tal procedimento facilita o compartilhamento de arquivos editáveis para que todos tenham acesso, caso necessário.

A fim de estabelecer a conexão com as pessoas pelas redes sociais, foram trabalhados cinco temas: *repost*, TBT, ações, conteúdos informativos e datas comemorativas.

Quadro 2 – Objetivos dos temas

Repost	Republica uma postagem feita por terceiros que participaram de uma atividade na comunidade e compartilharam suas experiências nos seus perfis e vincula para dentro do perfil do Caminho Curto.
TBT (<i>throwback thursday</i>)	Gíria popular, que costuma ser incluída em legendas para fotos antigas que os usuários publicam às quintas-feiras. Utilizamos essa estratégia para postar ações antigas que não foram anunciadas nas redes sociais.
Ações	Anuncia convites para a participação de uma ação que o projeto está desenvolvendo, assim como para o compartilhamento de experiência por meio de registros fotográficos.
Conteúdos informativos	Promove indicações de livros, filmes e temas presentes no dia a dia que possam exemplificar a defesa da causa do projeto, fornecendo a seguidores e novos integrantes bagagem de conhecimento acessível e de qualidade.
Datas comemorativas	Vinculadas à história da comunidade Caminho Curto e que são pouco conhecidas nas redes sociais para os que não estão ligados ao meio. Com isso pensamos em promover dados para trazer conteúdos para os seguidores, gerando mais interesse e proximidade.

Fonte: Primária (2022)

Em relação à identidade visual, inicialmente foi concedido acesso a um *post* padrão, para que a partir dele pudessem ser criadas versões ou modelos. Como consequência, elaboraram-se *posts* para feed, adaptações para *stories* e ícones para os destaques. Os materiais produzidos anteriormente serviram como referência para os posteriores, mas com o objetivo de utilizar elementos mais atrativos, como *tags*, linhas tracejadas, carrosséis estratégicos, e sempre mantendo as cores do projeto, para reafirmar a marca e criar a associação com os seguidores e apoiadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível observar que o *design* não se concentra apenas na criação do material; tem-se o desafio de aplicar possibilidades de interação, influenciando o receptor da mensagem na compreensão da informação e sua experiência com o material.

Para a execução, recorre-se a uma estrutura de processo criativo, iniciando-se por meio de busca por referências dos materiais já existentes sobre o assunto no mercado. Em seguida, absorvem-se os tópicos mais relevantes que vão aprimorar o material do projeto, finalizando com um protótipo.

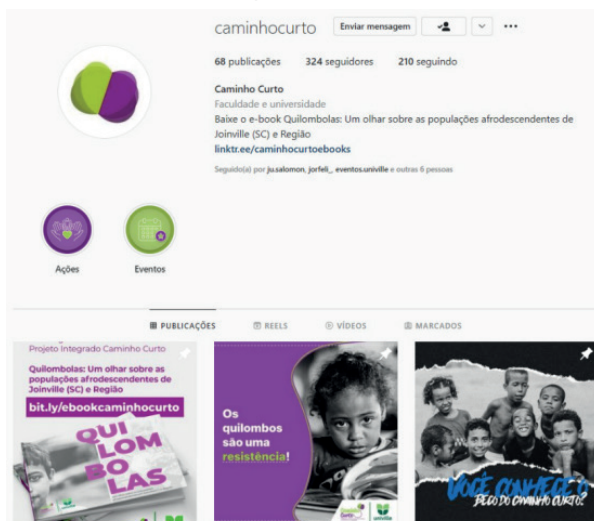
As reuniões ocorreram em grande maioria via plataformas digitais, como MS Teams, WhatsApp e *e-mail*, de modo síncrono e assíncrono, da mesma maneira que os processos de validação de informações, aprovações de textos e *designs*, organização de pautas, solicitações de refinamento e resultados obtidos.

Entre os materiais criados estão: *tags* para ações internas da comunidade; *banner* impresso para campanha de arrecadação de livros; fotografias de ações diversas; comunicação via Instagram, Facebook e WhatsApp; *e-books* disponibilizados também nas redes sociais.

À medida que as comunicações foram publicadas, algumas ações obtiveram mais êxito em interações diretas pelas plataformas digitais e outras geraram contatos diretos com a equipe de projeto.

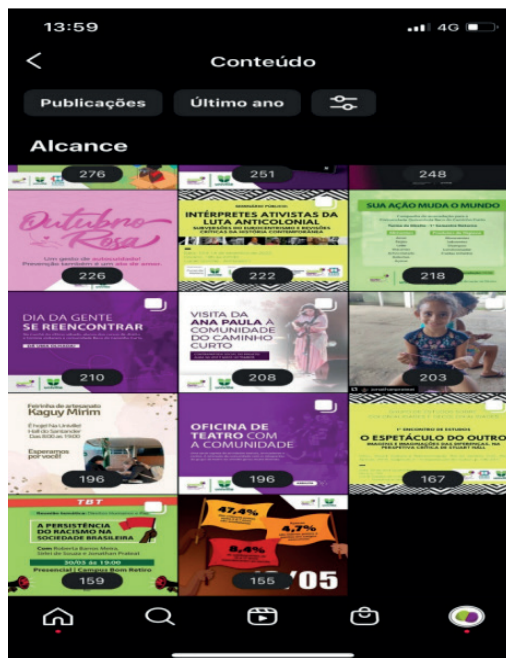
CAMINHOS PARA A CIDADANIA EM COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS DE JOINVILLE E REGIÃO: A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENGAJAMENTO E DISSEMINAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Figura 1 – Perfil Caminho Curto – primeiro semestre de 2022



Fonte: Primária (2022)

Figura 2 – Publicações no primeiro semestre de 2022



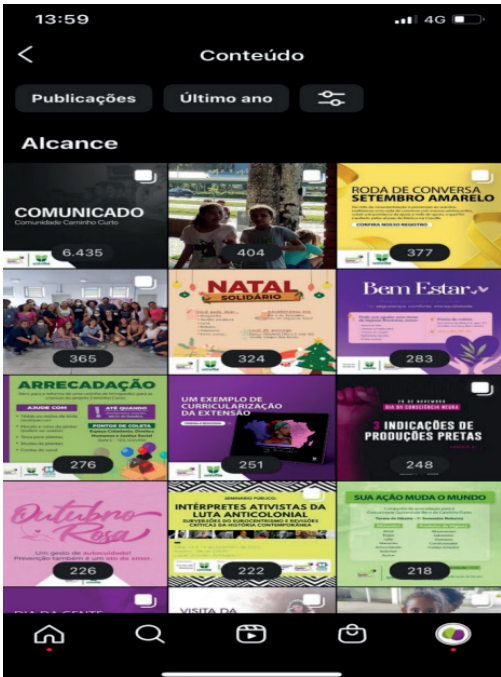
Fonte: Primária (2022)

Figura 3 – Perfil Caminho Curto – segundo semestre de 2022



Fonte: Primária (2022)

Figura 4 – Publicações no segundo semestre de 2022



Fonte: Primária (2022)

Alina Wheeler (2008, p. 12) define marca como “a promessa, a grande idéia e as expectativas que residem na mente de cada consumidor a respeito de um produto, de um serviço ou de uma empresa”.

CONCLUSÃO

Com o quinto ano de projeto em andamento, foi possível observar que o perfil do Instagram do projeto, que hoje conta com 776 seguidores, obteve um aumento de 429 seguidores nos 90 dias antes de 19/12/2022, data de produção deste material informativo.

Percebe-se que a atividade constante da comunicação do projeto pode ser uma ferramenta fundamental para a ampliação do alcance das informações pertinentes ao projeto, à causa quilombola e antirracista.

Cada vez mais a equipe precisará se atentar para a gestão dos processos de comunicação com vistas a aumentar o engajamento do público, promover conteúdos relevantes e a popularidade do projeto perante as comunidades acadêmica e externa.

Com o avanço e a velocidade das plataformas de redes sociais, o projeto “Caminho Curto” deve ter a comunicação e o *design* como base para suas ações, pensando sempre na repercussão positiva que a sensibilidade e credibilidade de conteúdos gerados com embasamento científico, de dados jornalísticos verificados e das experiências de campo da equipe podem suscitar na luta na qual estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. **Brand equity**: gerenciando o valor da marca. 10. ed. São Paulo: Negócio, 1998.

SANT’ANNA, A.; ROCHA JÚNIOR, I.; GARCIA, L. F. D. **Propaganda**: teoria, técnica e prática. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

WHEELER, A. **Design de identidade da marca**: guia essencial para toda a
equipe de gestão de marcas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

WHEELER, A. **Design de identidade da marca**: um guia completo para
a criação, construção e manutenção de marcas fortes. 2. ed. Porto Alegre:
Bookman, 2008.

A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE DIREITO DA UNIVILLE – JOINVILLE (SC): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO¹

Eduarda Fachini²

Morgana Demarchi³

Sirlei de Souza⁴

Claudio Melquiades Medeiros⁵

INTRODUÇÃO

A extensão é um processo educativo que relaciona a universidade e a sociedade de forma transformadora. Dessa forma, a curricularização da extensão, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), tem exigido das instituições de ensino superior a busca por estratégias para promover a sua efetivação.

A proximidade da universidade com a comunidade externa gera valores, conhecimentos e aprendizagens que perpassam as situações vividas em sala de aula, já que proporcionam um ambiente concreto para experiências sociais, políticas e de interação. Nesse processo, também a comunidade externa envolvida se sente pertencente a um espaço que muitas vezes não acredita ser para os seus.

¹ Publicado em: FACHINI, E.; DEMARCHI, M.; SOUZA, S. MEDEIROS, C. M. A curricularização da extensão no curso de direito da Univille - Joinville (SC): uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão. In: VI Semana Acadêmica de Direito da Univille - SADU, 2022, Joinville. **Anais da VI Semana Acadêmica de Direito da Univille - SADU**. Joinville: Editora Univille, 2022. v. 1. p. 07-15.

² Acadêmica do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville – Univille, à época da elaboração do presente artigo.

³ Acadêmica do Curso de Direito da Univille, à época da elaboração do presente artigo.

⁴ Professora adjunta da Univille, nos cursos de Direito, enfermagem, Naturologia e História. Coordenadora do Curso de Direito da Univille de São Francisco do Sul. Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: sirlei.souza@univille.br

⁵ Professor adjunto da Univille, no curso de Direito. Doutor em Educação. E-mail: mede@terra.com.br.

A troca de saberes entre universidade e sociedade visa ampliar o conhecimento de situações complexas que precisam ter um olhar crítico. Os acadêmicos aguçados com a intenção de gerar novos aprendizados são estimulados a conhecer e vivenciar novas formas de convivência social. Provocados a conhecer a realidade por meio da curricularização da extensão, as teorias tornam-se palpáveis, sendo sua aplicabilidade discutida com base na experiência do estudante, de forma a desenvolver suas competências socioemocionais, sobretudo a empatia e a alteridade.

A Univille tem em sua essência a extensão: esse contato aberto com a comunidade regional, por sua política de ensino, pesquisa e extensão. A curricularização da extensão chega como uma estrutura de apoio e alicerça os objetivos que a universidade já possui de formação humanística, científica e profissional por meio da inserção comunitária e da promoção da sustentabilidade socioambiental.

De acordo com a política de extensão, a Univille visa “promover a construção e a socialização de conhecimentos” e, para que isso possa ocorrer, “promove o intercâmbio de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade externa”, com a finalidade de “contribuir para a solução de problemas atuais e emergentes por meio de projetos e programas de extensão que proporcionem a interação e a colaboração com a comunidade externa na construção do conhecimento” (Univille, 2016, p. 103).

Em andamento desde 2018, cita-se como exemplo o projeto chamado Beco do Caminho Curto, sob o qual os acadêmicos desenvolvem pesquisa e levantam dados para dar oportunidades a essa comunidade remanescente quilombola – que pode ser definida como uma comunidade de etnia afro-brasileira, identificada pela ancestralidade, pela cultura e pelas tradições ligadas à história negra no Brasil – que hoje tem seu espaço reconhecido com a força da união das pessoas da comunidade e com a colaboração da universidade e de seus acadêmicos.

Entender a dimensão que essa troca de conhecimento tem na aprendizagem do acadêmico, em sua experiência universitária e em seu desenvolvimento como cidadão do século XXI é um dos propósitos desta pesquisa. O objetivo é medir o impacto desse entrelace entre a academia e a comunidade (para ambos) de forma que os dados levantados possam ser ainda mais frutíferos.

METODOLOGIA

Na experiência que ora analisamos, os acadêmicos do curso de Direito da Univille, em sua fase inicial da graduação, tiveram a oportunidade de conhecer com maior profundidade a realidade da sociedade em que vivem. Por meio de um projeto desenvolvido por dois componentes curriculares⁶, a curricularização da extensão foi proposta com base nos conteúdos de ensino que aprofundam questões ligadas à cidadania, aos direitos humanos e aos direitos civis.

Mobilizados por temas do conteúdo programático, os acadêmicos desenvolveram o projeto com o objetivo de levantar dados e produzir informações acerca da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, uma comunidade periférica urbana próxima da universidade e que mantém, há mais de 5 anos, parceria com a Univille.

A metodologia colaborativa empregada no processo de curricularização da extensão assenta-se em algumas etapas: escolha da comunidade; diagnóstico, com as informações levantadas por meio de um questionário aplicado na comunidade; reflexão e análise; proposição de ação concreta com a comunidade; processo de avaliação com os acadêmicos, a universidade e a comunidade.

Sob a exegese da aplicação dos métodos expostos, os acadêmicos envolvidos desfrutaram de uma experiência concreta de aplicação da alteridade, reconhecendo os indivíduos da comunidade não apenas como números e dados em um rol de entrevistas, mas como cidadãos efetivos.

DESENVOLVIMENTO

A Univille, em sua política de extensão, define as diretrizes institucionais que orientam projetos e programas desenvolvidos pela universidade no que diz respeito à extensão universitária, a considerar três macroprocessos (figura 1):

⁶ Teoria Geral do Estado com Ciência Política e Direito Civil I – ministrados no primeiro semestre do curso no período letivo de 2022-1.

- Formação humanística, científica e profissional;
- Inserção comunitária;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental.

Figura 1 – Três macroprocessos da extensão universitária



Fonte: Primária (2016)

Parafraseando o disposto na política de extensão da Univille, tal perspectiva perpassa a universidade, o que causa impacto significativo no cumprimento da sua missão institucional, proporcionando uma dinâmica integrada do funcionamento da extensão, alinhada às finalidades acadêmicas e aos objetivos e metas estratégicos desta. Sobressai do documento citado:

Ao discutir a extensão e o seu papel no processo formativo desenvolvido pela Universidade, compreende-se que as atividades inerentes às ações extensionistas desencadeiam processos de desenvolvimento no indivíduo, não só na formação inicial, mas ao longo da sua vida profissional. Nesse âmbito, a extensão possibilita o desenvolvimento de aspectos formativos, tais como: conhecimento da realidade, pensamento crítico, cidadania ativa,

trabalho em equipe, senso de solidariedade e justiça social. Assim, os Projetos Pedagógicos devem descrever como serão materializadas no cotidiano curricular as ações de extensão que promovam a desejada indissociabilidade e a formação humanística, científica e profissional [...]. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei n.º 13.005, de 25/6/2014, prevê que 10% da carga horária dos cursos de graduação deve contemplar atividades de extensão (Brasil, 2014a). A formação propiciada pela Universidade deve ser efetivada em um horizonte de maior amplitude para que a profissionalização dos estudantes considere não apenas o desenvolvimento de competências técnico-profissionais, mas também competências sociais e gerenciais. Isso somente será possível quando ocorrer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Univille, 2016, p. 107).

Especificamente quanto ao curso de direito, o Ministério da Educação (MEC) dispôs no parecer CNE/CES n.º 67, de 11 de março de 2003, as condições para o reconhecimento da graduação, propondo a contemplação da interdisciplinaridade:

Os cursos de graduação em Direito deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que atendam aos seguintes eixos interligados de formação: I – Conteúdos de Formação Fundamental, que tem por objetivo integrar o estudante no campo do Direito, estabelecendo ainda as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo estudos que envolvam a Ciência Política (com Teoria Geral do Estado), a Economia, a Sociologia Jurídica, a Filosofia e a Psicologia Aplicada ao Direito e a Ética Geral e Profissional; [...] (MEC, 2003).

Ante o exposto, é notória a necessidade da universidade de eleger meios hábeis de oportunizar a interdisciplinaridade aos seus acadêmicos de Direito. Ainda, destaca-se a relevância da aplicação de metodologias de aprendizagem e vivências que promovam a ética e o pensamento crítico de tais acadêmicos e futuros juristas.

Sendo assim, ao reproduzir o disposto na matriz curricular, os docentes do primeiro semestre de 2022 do curso de Direito da Univille garantiram o cumprimento eficaz das diretrizes estabelecidas pelo MEC ao aproximar os alunos da comunidade quilombola.

Escolha da comunidade

Apesar de a Comunidade Beco do Caminho Curto estar presente na rotina de diversos projetos da instituição, sua existência não é de conhecimento de todos os discentes. Dessa forma, com o incentivo de compor um material reflexivo que oportunize o contato de todos os acadêmicos do curso com a comunidade, as turmas do primeiro semestre de 2022 do curso de direito da Univille, *campus* Joinville, foram instigadas a produzir cartazes com perguntas sobre como seria uma comunidade remanescente quilombola.

Os cartazes foram desenvolvidos criativamente com perguntas que os acadêmicos gostariam de fazer na comunidade, levando em consideração uma atualização dos dados feitos antes da pandemia de covid-19. Em sala de aula, foram apresentados os cartazes e as premissas, definidos os grupos de ação entre as turmas e criado o questionário que serviu como instrumento de coleta de dados da pesquisa.

Uma visita à comunidade foi organizada e as primeiras conversas foram realizadas entre os acadêmicos e moradores. Nesse momento, a observação e a conversa livre foram utilizadas como uma forma de romper as barreiras iniciais. Após a primeira visita, os alunos se organizaram e visitaram a comunidade, e então utilizaram o questionário para obter as informações pré-definidas em sala de aula.

Assertivamente, os dados serviram, e ainda servirão, de base em projetos futuros, como indicadores da realidade social da comunidade, de forma que as ações que serão aplicadas com os moradores dependem consideravelmente do direcionamento de tais respostas.

Essa fase da extensão objetiva provocar os acadêmicos a adquirir novas experiências e a perceber situações injustas que os cercam e que, diversas vezes, passam despercebidas, o que acarreta a problematização necessária para a solução das disparidades.

Diagnóstico

A vulnerabilidade socioeconômica dessa comunidade é histórica, e acentuou-se com a crise de saúde e o distanciamento social da pandemia de covid-19. Ao tomar como base inicial de análise os dados das pesquisas realizadas na comunidade antes da pandemia, evidencia-se que ao longo dos projetos, aplicados na comunidade pela Univille, houve mudanças consideráveis nas taxas de desigualdade entre os moradores. Entretanto, visto os dados recolhidos no primeiro semestre de 2022 pelos acadêmicos do curso de Direito, as disparidades de acesso à cidadania ainda são alarmantes.

Reflexão e análise

Entre o número aproximado de 180 moradores da comunidade, contabilizados até o ano de 2022, foram entrevistados 21 representantes das famílias. Destes, 76% eram mulheres, com média de 43 anos de idade, grau de escolaridade ensino médio completo e, em maioria, sem emprego fixo.

Nas entrevistas, um grande foco foi dado na avaliação da documentação da comunidade, que se mostrou irregular em número considerável:

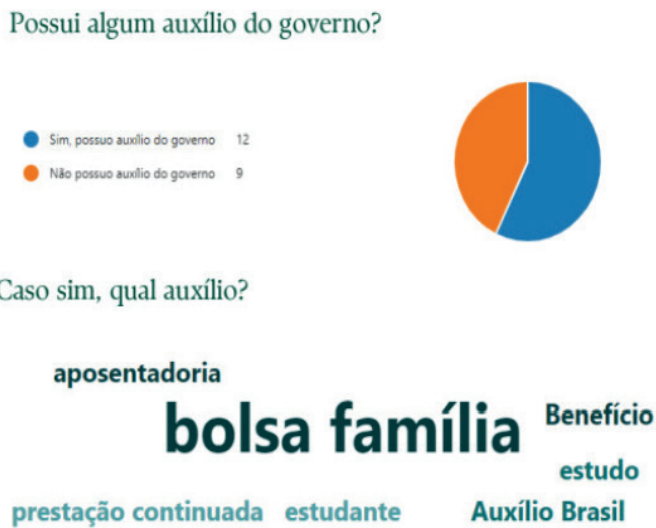
Gráfico 1 – Resultados da pergunta sobre a documentação dos moradores da comunidade



Fonte: Primária (2023)

Dessas famílias entrevistadas, 57% alegaram receber auxílio financeiro do governo, sendo o bolsa família o mais citado:

Figura 2 – Resultados da pergunta “Possui algum auxílio do governo?”

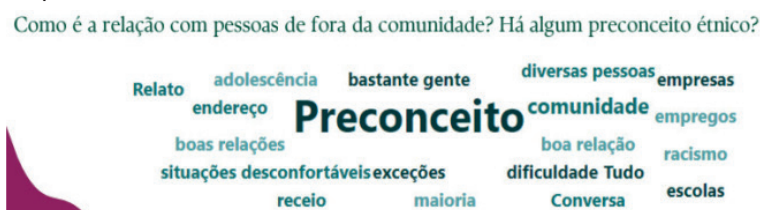


Fonte: Primária (2023)

A evidência por si já caracteriza o local como uma comunidade

de alta vulnerabilidade social, pois o requisito básico para a obtenção dessa assistência é a carência. Ainda, a reunião desses dados alarma o descarado racismo que assombra essa e diversas outras comunidades remanescentes quilombolas, como evidencia a seguinte nuvem de palavras⁷:

Figura 3 – Nuvem de palavras com os resultados da pergunta sobre a relação com as pessoas de fora da comunidade



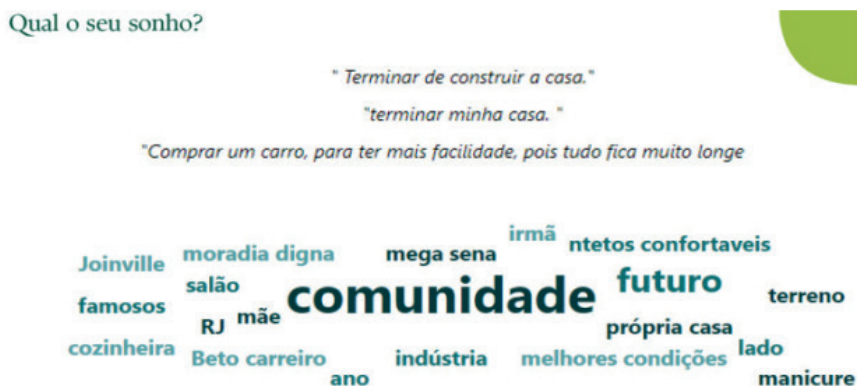
Fonte: Primária (2023)

Os moradores relataram aos acadêmicos entrevistadores que a presença do racismo e demais formas de preconceito com os moradores, e o próprio local, são fatores de incômodo e revolta em suas relações externas à comunidade.

Apesar dessas e de demais evidências da falta de condições socioeconômicas que circundam a comunidade, muitas questões foram respondidas com uma certa esperança em relação à vida comunitária. Os moradores não pretendem abandonar sua residência, mas sim providenciar meios de ampliação desta, vide nuvem de palavras relacionadas ao sentimento de cada entrevistado quanto à sua casa e à vizinhança:

⁷ Nuvem de palavras é uma representação visual da frequência e do valor das palavras. Ela é usada para destacar com que frequência um termo ou categoria específica aparece em uma fonte de dados.

Figura 4 – Nuvem de palavras com os resultados da pergunta “Qual o seu sonho?”



Fonte: Primária (2023)

Diante desse apego e consideração que os moradores apresentam nas entrevistas pela comunidade, resta aos envolvidos nos projetos promoverem ações que vão caminhar com o interesse da própria comunidade. Deve-se, portanto, focar em garantias para melhor desenvolver a dinâmica social do lugar, mas sem transformações bruscas na sua cultura, para que não haja mudança na sua essência de comunidade.

Proposição de ação

Propõem-se ações de caráter social com vistas à cidadania para a comunidade. Ao divergir da posição de assistencialismo que a sociedade carrega com comunidades carentes, os moradores se mostraram privados de oportunidades de garantir a sua autonomia para seguir sua vida com dignidade. De tal forma, caberão ações na comunidade que garantam a permanência dos direitos desses indivíduos, não apenas uma manutenção da sua condição desprivilegiada, com ações pontuais, mas com efetiva participação do Estado na promoção de políticas públicas.

Avaliação com a comunidade

O funcionamento de projetos que objetivam a promoção de direitos na comunidade são elementos construtores da cidadania, funcionando como um agente catalisador desta, ao passo que garantem meios de acesso a serviços e materiais básicos inerentes a todo cidadão.

Na comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, por exemplo, foram promovidas ações de regularização de documentos individuais para os moradores, que são itens básicos, como identidade, carteira de trabalho e cartão de saúde. Sem estes, não há meio de acesso aos seus direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, o que acarreta a marginalização dos sujeitos.

Avaliação com os acadêmicos

Com base nos aspectos levantados, avalia-se a propiciação aos acadêmicos de situações articuladas entre teoria e prática como futuros juristas, possibilitando a reflexão sobre os impactos que suas decisões, na operação do direito, causarão e subordinarão a determinados indivíduos sob sua competência profissional.

É coerente, ademais, pontuar a proximidade entre currículo, cidadania e profissão, a qual oportuniza a apropriação de conhecimentos, valores, atitudes, procedimentos e conceitos fundamentais para a participação ativa na sociedade e o exercício do direito, bem como o contato dos acadêmicos com a realidade social que os espera no âmbito profissional.

A transformação vai além dos muros da universidade, compreendendo as atividades de extensão como estímulos à reflexão e à crítica para além do espaço acadêmico tradicional, favorecendo uma formação humanística e científica, engajada com a transformação social.

É com base no pensamento criativo para mediar situações conflituosas e resolver problemas sociais complexos que a extensão facilita o crescimento do indivíduo e promove o desenvolvimento das competências socioemocionais, da alteridade e da empatia. Estas são

requisitos fundamentais para dirigir casos jurisdicionais, pois formam o eixo que atrela as decisões ao valor humano, ambiental e/ou social.

Avaliação com a universidade

O corpo docente também se mostra influenciado pela curricularização da extensão, pois o desafio de desatrelar o ensino e a pesquisa dos métodos tradicionais vem acompanhado das inovações tecnológicas e didáticas da educação.

Tal sujeito que se mostra relutante à adesão da experiência curricularizada estará não apenas prejudicando seus alunos, como também fugindo de novas oportunidades potencializadoras de construção de conhecimento. A comunidade externa é um ambiente complexo, promotor de diálogos plurais, pois busca a referência no cotidiano de cada indivíduo e em cada singularidade, de modo a estourar bolhas de pertencimento. Cita-se Paulo Freire para elucidar:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (Freire, 1987, p. 42).

Sob essa perspectiva, adquire-se uma avaliação positiva dos impactos da extensão na universidade, pois colabora para uma educação assertiva, pautada na comunicação e no empirismo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, reitera-se a importância da extensão curricularizada como fator fundamental na geração e no desenvolvimento de competências socioemocionais, bem como a necessidade da sua implantação em cursos humanistas que visam a uma atuação universitária socialmente relevante.

A curricularização da extensão, ainda que em seu início de desenvolvimento no curso de Direito da Univille, mostra uma oportunidade para o desenvolvimento amplo das competências necessárias para a carreira jurídica. Ao experienciar a integração da universidade com a comunidade externa, identifica-se uma aderência maior ao conteúdo teorizado em sala de aula, de forma a fugir dos padrões técnicos e burocráticos de aprendizagens.

A educação jurídica pautada em práticas participativas, colaborativas e humanistas, que coloquem no centro do processo de ensino-aprendizagem o acadêmico, procura cumprir as novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino do Direito, além de contribuir com iniciativas que proponham a resolução de problemas da comunidade na qual a universidade está inserida.

Em todo o processo foi possível verificar o quanto acadêmicos e docentes puderam aprender e adquirir experiências em mediação de conflitos, negociação política, mobilização comunitária, bem como planejamento e organização de atividades públicas. Sobretudo, o projeto contribuiu para a humanização da formação acadêmica na graduação, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico e a articulação entre saberes teóricos e práticos face às complexidades da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html. Acesso em: 26 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES 67/2003**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Superior, 11 mar. 2003. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces067_03.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 out. 2022.

UNIVILLE – UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Joinville: Univille, 2016.

A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ EM TEMPOS DE PANDEMIA: A IMPORTÂNCIA DO REFORÇO ESCOLAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA COMUNIDADE CAMINHO CURTO¹

Kamila Eduarda Baek²

Sirlei de Souza³

Jonathan Prateat⁴

INTRODUÇÃO

O presente relato está vinculado ao Projeto Integrado Caminho Curto, da Universidade da Região de Joinville (Univille), relacionado à comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, em Joinville (SC), e é reflexo da ação de extensão universitária. Tem-se como objetivo auxiliar tanto o empoderamento de crianças e adolescentes da referida comunidade, quanto a construção de uma autonomia que contribua para o rompimento da marginalização sofrida por ela.

Inicialmente, faz-se necessário compreender o termo “quilombola”, situando-o no contexto contemporâneo. Almeida (2002) relata que o termo passou por uma etapa de ressignificação a fim de superar a conceituação de fuga/resistência, isso em decorrência da vivência particular de cada quilombo, sendo os fatores regionais e históricos determinantes para a individualização deles. Por isso, ao falar sobre identidade, deve-se abranger tanto os valores históricos

¹ Publicado em: BAEK, K. E.; SOUZA, S.; PRATEAT, J. A contribuição da extensão universitária para uma educação cidadã em tempos de pandemia: a importância do reforço escolar para crianças e adolescentes da Comunidade Caminho Curto. **Caderno de iniciação à pesquisa (Univille)**, v. 24, p. 48-55, 2022.

² Acadêmica do curso de Enfermagem da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. E-mail: kamilahibaek@gmail.com.

³ Doutora, professora adjunta da Univille. E-mail: sirlei.souza@univille.br.

⁴ Mestre, professor adjunto da Univille. E-mail: jonathanprateat@univille.br.

quanto as tradições familiares e as relações territoriais, de modo a atribuir singularidade a esses grupos (Almeida, 2002).

Por conseguinte, até o momento deste estudo (dezembro de 2021), existem 19 processos de regularização de territórios quilombolas abertos na Superintendência Regional do Incra⁵ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Santa Catarina (Incra/SC); apenas uma das respectivas comunidades ainda não possui a certificação de autodefinição quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Todavia, ressalta-se que esse número de processos diz respeito apenas às demandas apresentadas ao Incra, podendo existir outras comunidades quilombolas ainda não identificadas ou em processo de organização e autodefinição.

Nesse cenário, identificam-se em Joinville e região a existência de 5 comunidades remanescentes, sendo elas: a comunidade Beco do Caminho Curto, em Joinville, na qual desenvolve-se o Projeto Integrado Caminho Curto II; a comunidade quilombola Ribeirão do Cubatão, também em Joinville; a comunidade quilombola Areias Pequenas, em Araquari; a comunidade quilombola Itapocú, igualmente em Araquari; e, por fim, a comunidade quilombola Tapera, em São Francisco do Sul.

Por meio do Projeto Integrado Caminho Curto II: Aprofundando Vivências de Ensino, Pesquisa e Extensão na Promoção da Cidadania⁶ (doravante chamado Projeto Caminho Curto), a universidade atua com a referida comunidade, localizada em Pirabeiraba, na cidade de Joinville (SC), objetivando a produção de conhecimento sobre a história dessa população, além de indagar e refletir acerca das questões relacionadas às desigualdades sociais e ao racismo estrutural, por meio da educação como um direito humano. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 10 de maio de 2019 como remanescente quilombola e possuía na época aproximadamente 30 famílias, totalizando por volta de 130 pessoas, das quais cerca de 60 eram crianças e adolescentes.

⁵ Informações recebidas via *e-mail* mediante solicitação direta dos pesquisadores ao Incra, em 8 de setembro de 2020, e autorizadas para uso por responsável pelo Gabinete Incra/SC.

⁶ O Projeto Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão foi renovado em 2020, com duração de 2 anos. É mantido pelos Fundos de Apoio ao Ensino (FAEG), à Pesquisa (FAP) e à Extensão (FAEX) da Univille. O projeto envolve atualmente 7 cursos, contando com 3 professores, 3 alunos bolsistas e aproximadamente 30 alunos voluntários.

Dessa maneira, o presente artigo é parte do resultado da ação de extensão universitária do Projeto Caminho Curto que promove, entre outras ações, apoio educacional a crianças e adolescentes da comunidade por meio de reforço escolar voltado a disciplinas gerais e vivências universitárias, além de debates sobre pertencimento, identidade e autonomia, com o propósito de fomentar a percepção dos indivíduos como agentes ativos de sua própria história, em uma busca por fortalecimento.

Nesse contexto, são notórias as disparidades sociais em decorrência do racismo estrutural⁷, visto que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019a), em seu respectivo material informativo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2018)”, pessoas brancas abaixo da linha da pobreza (inferior a US\$5,50/dia) representavam 15,4% da população nacional, enquanto as pretas ou pardas, 32,9%.

Ademais, no âmbito educacional brasileiro, a taxa de analfabetismo no meio urbano é de 3,1% em pessoas brancas, já pretos e pardos representam 6,8% nesse mesmo quesito. Além disso, no Brasil apenas 32,7% de jovens na idade de frequentar o ensino superior – entre 18 e 24 anos – estão matriculados. Pesquisas do IBGE (2019a), realizadas no decorrer do ano de 2018, constataram que 78,8% dos jovens brancos entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, porém essa porcentagem diminui para 55,4% no que se diz respeito à negros nesse nível de ensino. Não obstante a isso, no âmbito trabalhista 34,6% das pessoas que estavam em ocupações classificadas como informais eram de cor/raça branca, e esse número sobe para 47,3% para pessoas de cor/raça preta ou parda.

Sendo assim, a educação pode ser um caminho importante para a ressignificação e o alcance dessas buscas, além de que o entendimento dela como um direito humano, catalisado pela presença da academia por meio da extensão, pode ricamente contribuir para a formação de novas subjetividades nos indivíduos da comunidade Caminho Curto.

⁷ Almeida (2019, p. 31-32) diz que “o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido”. O autor segue afirmando que “as instituições também podem atuar de maneira conflituosa, posicionando-se dentro do conflito”.

EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO HUMANO

A educação e a garantia desta são articuladas e discutidas enquanto um direito social, encarregado de facultar o exercício dos demais direitos assegurados por lei, como é o caso dos direitos políticos e civis. Todavia, ainda que o direito à educação tenha sido declarado na Constituição de 1934 e no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, a educação como um direito de todos, de forma universal no que diz respeito ao nível básico, só foi validada e legislada como um direito no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Por conseguinte, ao analisar a trajetória do direito à educação no Brasil, no ano de 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente reforçou a definição da educação enquanto um direito humano e ressaltou algumas especificidades, como é visto no art. 53.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, 1990).

Entretanto, ao explorar os dados levantados pelo IBGE (2019b), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), vê-se que no ano de 2018, no que diz respeito à taxa de analfabetismo, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais e de

etnia branca eram analfabetas. Em contrapartida, esse percentual eleva-se para 9,1% entre pessoas pretas ou pardas. O mesmo ocorre no grupo etário mais velho, caracterizado com 60 anos ou mais, no qual a taxa de analfabetismo das pessoas brancas é de 10,3%; já entre as pessoas pretas ou pardas, esse número aumenta para 27,5%.

Assim, um dos avanços na luta por equidade e emancipação, especificamente da comunidade quilombola e remanescentes, surge com a aprovação da Resolução n.º 8, de 20 de novembro de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (doravante DCN):

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas.[...] Por sua vez, a permanência deve ser garantida por meio da alimentação escolar e a inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior (Brasil, 2012, p. 26).

Portanto, tal resolução se faz de extrema necessidade visto que, segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as escolas quilombolas, que somam 2.235 em todo o país, são quantizadas em 1,2% do total de estabelecimentos de educação básica no Brasil, dos quais 135 (6%) são em área urbana. Esses estabelecimentos estão localizados principalmente na região nordeste do Brasil, a qual possui um total de 63,7% de comunidades certificadas (INEP, 2013).

METODOLOGIA

Mediante esses olhares, e cientes da importância da ação para o compromisso assumido pelo Projeto Caminho Curto II, as

atividades de reforço escolar foram articuladas após uma roda de conversa com a comunidade Beco do Caminho Curto. Durante o diálogo, a comunidade expôs a necessidade de que adolescentes e crianças, sob uma monitoria, realizassem reforço escolar, dado o baixo desempenho dos jovens em algumas das disciplinas estudadas em seus anos letivos.

Dessa forma, a partir de 2019 o projeto passou a estimular crianças e adolescentes da comunidade a ingressarem no âmbito acadêmico, ao proporcionar reforço escolar voltado a disciplinas gerais, a vivências universitárias e, também, a debates sobre pertencimento, identidade e autonomia. Entretanto, em decorrência da pandemia de covid-19, o projeto precisou fazer uma pausa em suas ações de maneira a respeitar o isolamento social. Observa-se aqui que houve tentativa de manter as aulas de reforço por meio do modelo remoto, porém muitos da comunidade não possuem acesso à internet, o que dificultou a comunicação.

No mês de outubro de 2021, após a vacinação completa de grande parte da comunidade, dos integrantes do projeto e dos voluntários, bem como a liberação de algumas atividades presenciais com orientações do Ministério da Saúde, as ações foram retomadas. Assim, no dia 2 de outubro de 2021 iniciaram-se atividades presenciais na Univille com as crianças e os adolescentes interessados no reforço escolar.

RESULTADOS

Para que a ação acontecesse, foi necessária a ajuda dos voluntários dos cursos de Direito, Comércio Exterior e Enfermagem. No total foram realizados 5 encontros para reforço em datas específicas, sempre aos sábados e no período matutino – exceto o primeiro encontro, que ocorreu no período vespertino –, envolvendo cerca de 28 crianças e adolescentes, 15 monitores e 3 professores responsáveis pelo projeto. Além disso, foi disponibilizado transporte para ida e volta e lanche ao final das atividades.

Nesse processo alguns objetivos foram delineados: a) acolher as crianças e os adolescentes no espaço universitário, compreendendo

que seria positivo para eles o ato de conhecer a universidade, visitar as instalações e sentir que poderiam fazer parte daquele espaço; b) identificar as principais dificuldades de aprendizagem por faixa etária e por série escolar e dividi-los em grupos para o reforço; c) compreender as principais angústias trazidas pelos adolescentes em relação ao isolamento social e à crise financeira vivida pelas famílias.

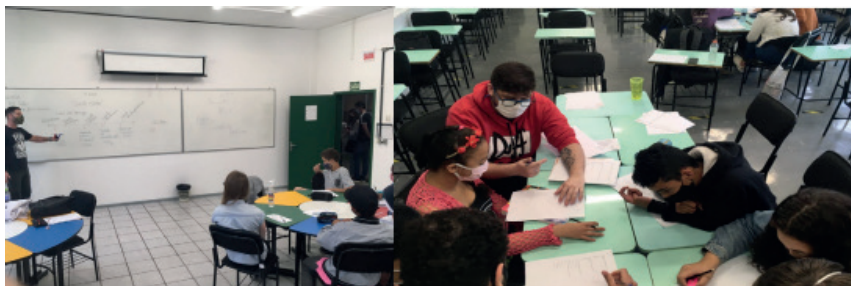
No que diz respeito ao acolhimento, todo o espaço utilizado para as atividades foi pensado e preparado de forma a proporcionar um tempo voltado a três encontros: 1) dos jovens entre si; 2) entre os jovens e a equipe do projeto; e 3) entre os jovens e as redes sociais. A decoração foi realizada conforme as propostas, houve tempo para atividades lúdicas ao ar livre, para rodas de conversas e para interação.

Em relação ao reforço escolar, cada estudante da comunidade foi direcionado a um monitor, acadêmico da Univille, para receber auxílio sobre as questões escolares. Aos monitores cabia a supervisão das crianças e/ou adolescentes, bem como a percepção das dificuldades em particular de cada estudante da comunidade, sendo necessário, assim, um olhar individual a fim de proporcionar a melhor compreensão do tema estudado naquele momento. A área de formação dos monitores não foi um fator preponderante para a escolha da disciplina com a qual contribuíram nas aulas de reforço. Suas designações foram baseadas no conhecimento e capacidade retórica acerca dos temas que esses acadêmicos tinham incumbência de monitorar.

Dessa forma, os acadêmicos da universidade, de maneira voluntária, planejavam aulas para lecionar segundo as dificuldades de cada integrante. Importante ressaltar que os mais novos, após o reforço, sempre participavam de contação de histórias, de leituras livres e de brincadeiras educativas em que os jogos estavam presentes para estimular a disciplina, a curiosidade e a alegria.

Já referente à identificação das angústias dos adolescentes perante o momento pandêmico, uma parceria com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) foi fundamental para a criação de um ambiente de escuta e reflexão que aconteceu em todos os encontros, após o reforço escolar. Essas ações com o DCE foram denominadas “Relações entre cidadania e juventude”, consistindo em rodas de conversa sobre os temas profissão, futuro, sonhos e vestibulares.

Fotos 1 e 2 – Atividades realizadas no dia 2/10/2021



Fonte: Projeto Caminho Curto (2021)

Fotos 3 e 4 – Atividades realizadas no dia 16/10/2021



Fonte: Projeto Caminho Curto (2021)

Fotos 5 e 6 – Atividades realizadas no dia 23/10/2021



Fonte: Projeto Caminho Curto (2021)

Fotos 7 e 8 – Atividades realizadas no dia 6/11/2021



Fonte: Projeto Caminho Curto (2021)

CONCLUSÃO

Considerando as pautas levantadas neste estudo, viu-se a necessidade de estimular e consolidar a função social da educação para inseri-la na promoção da identidade, na conquista do território, na resistência, na produção de conhecimento histórico, na valorização da tradição, entre outros aspectos culturais e sociais vivenciados pelos remanescentes quilombolas. Acredita-se que esse viés possui grande contribuição para superar a condição de vulnerabilidade dessas populações, garantindo o reconhecimento do direito de se auto representarem, visando desnaturalizar as desigualdades sociais e culturais existentes.

A ação de reforço escolar proporcionada pelo projeto Caminho Curto, desde seu início, em 2019, demonstrou grande impacto positivo na comunidade: ao final desse mesmo ano houve participação média de 12 estudantes. Destes, 10 permaneceram até o final das atividades, e todos obtiveram êxito escolar no encerramento do período letivo, isto é, as ações mostraram eficácia, dado que os alunos melhoraram suas médias na escola Municipal Fritz Benkendorf e no Colégio Estadual Olavo Bilac, local onde as crianças e os adolescentes da comunidade estudam.

Entretanto, em 2020, com a necessidade de isolamento social em decorrência da pandemia de covid-19, as ações de extensão

foram prejudicadas pela impossibilidade de aglomeração, além da necessidade de modelo virtual de ensino. Desse modo, o projeto, em relação à extensão no mesmo ano, foi limitado a ações solidárias para captação de doações de roupas, alimentos e produtos de higiene. Já em 2021, após a vacinação completa de grande parte da comunidade, dos integrantes do projeto e dos voluntários, seguindo todas as orientações do Ministério da Saúde, as ações foram retomadas com a comunidade em 2 de outubro.

Assim, com os 4 encontros realizados no ano de 2021, concluímos que o reforço escolar é uma necessidade da comunidade, visto que o número de crianças e adolescentes ultrapassou o de 2019 (10 alunos interessados), totalizando aproximadamente 16 alunos do ensino médio e 12 alunos do ensino fundamental II. Além disso, percebeu-se a dedicação desses alunos ao expressarem em todas as aulas suas dúvidas e solicitarem ajuda para realizar tarefas, interpretar textos e compreender atividades realizadas em sala.

Para encerrar o ano de ações e reforços escolares, foi solicitado que os estudantes escrevessem uma retrospectiva sobre como foram esses momentos para o próprio desenvolvimento escolar. Palavras como “gratidão” e “aprendizado” foram as que mais apareceram, além de agradecimentos e mensagens aos voluntários e professores do projeto.

Dessa maneira, pode-se concluir que o reforço escolar tem contribuído para a formação dessas crianças e adolescentes, e espera-se com isso um futuro de oportunidades e inclusão, a fim de desnaturalizar e ultrapassar as desigualdades sociais e culturais existentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. Os quilombos e as novas etnias. *In*: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Sílvia de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 205. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de junho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. 12 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. 12 p. Disponível em: [https:// biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf). Acesso em: 26 nov. 2020.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica 2013**: caderno de instruções. Brasília, DF: INEP, 2013.

INTERVENÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES PREVENTIVAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BECO DO CAMINHO CURTO¹

Ana Valéria Moraes Castro²

Daniella Pickler³

Gabriela Gomes dos Santos⁴

Joanã Eliã Peres Alvino⁵

Maria Eduarda Klosterhoff, ⁶

Mariana Resende Ávila Sollero⁷

Nicole Eleni Santos Kayser⁸

Flaviane Mello Lazarini⁹

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas correspondem a uma parcela da população descendente de pessoas escravizadas no Brasil Colônia, estendendo-se até o período colonial no século XVIII (Silva; Pelá, 2021). Apesar das lutas e resistências, essas comunidades ainda são negligenciadas em diversos aspectos, como saúde, educação, poder

¹ Sem publicação.

² Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* anavaleriamoraescastro@gmail.com

³ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* daniellapickler@gmail.com

⁴ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* gabrielagomes2002@gmail.com

⁵ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* joana.elia.alvino@gmail.com

⁶ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *Email:* mariaeduardaklosterhoff@gmail.com

⁷ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* mariana.sollero@gmail.com

⁸ Acadêmica do 3º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* nikayser17@gmail.com.

⁹ Professora adjunta da área da saúde. Enfermeira, mestre em saúde coletiva, doutora em ciências da saúde. *E-mail:* flaviane.lazarini@univille.br.

aquisitivo e desigualdades sociais. Diante disso, torna-se essencial promover a acessibilidade da Atenção Primária à Saúde (APS) no Sistema Único de Saúde (SUS) para a população quilombola, uma vez que essa comunidade frequentemente se encontra em situação de vulnerabilidade (Alves *et al.*, 2023).

As crianças quilombolas estão particularmente suscetíveis ao adoecimento, pois estão expostas a múltiplos fatores de risco, tais como imaturidade imunológica, ausência de saneamento básico, coleta inadequada de lixo e dificuldade de acesso à água potável. O difícil acesso à atenção básica à saúde impacta negativamente o bem-estar infantil, tornando essencial o fortalecimento dos vínculos entre profissionais de saúde e a comunidade quilombola. Além disso, a continuidade dos serviços de assistência é indispensável para garantir o cuidado integral à saúde (Oliveira *et al.*, 2019).

Nesse sentido, é fundamental que haja uma integração entre o conhecimento tradicional de cuidado em saúde disseminado nas comunidades quilombolas e a ciência baseada em evidências. Esse processo possibilita melhorias na qualidade de vida e amplia o esclarecimento sobre a importância das práticas cotidianas de higiene pessoal, como escovação dentária, banhos diários, lavagem das mãos antes das refeições e higiene íntima adequada. O estudo das práticas de saúde das minorias étnicas é imprescindível para reconhecer e interpretar seus saberes tradicionais, que são carregados de significados simbólicos e culturais e influenciam diretamente o cuidado com a saúde infantil quilombola (Souza *et al.*, 2023).

Além disso, a educação sexual para crianças quilombolas é uma necessidade urgente, pois ainda envolve tabus e preconceitos, dificultando o diálogo e a instrução sobre o próprio corpo, questões de gênero e prevenção ao abuso infantil (Miranda; Campos, 2022). O abuso sexual infantil é um dos principais problemas de saúde pública em nível nacional e mundial, segundo dados da Fundação ABRINQ. Crianças e adolescentes quilombolas estão entre as populações mais vulneráveis, muitas vezes sendo forçadas a deixar suas casas em busca de melhores condições de vida, o que as expõe a diversas formas de violência, incluindo a sexual. Dessa forma, garantir assistência adequada à saúde e à educação, bem como promover debates adequados sobre sexualidade conforme a faixa etária, é essencial para essa população (Silva; Pelá, 2021).

As atividades lúdicas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento infantil, permitindo que temas sensíveis sejam abordados de forma acessível e descontraída. O uso da ludicidade facilita a aprendizagem sobre higiene pessoal e limites do toque, por meio de jogos e brincadeiras pedagógicas. Essas atividades favorecem o desenvolvimento cognitivo, emocional e físico das crianças, fortalecendo suas interações sociais e estimulando maior engajamento nos conteúdos trabalhados (Ranyere; Matias, 2023).

A extensão universitária é um instrumento essencial para o desenvolvimento profissional, promovendo a interação entre a universidade e a comunidade. Essa iniciativa proporciona experiências educativas dinâmicas e direcionadas a grupos minoritários que enfrentam barreiras sociais, econômicas, culturais e geográficas para o acesso a serviços essenciais. Além de beneficiar a comunidade quilombola, a extensão contribui para a formação acadêmica dos estudantes da área da saúde, possibilitando o desenvolvimento de habilidades, competências e pensamento crítico-reflexivo. A vivência prática em uma comunidade quilombola, por meio de atividades educativas e lúdicas, fortalece o conhecimento sobre higiene pessoal e prevenção ao abuso sexual infantil, proporcionando um aprendizado significativo tanto para os acadêmicos quanto para as crianças (Santana *et al.*, 2021).

Diante desse contexto, no âmbito do componente curricular Saúde Coletiva II, o Projeto de Experiência na Curricularização de Extensão foi desenvolvido em parceria com o Projeto Integrado Caminho Curto, voltado para a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto. A iniciativa teve como principal objetivo promover a saúde da população quilombola dessa comunidade, com base em suas próprias demandas, por meio da interação entre acadêmicos do terceiro semestre do curso de Medicina da Univille e os moradores locais, fortalecendo o vínculo entre ensino, serviço e comunidade por meio de ações educativas, preventivas e assistenciais.

O projeto priorizou atividades lúdicas e dinâmicas voltadas para a higiene pessoal infantil e a conscientização sobre abuso sexual, incentivando o autocuidado, a autonomia e o conhecimento sobre o próprio corpo. Além disso, buscou-se promover esclarecimentos sobre os temas abordados e estratégias de prevenção contra o abuso

infantil, garantindo a participação ativa das crianças na construção do aprendizado.

A COMUNIDADE

A comunidade Beco do Caminho Curto, localizada na Estrada Fazenda, na área rural de Pirabeiraba, em Joinville, Santa Catarina, foi recentemente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente quilombola. Apesar de sua relevância no contexto cultural, social e histórico do município, a comunidade enfrenta graves problemas de invisibilidade e negligência.

Esse cenário decorre de uma história de exclusão que remonta ao período colonial brasileiro, quando elites intelectuais e políticas buscavam implantar um povoamento baseado em populações consideradas “racialmente superiores”, favorecendo imigrantes europeus e marginalizando afrodescendentes. Essa concepção, associada à ideologia eugênica, resultou em uma formação étnica desigual na região, especialmente em Joinville, cidade marcada pela valorização constante da identidade germânica em detrimento da afrodescendente (Souza *et al.*, 2021). Nesse contexto, a herança cultural germânica continua a ser amplamente enfatizada na construção da história e do patrimônio cultural da cidade, enquanto a presença e contribuição dos afrodescendentes foram, em grande parte, apagadas ao longo do tempo.

De acordo com relatos de moradores, toda a área que hoje compõe a comunidade foi construída pelo trabalho de seus antepassados afrodescendentes (Souza *et al.*, 2021). No entanto, muitos habitantes apenas descobriram sua ancestralidade quilombola pouco antes do reconhecimento oficial da comunidade, ocorrido em 2019, o que demonstra como a marginalização histórica influenciou a percepção de identidade entre seus membros.

A comunidade enfrenta desafios socioeconômicos que comprometem sua qualidade de vida, incluindo infraestrutura precária, moradias inadequadas, falta de acesso à água potável e serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Durante os períodos de chuva, o solo de terra transforma-se em lama,

dificultando a locomoção, principalmente para crianças e idosos, que estão mais suscetíveis a quedas e fraturas. As casas são pequenas e amontoadas, e há uma quantidade insuficiente de banheiros para atender às necessidades dos moradores. O acesso à água também é restrito, o que representa um obstáculo para a manutenção da higiene sanitária e pessoal. Embora a comunidade possua um galpão destinado a reuniões e celebrações, a estrutura do local é precária e não oferece conforto adequado para eventos e encontros comunitários.

O contraste socioeconômico fica evidente quando se observa que a comunidade está localizada em uma região onde há condomínios de alto padrão e diversas moradias luxuosas. Outro fator que agrava a vulnerabilidade da comunidade é a distância até a Unidade de Saúde, o que foi apontado pelos moradores como uma das principais dificuldades enfrentadas.

Para minimizar essa invisibilidade e garantir melhores condições de vida aos moradores, a Universidade da Região de Joinville (Univille) tem desempenhado um papel ativo no apoio à comunidade. A universidade oferece atividades educativas, como aulas de reforço escolar para as crianças, palestras para os adultos e *workshops* voltados para a saúde e o bem-estar. Além disso, a presença contínua da instituição tem possibilitado um maior acesso à assistência médica e social.

Esse vínculo estabelecido com a universidade favoreceu uma recepção calorosa por parte da comunidade aos acadêmicos envolvidos no projeto. Crianças e adultos demonstraram grande participação e receptividade, enquanto a presença de adolescentes e homens adultos foi menos expressiva, pelo menos na primeira visita de reconhecimento do território.

Desde o momento da chegada dos acadêmicos, muitos moradores mostraram disposição para compartilhar suas histórias, vivências e tradições, criando um ambiente de troca genuína e aprendizado mútuo. A experiência permitiu aos estudantes compreenderem, de maneira prática, os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas, como a luta pelo reconhecimento territorial, pela garantia de direitos básicos e pelo enfrentamento das diversas dificuldades socioeconômicas.

Para os acadêmicos, essa visita gerou reflexões sobre a realidade das comunidades quilombolas, que possuem uma riqueza cultural muitas vezes pouco valorizada pela sociedade e negligenciada pelas autoridades locais. O contato direto possibilitou um olhar mais atento às desigualdades e à importância de políticas públicas que promovam a equidade racial e sanitária.

Dentro das limitações do projeto, os acadêmicos buscaram proporcionar uma experiência enriquecedora tanto para a comunidade quanto para eles próprios. A receptividade da comunidade às propostas realizadas pelos acadêmicos reforçou a importância da curricularização da extensão. No caso das crianças, além de transmitirem conhecimento teórico sobre higiene pessoal e prevenção ao abuso sexual, os acadêmicos tiveram a oportunidade de estabelecer laços afetivos, ouvir suas histórias, queixas e desejos, bem como brincar e interagir de maneira lúdica.

DIAGNÓSTICO

Em setembro de 2024, foi realizada a primeira visita à comunidade quilombola com o objetivo de identificar as principais necessidades enfrentadas pelos moradores. Para promover essa interação, organizou-se um café da manhã comunitário seguido de uma roda de conversa com os residentes. Durante o diagnóstico local, buscou-se criar um ambiente acolhedor e seguro, no qual os moradores pudessem expressar suas demandas de forma aberta e genuína. Para isso, foi desenvolvida a dinâmica do “Passa Bolinha”, que consistia na passagem de uma bolinha entre as mulheres presentes (a dinâmica estava aberta a todos, mas apenas as mulheres optaram por participar). A participante que estivesse com a bolinha em mãos poderia compartilhar livremente algo sobre sua vivência dentro da comunidade, seja uma queixa ou um relato pessoal.

Durante a roda de conversa, foi possível compreender parte da rotina da comunidade e, por meio de alguns relatos, evidenciar situações preocupantes. Entre os relatos surgiram experiências de abusos verbais frequentes por parte dos companheiros, muitas vezes

presenciados por seus filhos. Considerando que a violência, em suas diversas formas, segundo Moletta *et al.* (2024), pode ser naturalizada por crianças que convivem nesses cenários, foi elaborado um plano de ação com foco na educação sexual infantil, direcionado especialmente para crianças de até 9 anos.

Além disso, as crianças relataram a necessidade de espaços adequados para brincar. Muitas mencionaram que não havia locais apropriados para o lazer, que o parquinho mais próximo era distante e que a locomoção até lá era dificultada pela infraestrutura precária. Diante dessa demanda, foram planejadas atividades dinâmicas tanto no espaço interno quanto no externo da comunidade, proporcionando momentos de lazer e aprendizado. As ações planejadas também incluíram orientações sobre higiene pessoal, visando promover o bem-estar infantil e reforçar a autonomia das crianças.

Com base no diagnóstico realizado no primeiro dia de visita, tornou-se possível compreender melhor o grupo com o qual se trabalharia, permitindo a elaboração de um plano de ação estruturado para atender às necessidades da comunidade de maneira mais eficaz e significativa.

PLANEJAMENTO

O planejamento da ação de intervenção foi elaborado com base no diagnóstico realizado na primeira visita à comunidade quilombola. A partir das demandas identificadas, utilizou-se o instrumento 5W2H para estruturar a distribuição de tarefas e organizar a execução das atividades. Esse método permitiu definir com clareza os objetivos da intervenção, o local de realização, o cronograma, os responsáveis por cada etapa, as estratégias de execução e os custos envolvidos.

Após essa primeira visita, foram organizados grupos de discussão para analisar as demandas levantadas durante a dinâmica. Com base nos relatos, optou-se por realizar uma intervenção focada em dois temas principais: higiene pessoal e prevenção ao abuso sexual. Para estruturar a execução das atividades, as tarefas foram distribuídas entre os participantes por meio de uma tabela detalhada, contendo os objetivos da ação, o local de realização, o cronograma,

os responsáveis por cada etapa, as estratégias de execução e os custos envolvidos. Essa organização permitiu um planejamento mais eficiente e direcionado às necessidades da comunidade.

Para abordar a conscientização sexual, foi desenvolvida a dinâmica denominada “Semáforo do toque”. Essa atividade lúdica é utilizada para ensinar às crianças quais partes do corpo podem ser tocadas por outras pessoas, visando à prevenção de abusos. O “Semáforo do toque” é uma estratégia educativa amplamente adotada em escolas e unidades de saúde no Brasil, por meio da qual crianças de 6 a 10 anos aprendem a reconhecer partes de seu corpo e identificar toques ou contatos físicos que podem significar cuidado e afeto, e outros que podem indicar a presença de violência ou abuso (Idemais, 2023).

Durante a dinâmica, as áreas do corpo são classificadas com as cores de um semáforo: verde para toques permitidos (como mãos e braços), amarelo para toques que exigem cautela e consentimento (como barriga e costas) e vermelho para áreas onde o toque é proibido (partes íntimas). Essa metodologia auxilia as crianças a compreenderem seus limites corporais e a identificarem situações inadequadas, promovendo a autoproteção (Gauchazh, 2023).

A equipe identificou no estado da arte que a utilização de atividades lúdicas, como o “Semáforo do toque”, é fundamental na educação infantil, pois facilita a compreensão de temas complexos e sensíveis, como a prevenção ao abuso sexual, de maneira acessível e adequada à faixa etária das crianças.

Já na intervenção sobre higiene pessoal, levou-se em consideração a limitação de recursos da comunidade, que não dispõe de banheiro ou torneiras em quantidade adequada para a demonstração. Dessa forma, foi organizada uma roda de conversa para esclarecer dúvidas das crianças sobre cuidados com a higiene pessoal e enfatizar a importância da adoção de hábitos diários de higiene para a manutenção da saúde.

Para tornar a atividade mais atrativa e interativa, foi elaborada uma competição de perguntas e respostas sobre higiene pessoal e toque físico. Como complemento, foi planejada uma brincadeira chamada “Torta na cara”, na qual os participantes que não soubessem responder corretamente às perguntas recebiam uma

“torta” de *chantilly* no rosto. Para viabilizar a dinâmica, um dos participantes ficou responsável por levar o *chantilly*, enquanto outro providenciou pratinhos descartáveis e guardanapos.

Por meio dessas ações, buscou-se promover a conscientização e o aprendizado de maneira lúdica e acessível, garantindo que as crianças da comunidade pudessem assimilar os conteúdos abordados de forma leve e participativa. Dessa maneira, a intervenção foi estruturada para atender às demandas levantadas durante a primeira visita, proporcionando um ambiente de aprendizado significativo e fortalecendo o vínculo entre os envolvidos no projeto.

INTERVENÇÃO

Em novembro de 2024, durante a segunda visita à comunidade quilombola, foi realizada a intervenção com crianças de até 9 anos, utilizando o “Semáforo do toque” e a brincadeira “Torta na cara” com o objetivo de abordar temas como assédio, abuso sexual e higiene infantil. Antes do início da atividade, foi oferecido um lanche com frutas, bolos, salgados e sucos para atrair a atenção do público e alcançar o maior número de participantes da comunidade.

Após a alimentação, foram organizados os elementos da primeira dinâmica, que incluíram dois bonecos desenhados em cartolina, representando um corpo masculino e outro feminino, nomeados João e Maria, respectivamente. O “Semáforo do toque” foi confeccionado com recortes e colagens de cartolinas coloridas, e círculos de cartolina nas cores verde, amarela e vermelha foram preparados para serem utilizados na dinâmica. Os bonecos e o semáforo foram fixados na parede em uma altura acessível às crianças, facilitando sua interação com os materiais didáticos.

Antes do início da atividade, foi explicado às crianças que os personagens João e Maria as representavam e que cada cor do semáforo indicava um nível de alerta. O círculo verde foi associado a regiões do corpo que podem ser tocadas tanto por familiares quanto por outras pessoas de confiança. O círculo amarelo indicava partes que requerem mais cautela em relação a quem e como o toque ocorre, podendo indicar uma situação de risco. O círculo vermelho

representava áreas em que o toque não deve ser permitido, salvo pela própria criança ou por um responsável de confiança.

Inicialmente, apenas meninas participaram da dinâmica, demonstrando pouco interesse no início, mas tornando-se mais engajadas ao longo da atividade. Com o decorrer da interação, as crianças passaram a participar ativamente da colagem dos círculos, demonstrando um bom conhecimento sobre as áreas do corpo que devem ser protegidas. Dado o nível de compreensão prévia, optou-se por um método mais interativo, perguntando às crianças onde cada cor deveria ser colocada, em vez de uma explicação detalhada. Esse formato permitiu reforçar o aprendizado e adaptar a abordagem conforme a resposta do grupo.

Em seguida, foi realizada uma roda de conversa sobre higiene pessoal, na qual foram feitas perguntas para avaliar o conhecimento prévio das crianças. Durante o diálogo, foram abordados temas como a frequência ideal de banhos e escovações dentárias, as partes do corpo que devem ser higienizadas e os produtos adequados para cada etapa da higiene. As crianças participaram ativamente, respondendo corretamente a maioria das perguntas, embora algumas tenham relatado que não gostavam de praticar a higiene pessoal regularmente. Essa etapa serviu como base para a atividade seguinte.

A última dinâmica, e a mais aguardada pelas crianças, foi a brincadeira “Torta na cara”, utilizada como estratégia para revisar os conteúdos ensinados. A atividade consistiu em um jogo de perguntas e respostas, no qual dois participantes eram selecionados por rodada e deveriam colocar a mão na orelha enquanto aguardavam a questão. A criança que respondesse corretamente ganhava a rodada, enquanto a que errasse recebia uma “torta” de *chantilly* no rosto.

A quantidade de *chantilly* preparada permitiu a realização de mais de vinte rodadas. As primeiras perguntas foram planejadas previamente, enquanto as últimas foram improvisadas conforme o andamento da atividade. Durante a dinâmica, um menino que inicialmente demonstrou receio de participar por conta da predominância de meninas acabou se juntando ao grupo e participou ativamente de várias rodadas.

A realização da atividade exigiu adaptação e criatividade, pois foi necessário formular diferentes perguntas para cada rodada e manter a paciência com as crianças que, em alguns momentos, não esperavam o término da questão para responder. No entanto, a estratégia demonstrou grande eficácia, pois incentivou a participação e possibilitou que os conceitos sobre prevenção ao abuso e higiene pessoal fossem assimilados de maneira lúdica e interativa. A atividade competitiva estimulou o engajamento das crianças, tornando o aprendizado mais dinâmico e eficaz.

FEEDBACK

Em relação ao *feedback* obtido, verificou-se que tanto a comunidade externa quanto os acadêmicos do curso de Medicina demonstraram satisfação com a intervenção proposta. No que se refere ao parecer da comunidade quilombola, as crianças demonstraram interesse nas dinâmicas e rodas de conversa e, quando questionadas sobre a importância do conhecimento acerca dos limites do corpo, responderam com clareza que compreendiam a relevância da autoproteção. A roda de conversa foi considerada essencial para ampliar a noção dos perigos e fortalecer a consciência sobre segurança. Em relação às atividades lúdicas, como a brincadeira “Torta na cara”, as crianças relataram ter apreciado a interação e manifestaram o desejo de que novas atividades semelhantes fossem realizadas futuramente.

O grupo de acadêmicos responsável pela intervenção com crianças menores de 10 anos também avaliou a experiência de forma positiva. Inicialmente, houve um impacto significativo ao perceberem a discrepância de classe presente no próprio município de Joinville, muitas vezes ignorada por grande parte da população. Diante dessa realidade, os acadêmicos demonstraram empenho em compreender as necessidades mais urgentes da comunidade e, por meio de uma abordagem dinâmica, buscaram atendê-las de forma eficaz. Após a realização da curricularização, os estudantes relataram estar extremamente satisfeitos com as atividades desenvolvidas, destacando que a receptividade e a felicidade das crianças foram

indicativos de que os objetivos foram atingidos. No entanto, também reconheceram que ainda existem diversas lacunas a serem preenchidas para promover uma melhoria mais ampla na qualidade de vida da comunidade.

Nesse contexto, a curricularização da extensão mostrou-se uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos. Para a comunidade, proporcionou um conhecimento mais aprofundado sobre o assédio sexual e a importância da definição de limites corporais. Para os acadêmicos, permitiu um olhar mais sensível sobre populações frequentemente negligenciadas, além de promover um contato mais próximo entre os estudantes de Medicina e a comunidade quilombola, um aspecto essencial para a formação de profissionais de saúde mais humanizados e conscientes das realidades sociais em que atuarão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção realizada com as crianças da comunidade quilombola Caminho Curto foi de extrema importância tanto para os acadêmicos de Medicina quanto para as crianças participantes. A dinâmica do semáforo, cujo objetivo é prevenir casos de abuso sexual infantil, e as dinâmicas e rodas de conversa sobre higiene pessoal agregaram significativamente ao aprendizado das crianças, mesmo para aquelas que já possuíam amplo entendimento sobre os temas. Além disso, a atividade da “Torta na cara”, com perguntas relacionadas ao semáforo e à higiene pessoal, estimulou a competitividade entre as crianças da comunidade, tornando o processo de ensino mais lúdico e participativo.

Já para os acadêmicos de medicina, essas experiências proporcionaram um olhar mais atento para com as crianças, evidenciando a importância de ouvir suas ideias e opiniões. Dessa forma, o projeto de extensão contribuiu de maneira significativa para a formação acadêmica dos estudantes, incentivando-os a prestar mais atenção aos sinais, às dúvidas e às percepções das crianças, o que, futuramente, pode levar a diagnósticos mais precisos na prática médica.

Ademais, muitos acadêmicos de medicina tiveram a oportunidade de vivenciar, pela primeira vez, a realidade de uma comunidade quilombola e suas demandas específicas. Essa experiência não apenas agregou valor à formação acadêmica, mas também proporcionou um aprimoramento na vivência como cidadãos, permitindo uma compreensão mais profunda das diferentes realidades sociais.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da continuidade do Projeto Caminho Curto na comunidade, garantindo ações educativas contínuas e a ampliação do impacto positivo para os moradores. Para isso, recomenda-se a realização de parcerias interdisciplinares, especialmente com componentes curriculares como Saúde Coletiva II, para o desenvolvimento contínuo de ações de prevenção e promoção à saúde. A integração entre ensino, serviço e comunidade pode fortalecer a formação dos acadêmicos e proporcionar benefícios duradouros para a população quilombola.

Portanto, os projetos de curricularização da extensão são de grande relevância como componente pedagógico essencial na formação médica. Eles permitem que os acadêmicos experimentem, na prática, a convivência em distintos ambientes e com diversos públicos. Dessa forma, contribuem para o enriquecimento do conhecimento e para o desenvolvimento da sensibilidade humana dos futuros médicos, visto que muitos profissionais da saúde tendem a focar nas doenças, esquecendo que seus pacientes são impactados por uma variedade de aspectos que, por sua vez, podem dificultar a adesão aos tratamentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hayda Josiane *et al.* Saúde da Família, territórios quilombolas e a defesa da vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 21, 2023, p. e02209219. DOI.org (Crossref). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2209>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GAUCHAZH. **Conheça o semáforo do toque:** atividade realizada em escola de Caxias do Sul para prevenir abuso sexual. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2023/05/conheca-o-semaforo-do-toque-atividade-realizada-em-escola-de-caxias-do-sul-para-prevenir-abuso-sexual-cli3dm3me009a016xcjttjzt.html>. Acesso em: 4 mar. 2025.

IDEMAIS. **Como prevenir e combater o abuso contra crianças:** conheça o semáforo do toque. 2023. Disponível em: <https://idemais.com.br/noticias/como-prevenir-e-combater-o-abuso-contra-criancas-conheca-o-semaforo-do-toque/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. **Boletim de Conjuntura (Boca)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7151234. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso em: 9 set. 2025.

MOLETTA, Aline Krein; LESSA, Danielly Marcos; SOUZA, Sirlei de; LAZARINI, Flaviane Mello; PALADINO, Sandra Luft. Saúde em situação de vulnerabilidade em uma comunidade periférica no Sul do Brasil. **Revista Nursing, Edição Brasileira**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/0327311>. DOI: 10.36489/nursing.2024v27i311p10161-10168. Acesso em: 4 mar. 2025.

OLIVEIRA, Elenilda Farias de *et al.* Factors related to quilombola attendance to child follow-up appointments. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, dez. 2019, p. 9-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0605>. Acesso em: 22 ago. 2025.

RANYERE, Jean; MATIAS, Neyfsom Carlos Fernandes. A relação com o saber nas atividades lúdicas escolares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023, p. e252545. DOI.org (Crossref). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252545>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTANA, Regis Rodrigues *et al.* Extensão universitária como prática educativa na promoção da saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, 2021, p. e98702. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623698702>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, Jeronilson Quirino da; PELÁ, Márcia Cristina Hizim. Educação quilombola e violência sexual: um retrato da negligência governamental. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 10, n. 2, out. 2021, p. 1–20. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/12364. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOUZA, Lauro Nascimento de *et al.* Práticas de cuidado em saúde com crianças quilombolas: percepção dos cuidadores. **Escola Anna Nery**, v. 27, 2023, p. e20220166. DOI.org (Crossref). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2022-0166pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SOUZA, Sirlei de *et al.* Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico. **Revista Confluências Culturais**, v. 10, n. 3, dez. 2021, p. 132–50. Disponível em: <https://doi.org/10.21726/rcc.v10i3.1701>. Acesso em: 22 ago. 2025.

UMA LUZ PARA A AUTONOMIA: CONEXÃO DE SABERES POR MEIO DE UMA OFICINA DE VELAS PARA MULHERES QUILOMBOLAS¹

Bárbara Rodrigues Eyng²

Isabel Windmöller³

Isabella Chiodini Loebach⁴

Júlia Merino Meduna⁵

Kamila de Souza de Toledo⁶

Lucinara Santos Dias Ribeiro⁷

Vanessa Cristina Profiro Roesner⁸

Giovanna de Moraes Lopes⁹

Flaviane Mello Lazarini¹⁰

INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária tem se consolidado como um pilar fundamental para a formação acadêmica, sendo atualmente uma diretriz obrigatória nos cursos de graduação no Brasil (MEC, 2018). A inserção da extensão no ensino superior busca aproximar a universidade da realidade social, permitindo

¹ Sem publicação.

² Acadêmica do 4º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* babi.eyng15@gmail.com.

³ Acadêmica de Medicina do 4º semestre. *E-mail:* windmollerisabel@gmail.com.

⁴ Acadêmica do 4º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* chiodinibella@gmail.com.

⁵ Acadêmica de Medicina do 4º semestre. *E-mail:* julinhameduna21@gmail.com.

⁶ Acadêmica de Medicina do 4º semestre. *E-mail:* Contatokamilatoledo@gmail.com.

⁷ Acadêmica do 4º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* lucinaras306@gmail.com.

⁸ Acadêmica do 4º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* vanessacroesner@gmail.com.

⁹ Acadêmica do 4º semestre do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* giovanna.lopes123@hotmail.com

¹⁰ Professora adjunta da área da saúde. Enfermeira, mestre em saúde coletiva, doutora em ciências da saúde. *E-mail:* flaviane.lazarini@univille.br.

que os estudantes vivenciem diferentes contextos e apliquem o conhecimento acadêmico na prática. Esse modelo de ensino fortalece a formação crítica e cidadã dos futuros profissionais, tornando-os mais preparados para enfrentar os desafios sociais, econômicos e culturais existentes (Freire, 2002).

A interação entre universidade e comunidade proporciona impactos positivos para ambos os lados. A extensão universitária não apenas qualifica os acadêmicos, mas também possibilita a implementação de projetos sustentáveis e acessíveis que geram melhorias concretas para as populações atendidas (Santos; Lima, 2019). Além disso, o intercâmbio de saberes entre a academia e os conhecimentos tradicionais das comunidades favorece a criação de soluções adaptadas às realidades locais, promovendo inclusão social e empoderamento econômico.

Nesse contexto, as comunidades quilombolas representam um dos grupos sociais historicamente marginalizados no Brasil. Formadas por descendentes de escravizados, libertos e pessoas livres, essas comunidades enfrentam desafios estruturais desde sua origem, sendo marcadas por discriminação racial, exclusão histórica e dificuldades no acesso a oportunidades econômicas, educacionais e de inclusão social (Munanga, 2008). O fortalecimento dessas comunidades passa pela implementação de políticas e ações que promovam autonomia e justiça social, respeitando sua cultura e identidade.

A promoção da independência econômica e social das mulheres quilombolas assume uma relevância ainda maior, uma vez que elas desempenham um papel central na manutenção das tradições culturais, na organização social, no sustento das famílias e na educação dos filhos (Collins, 2019). Considerando esses desafios, o Projeto de Experiência na Curricularização de Extensão foi desenvolvido no âmbito do componente curricular Saúde Coletiva II, em parceria com o Projeto Integrado Caminho Curto, voltado para a comunidade quilombola Beco do Caminho Curto.

A intervenção realizada teve como foco o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres da comunidade, promovendo uma atividade econômica acessível e viável. Para isso, foi desenvolvida uma oficina de produção de velas, uma atividade artesanal de baixo custo

inicial, altamente personalizável e com ampla demanda no mercado, seja para fins decorativos, religiosos ou funcionais. A iniciativa não apenas proporcionou uma alternativa prática para a geração de renda, mas também valorizou o papel da mulher, incentivando o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, fortalecendo a autoestima e promovendo o empoderamento feminino (Souza *et al.*, 2021).

Além de oferecer capacitação técnica, a oficina buscou estimular a criatividade das participantes e fomentar ideias empreendedoras alinhadas às suas vivências e necessidades. Dessa forma, buscou-se criar condições para que essas mulheres se tornassem protagonistas de suas histórias, ampliando suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e na economia local. A valorização do trabalho artesanal como ferramenta de transformação social reforça a importância do empreendedorismo feminino como uma estratégia de fortalecimento comunitário e de superação de vulnerabilidades socioeconômicas (hooks, 2000).

Portanto, este capítulo tem como principais objetivos apresentar os impactos da oficina de produção de velas na promoção da independência econômica e social das mulheres da comunidade quilombola Beco do Caminho Curto, ressaltando a importância do empoderamento e do protagonismo feminino em uma comunidade frequentemente invisibilizada na sociedade. Além disso, busca-se destacar o papel da extensão universitária como ferramenta essencial para a integração entre ensino, pesquisa e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a valorização dos saberes locais.

DESENVOLVIMENTO

Comunidade

A comunidade quilombola Beco do Caminho Curto está situada na zona rural do bairro Pirabeiraba, em Joinville/SC, e foi recentemente certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Esse quilombo está localizado às margens

de uma longa estrada asfaltada, próximo a vastos campos abertos utilizados pelos fazendeiros locais para a alimentação do gado. As moradias, predominantemente de madeira, são simples e compactas, sem muros altos ou barreiras que sugerissem isolamento. As cercas vazadas que separam algumas residências reforçam a sensação de união e proximidade entre as famílias, que compartilham não apenas o espaço físico, mas também tradições e desafios cotidianos comuns. Essas características contrastam com o imaginário de alguns visitantes acadêmicos, que esperavam encontrar um local isolado em meio à vegetação densa, possivelmente influenciados pelas referências apresentadas nas aulas de história do ensino fundamental (Gomes, 2015).

O ambiente da comunidade caracteriza-se pela presença de animais domésticos, criação de galinhas e um grande número de crianças. Cachorros, de diferentes portes, circulam livremente na companhia dos moradores em suas atividades diárias ou permanecem dentro de cercados em humildes casas de madeira. Brinquedos infantis estão espalhados pelo caminho que leva ao galpão comunitário, localizado nos fundos da comunidade. Esse espaço torna-se um ponto de encontro para atividades coletivas, como a oficina de fabricação de velas, realizada por estudantes do curso de Medicina da Universidade da Região de Joinville (Univille) (Silva; Lima, 2018).

A primeira interação dos estudantes com a comunidade foi conduzida com respeito, visando à construção de uma confiança mútua e à troca de experiências. Inicialmente, havia uma grande curiosidade por parte dos acadêmicos sobre a dinâmica da comunidade e suas diferenças em relação aos contextos nos quais cresceram. Para promover um ambiente acolhedor, foi organizado um café da tarde, com frutas, bolos e sucos, proporcionando um momento de integração entre os participantes. Apesar da intenção de envolver toda a comunidade, percebeu-se uma presença menor dos homens, que, posteriormente, relataram acreditar que a atividade era voltada exclusivamente para as mulheres (Almeida, 2020). Entretanto, essa divisão de gênero não impediu a criação de vínculos e a construção de um ambiente receptivo, no qual as mulheres se mostraram abertas à interação.

Seguindo as orientações e a liderança da professora Flaviane, o primeiro passo desse processo de diálogo foi comunicar o propósito da visita e dar início a uma dinâmica no galpão comunitário. Estudantes e moradores reuniram-se em um círculo de conversa, no qual uma bola era passada entre os participantes. Quem estivesse com a bola em mãos tinha a oportunidade de se apresentar e compartilhar suas experiências, reflexões sobre felicidade e sugestões para promover melhorias na comunidade. O apoio foi além das palavras, sendo acompanhado por uma atividade de massagens nas mãos com óleos essenciais, cujo intuito era suavizar a tensão gerada pelas discussões e favorecer uma troca mais fluida de saberes (Freire, 2002).

A participação na oficina de velas contribuiu significativamente para a experiência formativa dos acadêmicos, pois proporcionou uma intensa troca de aprendizados. A atividade incluiu uma explicação detalhada sobre os materiais necessários para a confecção das velas e as técnicas de fabricação, destacando sua utilidade tanto para o uso pessoal quanto para a geração de renda. Em contrapartida, os acadêmicos ampliaram seus conhecimentos ao aprender que alguns moradores possuíam pequenas plantações de ervas, que poderiam ser utilizadas na aromatização das velas, agregando valor aos produtos fabricados na comunidade (Santos; Lima, 2019).

Diagnóstico

A principal técnica utilizada para realizar um diagnóstico mais humano e eficiente das demandas locais foi a escuta ativa. Durante a primeira visita à comunidade, foi organizada uma roda de conversa, conduzida por meio de uma dinâmica em que um objeto, como uma bola, era passado de mão em mão. O objetivo era garantir que todas tivessem a oportunidade de falar sem ser interrompidas. A abordagem foi fundamentada na escuta sensível, buscando demonstrar compreensão, empatia e interesse genuíno, livres de qualquer tipo de julgamento.

Ao longo da conversa, surgiram relatos marcantes, carregados de dor. A maioria das mulheres compartilhou experiências de abusos sofridos em suas relações conjugais. A frustração era evidente

em cada relato, assim como o medo presente nas falas. Entre os fatores apontados, destacou-se a dependência financeira como uma das principais barreiras que as mantinham em situações de vulnerabilidade, sem perspectivas concretas de mudança.

Dados apresentados na revista virtual Terra de Direitos (2022) apontam uma realidade alarmante nos territórios quilombolas entre os anos de 2018 e 2022. Nesse período, foram registrados 1.467 casos de feminicídios. Destes, 64,3% das mulheres vítimas foram mortas dentro de suas próprias casas, o que reforça o perigo das observações realizadas durante a visita à comunidade (Brasil, 2022).

Com base nessa realidade e na demanda das mulheres por desenvolver atividades que pudessem trazer rentabilidade para elas, traçou-se como objetivo para a segunda visita a realização de uma oficina de fabricação de velas. A proposta buscou incentivar as mulheres da comunidade a conquistar maior independência financeira por meio de uma atividade de baixo custo, simples de ser executada, e que, ao mesmo tempo, permitisse a exploração de sua criatividade em um momento de lazer. A oficina foi planejada como um passo inicial para despertar nelas a confiança necessária para transformar suas realidades e buscar novos caminhos de autonomia e fortalecimento.

Planejamento

Para garantir a realização da oficina, foi necessário um planejamento detalhado que envolveu desde a capacitação dos facilitadores até a organização dos materiais. A oficina foi agendada para ocorrer após a capacitação do grupo responsável pela execução da atividade, com base no conhecimento adquirido em um treinamento específico.

Quando e onde

A oficina foi realizada após o treinamento ministrado por um professor voluntário da Univille, que trouxe sua experiência prévia com a técnica de fabricação de velas. O treinamento foi conduzido no laboratório de farmacologia da universidade, garantindo a

preparação técnica e segurança para os facilitadores antes da intervenção na comunidade. A oficina propriamente dita aconteceu na comunidade quilombola, em um espaço preparado para abrigar as atividades práticas. A data da oficina foi agendada de acordo com a disponibilidade das participantes, priorizando o momento mais adequado para que as mulheres pudessem se envolver de maneira plena na atividade.

Como a oficina foi realizada

O processo de fabricação das velas foi detalhadamente apresentado durante o treinamento, que abordou desde o derretimento da parafina até o desmolde das velas. Durante a oficina na comunidade, os facilitadores locais, capacitados pelo treinamento, orientaram as participantes, seguindo o passo a passo aprendido. A oficina foi conduzida de maneira prática e interativa, com o uso de materiais como parafina, moldes, óleos essenciais e tinturas para dar aroma e cor às velas. A experiência de aprender uma habilidade prática, combinada com a possibilidade de transformar essa habilidade em um produto para venda, trouxe um empoderamento imediato às participantes, além de proporcionar um momento de lazer e conexão entre as mulheres da comunidade.

Custo e recursos

Um dos aspectos que facilitou a implementação dessa oficina foi o baixo custo envolvido. A maior parte do material foi fornecida pelo professor voluntário e pela universidade, o que possibilitou que a ação fosse realizada de forma sustentável e sem grandes gastos. O único custo adicional foi a compra de um pacote de parafina, que seria utilizado para a execução das velas. Dessa maneira, a oficina não apenas trouxe benefícios diretos às participantes, mas também utilizou de recursos locais, como o apoio da universidade e do professor, criando uma rede de colaboração que fortaleceu a intervenção.

Distribuição de tarefas

A execução da oficina envolveu uma clara divisão de tarefas entre os responsáveis pela ação:

Professor voluntário: responsável por fornecer o treinamento técnico, orientando sobre a fabricação das velas e destacando os cuidados necessários para a realização do processo de maneira segura. O professor também alertou sobre os riscos envolvidos, como o perigo de queimaduras por conta do derretimento da parafina e as reações alérgicas potenciais aos óleos essenciais;

Facilitador local: grupo de acadêmicos responsáveis por coordenar a oficina na comunidade, auxiliando as participantes durante a fabricação das velas, supervisionando o processo e garantindo que as orientações fossem seguidas corretamente. Esse papel foi fundamental para assegurar que as mulheres se sentissem apoiadas e capacitadas para realizar a atividade com confiança;

Participantes: as mulheres da comunidade, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, foram divididas em grupos para realizar a fabricação das velas. Elas seguiram as orientações dos facilitadores, produzindo as velas de acordo com o processo aprendido no treinamento. A participação ativa de cada mulher foi essencial para que o projeto fosse bem-sucedido, e o sentimento de pertencimento e colaboração foi fortalecido ao longo da oficina.

Intervenção

No dia 23 de novembro de 2024, a tão aguardada oficina de fabricação de velas aromáticas foi realizada na comunidade quilombola, com a participação de 12 mulheres locais. A atividade teve início com uma introdução ao processo de fabricação das velas, no qual os alunos demonstraram, passo a passo, como produzir as velas, desde o derretimento da parafina até a finalização do produto. Um dos momentos mais marcantes da oficina foi a fase sensorial, na qual as participantes puderam explorar a textura e o formato da parafina, além de sentir os aromas dos óleos essenciais escolhidos para dar fragrância às velas. Essa etapa mostrou-se especialmente envolvente, pois permitiu que as mulheres da comunidade personalizassem suas

velas, escolhendo os aromas e as cores, com o auxílio do giz de cera para determinar a tonalidade das velas aromáticas.

A interação entre os alunos e as participantes foi marcada por um forte vínculo de aprendizado mútuo e respeito. A equipe de alunos demonstrou grande dedicação e paciência, explicando detalhadamente cada etapa do processo de produção das velas, com o objetivo de garantir que as participantes se sentissem seguras e confiantes. O trabalho em equipe, tanto entre os acadêmicos quanto entre eles e as mulheres da comunidade, foi essencial para que as expectativas fossem atendidas e superadas. As participantes, por sua vez, mostraram grande interesse e rapidamente dominaram as técnicas, absorvendo o conhecimento e aprimorando suas habilidades durante o decorrer da oficina.

A oficina não apenas ofereceu uma oportunidade de geração de renda, mas também fortaleceu os laços entre os alunos e a comunidade quilombola, criando um ambiente de troca rica de conhecimentos e experiências. Ao final da atividade, as mulheres não apenas haviam aprendido uma nova habilidade, mas estavam mais confiantes em sua capacidade de aplicar essa habilidade para melhorar suas condições econômicas. Esse processo representou um avanço significativo no empoderamento feminino da comunidade, pois possibilitou às mulheres novas perspectivas de autonomia e independência financeira.

Essa ação exemplifica como a colaboração entre a universidade e as comunidades locais pode gerar soluções criativas e práticas para questões socioeconômicas. Além disso, promove o fortalecimento de redes de apoio e o desenvolvimento de habilidades que favorecem a autonomia das mulheres, contribuindo para um processo contínuo de empoderamento e transformação social.

Feedback da comunidade

Após a realização da oficina de fabricação de velas na comunidade Caminho Curto, foi coletado o *feedback* de duas moradoras que participaram da atividade. O objetivo foi entender se a meta proposta com a oficina foi atingida, além de avaliar se ela trouxe benefícios reais e agregaria à vida das mulheres da

comunidade. O primeiro depoimento foi: “Ficou muito lindo nosso trabalho! O pessoal aqui reunido é muito legal, vamos continuar sempre assim. Parabéns pra vocês, que ensinaram a gente a fazer, eu adorei!” O segundo depoimento foi: “Estou muito feliz de estar aqui aprendendo a fazer velas com vocês e com o pessoal daqui. É muito bom aprender coisas novas, vocês trouxeram algo bom pra gente. Foi muito bom, estou muito feliz!”.

Esses depoimentos refletem um sentimento de satisfação e gratidão das participantes, evidenciando o impacto positivo da oficina em suas vidas. Além disso, em relação às percepções dos acadêmicos envolvidos, foi possível adquirir novos conhecimentos em todas as etapas da extensão. Desde a primeira visita à comunidade, foi possível perceber um contexto muito diferente do habitual, o que trouxe reflexões e aprendizado. Durante o treinamento para a realização da oficina, foi possível aprender a confecção de velas. Na segunda visita, ao aplicar a intervenção, foi possível compartilhar essa experiência com as mulheres da comunidade, e percebeu-se que foi um processo de aprendizado e troca mútua.

Portanto, verificou-se que a intervenção realizada na comunidade Caminho Curto foi proveitosa para todos os participantes da ação, tanto para os moradores quanto para os estudantes. A experiência se demonstrou valiosa para o fortalecimento da relação entre a universidade e a comunidade, e reforçou a importância de estimular e apoiar a realização de mais intervenções com o mesmo objetivo, pois acredita-se que ações como essa podem gerar impactos duradouros e transformadores para todos os envolvidos.

CONCLUSÃO

A condução da oficina de velas gerou impactos significativos tanto para a comunidade quilombola quanto para a formação acadêmica dos estudantes. Para as mulheres da comunidade, a oportunidade de gerar uma renda extra com a produção de velas trouxe uma nova perspectiva de independência financeira e autonomia. Essa experiência demonstrou às participantes que não é necessário depender financeiramente de suas famílias ou seus

maridos, pois elas podem assumir o controle de suas próprias vidas. Ao se colocarem como protagonistas de suas histórias e reconhecerem seu valor, as mulheres fortalecem sua confiança e autoestima, além de aumentar sua capacidade de se autossustentar.

Para os acadêmicos de Medicina, a oficina proporcionou uma reflexão sobre a importância de oferecer oportunidades de geração de renda. Compreendeu-se que a autonomia financeira é essencial para reduzir as desigualdades de gênero, permitindo que as mulheres possam realizar seus sonhos, ajudar no sustento familiar e ampliar suas perspectivas de futuro. O contato com as realidades da comunidade contribuiu ainda para o aprimoramento da sensibilidade social dos estudantes, promovendo o respeito à diversidade cultural.

A interação com a comunidade e a condução da oficina possibilitaram aos acadêmicos o desenvolvimento de competências essenciais para a formação profissional e cidadã. Dentre essas competências, destacam-se a escuta ativa, a empatia e a capacidade de adaptar a linguagem ao público. A organização das atividades em grupo exigiu a divisão de tarefas e o gerenciamento de recursos, promovendo o trabalho colaborativo e a responsabilidade compartilhada.

Os estudantes também enfrentaram um imprevisto, a falta de uma entrada compatível para o fogão elétrico, o que exigiu uma rápida adaptação, simulando situações reais que serão enfrentadas na prática médica. Para as mulheres da comunidade, a oficina em grupo favoreceu a colaboração mútua, fortalecendo os laços sociais entre as participantes.

Com base nisso, a curricularização da extensão se mostrou de extrema importância para a formação integral dos acadêmicos de Medicina, pois proporcionou uma experiência social real. A curricularização permitiu que os estudantes desenvolvessem competências cruciais para sua atuação profissional, como a comunicação eficaz, a empatia, o trabalho em equipe, a responsabilidade social e a visão crítica sobre as desigualdades sociais e de saúde.

Ao ministrar a oficina e interagir diretamente com os membros da comunidade, os estudantes vivenciaram situações que exigiram escuta ativa, adaptação à linguagem local, empatia e

respeito à diversidade cultural – habilidades indispensáveis para uma atuação médica mais humanizada. Dessa forma, a curricularização da extensão na comunidade contribui para preparar os estudantes para enfrentar os desafios de uma prática médica mais humanizada, inclusiva e alinhada com as necessidades reais da sociedade. Essa experiência forma um profissional não apenas mais apto para trabalhar em equipe, mas também mais sensível às desigualdades sociais e ao contexto de vida dos pacientes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça leva ações de prevenção contra violência doméstica a quilombos e assentamentos**. Conselho Nacional de Justiça, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-leva-acoes-de-prevencao-contraviolencia-domestica-a-quilombos-e-assentamentos/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, N. L. **Movimento negro educador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes para a Extensão Universitária na Educação Superior Brasileira**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **RevConexão**, v. 14, n. 3, p. 334–342, 2018. DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v.14.i3.0004.

SANTOS, B. de S.; LIMA, C. M. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Almedina, 2019.

SILVA, M.; LIMA, R. **Políticas públicas e quilombos**: desafios para a efetivação de direitos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

SOUZA, L. N. *et al.* Empreendedorismo feminino e autonomia financeira: impactos sociais na economia solidária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 105, 2021.

TERRA DE DIREITOS. Pesquisa aponta que média anual de assassinatos de quilombolas entre 2018 e 2022 dobra em relação a 2008. **Terra de Direitos**, 2022. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/pesquisa-aponta-que-media-anual-de-assassinatos-de-quilombolas-entre-2018-e-2022-dobra-em-relacao-a-20082017/23948?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 mar. 2025.

VIEIRA, A. B. D.; MONTEIRO, P. S. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob a abordagem da Bioética de Intervenção. **Debate sobre saúde**, v. 37, n. 99, p. 610–618, 2013. DOI: 10.1590/S0103-11042013000400008.

SUPERANDO BARREIRAS SOCIOCULTURAIS: ESTRATÉGIAS PARA INSERÇÃO DO PÚBLICO MASCULINO EM PRÁTICAS DE SAÚDE COMUNITÁRIA¹

Carolina Sasse Altini²

Jaqueline Riva Tezza³

Lucas Berger Stuhr⁴

Luiza Gabriela De Oliveira⁵

Maria Eduarda Matê⁶

Rafaela Rosa Neitzel⁷

Thayná Agapito Rocha⁸

Flaviane Mello Lazarini⁹

INTRODUÇÃO

A proposta de intervenção na comunidade quilombola emergiu de um debate no componente de Saúde Coletiva II (3.º semestre de Medicina), no contexto da curricularização da extensão. Por meio da discussão, refletiu-se sobre potencial de impacto social e delineou-se a primeira visita diagnóstica para conhecer a comunidade

¹ Sem publicação.

² Acadêmica do curso de Medicina da Universidade da Região de Joinville (Univille), à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* carolinaaltini@gmail.com.

³ Acadêmica do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* jaquelinervatezza@gmail.com.

⁴ Acadêmico do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* lucasbstuhr@outlook.com.

⁵ Acadêmica do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* lu.gabii.oliveira@gmail.com.

⁶ Acadêmica do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* maria.mate2015@gmail.com

⁷ Acadêmica do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* rafaelarneitzel@gmail.com.

⁸ Acadêmica do curso de Medicina da Univille, à época da elaboração do presente artigo. *E-mail:* thayy2707@gmail.com.

⁹ Professora adjunta da área da saúde. Enfermeira, mestre em saúde coletiva, doutora em ciências da saúde. *E-mail:* flaviane.lazarini@univille.br.

e seus desafios, valorizando a escuta e o vínculo territorial. A curricularização funciona, aqui, como ponte entre universidade e território, qualificando a formação e favorecendo respostas concretas às necessidades locais, alinhada às diretrizes de promoção da saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2014).

A comunidade quilombola conquistou certificação como remanescente, o que favoreceu acesso a políticas públicas; contudo, o ritmo de implementação de saneamento e de acesso a serviços ainda impõe riscos à saúde coletiva, tema historicamente reconhecido pela Política Nacional de Promoção à Saúde (PNPS) como transversal (Brasil, 2014).

Outro achado inicial foi a baixa participação de adolescentes do sexo masculino nas atividades coletivas. A literatura e políticas nacionais apontam que trabalhar masculinidades e saúde dos homens é estratégico para ampliar adesão e reduzir iniquidades (Brasil, 2009; Opas, 2019).

Como eixo metodológico, adotou-se a atividade física como instrumento de socialização e saúde mental, proposta coerente com evidências que indicam associação positiva entre prática física e desfechos de saúde mental em crianças e adolescentes (Biddle; Asare, 2011).

Este capítulo descreve planejamento, execução e resultados da intervenção, centrada em dinâmica lúdica com futebol de sabão e *quiz* de higiene, para promover conhecimento, vínculo e participação de meninos e homens da comunidade.

DESENVOLVIMENTO

Comunidade

A comunidade quilombola Caminho Curto, localizada na cidade de Joinville, no bairro de Pirabeiraba, está cercada por casarões e grandes terrenos de alto valor. No entanto, o conjunto habitacional quilombola vive uma realidade simples e humilde, uma vida que, por vezes, parece confinada e limitada à pequena comunidade.

O quilombo encontra-se à beira da estrada pavimentada, com o chão de terra batida, que se transforma em lodo quando chove. As casas são de madeira, simples, com poucos cômodos; algumas poucas são construídas em alvenaria. Entre os caminhos formados pela disposição das casas, circulam muitos animais, como gatos e cachorros, que são adotados pelos moradores.

A comunidade enfrenta uma escassez de recursos. Uma família possui máquina de lavar, a energia elétrica foi regulamentada há pouco tempo e o tratamento de esgoto implementado há poucos anos já não atende a todo o território. A população depende do apoio financeiro proveniente de editais do governo e projetos de extensão de instituições de ensino da região, com os quais conseguiram conquistar alguns recursos, citando como destaque o Projeto Integrado Caminho Curto, que realiza transformação social por meio de reforço escolar, ações de prevenção de doenças e promoção à saúde, revitalização de espaços comunitários e mediação entre as necessidades da comunidade e os órgãos públicos competentes.

Apesar das limitações financeiras e estruturais, a comunidade é rica em cultura. No entanto, um aspecto notado como predominante da cultura local é o machismo. Durante as rodas de conversa realizadas, foram relatados diversos casos de agressões físicas e verbais, além de frases como “o marido/pai não deixa”. Essa cultura afeta tanto as meninas, que são impedidas de viver conforme seus desejos, quanto os meninos, que sentem a pressão de assumir o papel de “homem” desde muito cedo. Como resultado, a população jovem sofre com os preceitos impostos pela comunidade, sendo necessário ensinar os mais novos um novo modo de viver, ressignificando essas influências.

Quanto à proposta de realizar o projeto de extensão no 3.º semestre com a turma de Medicina 35, as professoras Flaviane e Januária apresentaram a ideia no início do semestre, perguntando à turma se aceitariam renunciar a alguns sábados para ir até a comunidade. A resposta foi quase unânime e entusiástica, com a turma aceitando prontamente. Contudo, dois alunos não poderiam participar aos sábados por conta de outros compromissos, o que resultou na divisão da turma em dois projetos de extensão distintos para atender a todos. Os alunos puderam escolher livremente sua participação e, ao final, 23 estudantes optaram por ir à comunidade quilombola Caminho Curto.

Na primeira visita de reconhecimento, os alunos inicialmente sentiram certo receio em razão da estranheza e da timidez, mas, com o tempo, conseguiram se soltar e se sentir mais à vontade na comunidade. Durante a visita, os estudantes ouviram relatos, distribuíram alimentos, interagiram com os cães, brincaram com as crianças e conversaram com as mulheres. Esse processo possibilitou a criação de um ambiente seguro, construtivo e de aprendizado, tanto para os moradores da comunidade quanto para os alunos.

Para os moradores, o fato de serem ouvidos, de terem um espaço para expressar suas queixas do dia a dia, bem como o reconhecimento da ajuda de pessoas capacitadas dispostas a colaborar fez uma grande diferença, criando perspectiva e esperança de melhoria. Já para os estudantes, a experiência proporcionou um aprendizado que nenhuma aula tradicional seria capaz de oferecer: o contato humano e a vivência de interagir com pessoas em situações de vulnerabilidade.

Diagnóstico

Inicialmente, a proposta apresentada pelas docentes da disciplina de Saúde Coletiva para o curso de Medicina da Univille consistia em uma primeira visita à comunidade quilombola Caminho Curto, com o objetivo de materializar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, especialmente no que se refere ao processo de territorialização. O intuito era identificar as características da região e da população local a fim de refletir sobre possíveis atividades a serem realizadas para beneficiar os moradores daquela área.

A visita inicial teve foco em territorialização e escuta ativa em roda coordenada pela docente. Emergiram problemas de saneamento, barreiras de acesso à saúde e educação, lazer restrito e baixa participação masculina nas ações comunitárias – muitas vezes percebidas como “para mulheres e crianças”. Esse padrão não é isolado: pesquisas nacionais apontam que os homens tendem a se afastar de serviços e ações de promoção da saúde, reforçando estereótipos de masculinidade que dificultam o autocuidado e a corresponsabilização pelo cuidado familiar (Brasil, 2009; Opas, 2019).

Nos relatos, destacou-se o papel das mulheres como cuidadoras no contexto familiar, frequentemente associado a sacrifícios emocionais e físicos. Muitas assumem sozinhas a responsabilidade de cuidar de familiares adoecidos, sobretudo em situações ligadas à saúde mental. A literatura evidencia que, no Brasil, as mulheres dedicam em média 9,6 horas semanais a mais do que os homens a afazeres domésticos e cuidados não remunerados, configurando uma sobrecarga estrutural (IBGE, 2023; Ipea, 2022). Esse padrão se traduz na comunidade: elas relataram sentir-se sobrecarregadas com as tarefas de higiene, como a troca constante de roupas de cama ou a lavagem manual sem equipamentos adequados, o que potencializa sofrimento e desgaste.

Estudos sobre trabalho doméstico não remunerado apontam que a invisibilidade desse cuidado reforça desigualdades de gênero, pois, embora seja um trabalho essencial à reprodução da vida, raramente é reconhecido ou valorizado socialmente (Ipea, 2022; Sarti, 2010). Essa naturalização do cuidado feminino gera impactos psicológicos relevantes, incluindo maior prevalência de sintomas depressivos e de estresse, especialmente quando não há redes de apoio (Escorsim, 2014).

As mulheres da comunidade relataram, ainda, que a constante necessidade de “atender ao outro”, de forma exaustiva e sem apoio, causa sofrimento e sensação de isolamento. Ao compartilharem esse silêncio no espaço coletivo da roda, elas descreveram um alívio temporário, permitindo que se sentissem ouvidas e legitimadas em suas dores – experiência que a literatura associa ao fortalecimento comunitário e ao reconhecimento simbólico do trabalho de cuidado (Saffioti, 2015).

Nesse contexto, ficou evidente a necessidade de estratégias que aproximassem os homens das ações. As próprias mulheres apontaram a negligência masculina em práticas básicas de higiene pessoal como um problema recorrente, associando tal comportamento à perpetuação de desigualdades no cuidado. Incorporar os homens nas atividades, portanto, significava não apenas promover sua participação comunitária, mas também redistribuir responsabilidades e tensionar normas de gênero.

Para tanto, o grupo concluiu que a interação deveria envolver elementos atrativos ao universo masculino local. O futebol, percebido culturalmente como prática “masculina”, mostrou-se um recurso estratégico para gerar engajamento e abrir espaço para discutir autocuidado e práticas de higiene (Larsen *et al.*, 2021). Além do aspecto lúdico, o futebol é reconhecido por programas internacionais de promoção da saúde como uma via eficaz para desenvolver conhecimentos em higiene, nutrição e bem-estar em adolescentes (Biddle; Asare, 2011; Larsen *et al.*, 2021).

Assim, o diagnóstico não apenas identificou problemas de infraestrutura e sobrecarga de gênero, mas também orientou o planejamento da intervenção para responder simultaneamente às demandas locais e às diretrizes nacionais de promoção da saúde: estimular a participação masculina, valorizar o trabalho feminino, fortalecer práticas de autocuidado e articular saúde, lazer e cultura em uma mesma proposta (Brasil, 2014).

Planejamento

Com base no diagnóstico situacional foi possível identificar necessidades distintas entre crianças e adolescentes da comunidade, com destaque para as lacunas relacionadas à higiene pessoal. Tal aspecto foi considerado prioritário pelas próprias famílias, especialmente pelas mulheres, que relataram sobrecarga nas tarefas ligadas ao cuidado. Diante desse diagnóstico, optou-se por estruturar uma atividade de caráter lúdico e participativo, de forma a atrair o público-alvo e, ao mesmo tempo, garantir que os conteúdos de saúde fossem incorporados de maneira significativa. Tal escolha está em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que orientam a adoção de estratégias educativas baseadas em participação ativa e contextualização sociocultural (Brasil, 2014).

Inspirados no programa internacional “11 for Health”, que utiliza o futebol como recurso pedagógico para disseminar informações sobre saúde entre escolares (Larsen *et al.*, 2021), o grupo desenvolveu uma dinâmica composta por duas etapas integradas: o

futebol de sabão e um *quiz* de 50 perguntas sobre higiene e cuidados básicos. A lógica pedagógica consistiu em associar a vivência corporal e recreativa a momentos de reflexão e aprendizado, conforme apontam estudos que destacam o potencial das práticas lúdicas no processo de educação em saúde (Biddle; Asare, 2011).

O *quiz* educativo contemplou perguntas de múltipla escolha e respostas diretas, abrangendo temas como: frequência da escovação dentária, tempo adequado de higienização das mãos (20–30 segundos), etiqueta respiratória (cobrir boca e nariz ao espirrar), descarte correto de resíduos sólidos e situações do cotidiano inspiradas nos “5 momentos para a higiene das mãos” (Anvisa, 2020; Unicef, 2020). Essa abordagem buscou não apenas transmitir informações, mas também estimular a reflexão crítica e a troca de experiências entre os adolescentes.

Do ponto de vista logístico, os alunos compartilharam responsabilidades e custos, reforçando o caráter colaborativo da ação. Foram adquiridos uma lona de 8 metros, um galão de sabão neutro, além de uma bola de futebol como premiação, itens de baixo custo que viabilizaram a atividade. A divisão de tarefas seguiu a lógica de grupos de trabalho: enquanto alguns ficaram responsáveis pela aquisição de materiais, outros se dedicaram à organização do espaço, ao convite dos participantes e à condução do *quiz*. Essa estrutura de organização coletiva é compatível com os princípios da gestão participativa de atividades em saúde e educação (Brasil, 2014).

O tempo total da intervenção foi estimado em uma hora, estruturada após um café comunitário. O café, além de acolhimento inicial, serviu como estratégia de aproximação, permitindo que moradores e estudantes compartilhassem momentos de convivência antes do início da atividade. Essa preparação favoreceu a criação de um ambiente mais descontraído e de confiança, ampliando a adesão dos adolescentes.

Dessa forma, a escolha pelo futebol de sabão teve como objetivo associar diversão, desafio físico e cooperação em grupo. A atividade, realizada em equipes, buscou estimular o senso de pertencimento e a integração social, ao mesmo tempo em que cada rodada funcionava como uma oportunidade de aprendizado coletivo.

O planejamento, portanto, não se restringiu a aspectos técnicos, mas incorporou elementos de engajamento cultural, pedagógico e comunitário, fundamentais para a efetividade da proposta.

Intervenção

Após o planejamento, foi necessário colocar em prática a intervenção. Entretanto, fatores externos, como as condições climáticas, se mostraram desafiadores. Na semana da atividade, a previsão de chuva intensa gerou incertezas sobre a viabilidade da dinâmica, visto que adolescentes da comunidade já haviam se mostrado pouco participativos em outras propostas. A possibilidade de desistência era concreta, o que exigiu flexibilidade e preparação de alternativas, conforme recomenda a PNPS para a condução de ações comunitárias em saúde (Brasil, 2014).

No dia da atividade, a chuva persistia. O grupo iniciou o contato com os jovens em espaço coberto, utilizando brincadeiras simples de integração com a bola enquanto acontecia o café comunitário. Essa etapa preliminar favoreceu o estabelecimento de vínculos e funcionou como “aquecimento social”, permitindo observar a disposição dos adolescentes para atividades mais complexas. Com o aumento do número de participantes, foi apresentada a proposta do futebol de sabão, no campo da comunidade.

A montagem do espaço contou com a colaboração coletiva: enquanto alguns estendiam a lona e aplicavam o sabão, outros organizavam os times e explicavam as regras. A chuva, inicialmente percebida como obstáculo, acabou se tornando aliada, uma vez que facilitou a dinâmica e aumentou a sensação de diversão. O envolvimento crescente dos jovens mostra como a adaptação às condições locais pode transformar desafios em oportunidades de aproximação.

A dinâmica principal consistiu em um *quiz* de perguntas e respostas sobre higiene, acoplado à atividade lúdica. A cada rodada, dois participantes de equipes diferentes deslizavam até a marca final da lona; o mais rápido tinha direito de responder à pergunta proposta. As questões abrangeram higiene oral, lavagem das mãos, etiqueta respiratória e cuidados básicos de saneamento, utilizando

recomendações públicas (Anvisa, 2020; Unicef, 2020). Quando a resposta era incorreta, os acadêmicos ofereciam explicações curtas e claras, reforçando o aprendizado coletivo.

O caráter competitivo e divertido estimulou a adesão de adolescentes que inicialmente se mostravam retraídos. Ao final, a equipe vencedora recebeu uma bola de futebol como premiação, recurso simbólico que reforçou a valorização da participação. A atividade consolidou-se como um espaço de aprendizagem experiencial, no qual o lúdico funcionou como dispositivo de educação em saúde, conforme apontam estudos que relacionam esporte, socialização e promoção da saúde (Larsen *et al.*, 2021).

Feedback

Por meio da observação, identificou-se uma possível mudança na percepção do público masculino diante da intervenção aplicada, evidenciada pelo engajamento dos meninos adolescentes mais velhos e pelo interesse dos homens adultos que se reuniram ao redor do local da atividade. Quando comparados os números de adolescentes que interagiram com os acadêmicos nas visitas anteriores, percebeu-se uma evolução significativa: enquanto, na primeira visita, o contato foi limitado a apenas dois meninos, no dia do futebol de sabão, o grupo contou com mais de dez participantes.

Além disso, embora a maioria dos homens adultos não tenha participado diretamente, foram atraídos para a atividade, ficando ao lado do campo para torcer pelas equipes e até interagiram com os membros da comunidade externa, fazendo um convite para um futuro jogo de vôlei. Esses acontecimentos representam um avanço importante no objetivo de alcançar o público masculino, que, tradicionalmente, se mostra mais cauteloso e menos acessível em relação às ações externas. Essa interação possibilitou a formação de um vínculo de confiança e uma maior abertura para ações futuras.

Para os acadêmicos, o aspecto mais importante – e o mais desafiador – foi compreender uma realidade muito distinta do cotidiano universitário, além de identificar as lacunas que poderiam ser preenchidas dentro do alcance dos estudantes. Como futuros profissionais da saúde, é fundamental que nos preparemos para

atender populações marginalizadas e minoritárias de maneira equitativa, entendendo o contexto socioeconômico, cultural, de crenças e valores, bem como as particularidades de cada território, onde o indivíduo e/ou a comunidade se encontra.

Desse modo, o impacto pedagógico foi significativo, uma vez que a experiência permitiu compreender que a prática médica vai além da clínica e exige sensibilidade social, capacidade de escuta e adaptação a contextos de vulnerabilidade. Além disso, a vivência possibilitou a aplicação prática de conceitos trabalhados em sala, como escuta ativa, acolhimento e educação participativa, fortalecendo competências para atuação em saúde coletiva (Brasil, 2014).

É importante reconhecer que, para alguns observadores, o futebol de sabão poderia parecer apenas um momento recreativo sem valor pedagógico. Contudo, no contexto analisado, funcionou como estratégia inovadora de aproximação com um público historicamente pouco envolvido. Foi possível promover, ao mesmo tempo, lazer e descontração, o que criou condições para que as informações de saúde fossem transmitidas de forma que fizessem sentido aos participantes. Assim, a intervenção evidenciou como metodologias lúdicas podem ser ferramentas legítimas de promoção da saúde e de transformação de práticas sociais (Biddle; Asare, 2011). Portanto, essa experiência buscou apoiá-los na compreensão da sua importância dentro da comunidade, destacando a relevância de hábitos básicos de autocuidado para que, além de cuidar de si mesmos, possam cuidar de todos ao seu redor.

CONCLUSÃO

O processo de intervenção mostrou que ações simples, criativas e culturalmente sensíveis podem gerar efeitos concretos em comunidades historicamente marcadas por desigualdades. Por meio da escuta inicial, identificou-se a necessidade de maior envolvimento do público masculino nas práticas de saúde comunitária. A resposta encontrada – o futebol de sabão associado a um *quiz* educativo – revelou-se eficaz para superar barreiras de gênero, mobilizar adolescentes e despertar interesse de homens adultos.

Do ponto de vista acadêmico, a experiência reafirmou a relevância da curricularização da extensão como ferramenta de integração entre universidade e território. Os estudantes não apenas aplicaram conhecimentos teóricos, mas também desenvolveram competências relacionais, éticas e culturais, fundamentais para a formação em saúde. Esse aprendizado experiencial possibilitou compreender que a medicina, no âmbito do SUS, não se limita ao tratamento de doenças, mas envolve também o fortalecimento de vínculos, a promoção do bem-estar e o enfrentamento das iniquidades sociais (Brasil, 2014; Opas, 2019).

Para a comunidade, a intervenção deixou como legado imediato um momento de lazer coletivo, associado à transmissão de informações práticas sobre higiene e saúde. Mais do que isso, plantou-se a semente de que os homens podem – e devem – ser corresponsáveis pelos cuidados cotidianos, tanto individuais quanto familiares. Essa mudança de perspectiva, ainda que inicial, representa avanço relevante para a promoção da equidade em saúde e para o reconhecimento do cuidado como tarefa compartilhada (IBGE, 2023; Ipea, 2022).

Como conclusão, a experiência demonstrou a potência de metodologias participativas e lúdicas no engajamento de populações tradicionalmente afastadas das práticas comunitárias. Ao unir esporte, educação em saúde e cultura local, o projeto reafirmou a centralidade da extensão universitária na construção de uma medicina socialmente comprometida, decolonial e orientada ao território.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Higiene das mãos**. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/higienizacao-das-maos-1/copy_of_higienizacao-das-maos. Acesso em: 9 set. 2025.

BIDDLE, S. J. H.; ASARE, M. Physical activity and mental health in children and adolescents: a review of reviews. **British Journal of Sports Medicine**, v. 45, n. 11, p. 886–895, 2011. Disponível em: <https://bjsm.bmj.com/content/45/11/886>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 4 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**: Portaria n.º **2.446, de 11 de novembro de 2014**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acesso em: 9 set. 2025.

ESCORSIM, S. M. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. **Rev. Katál.**, v. 17, n. 2, jul./dez, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802014000200009>. Acesso em: 9 set. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero.html>. Acesso em: 9 set. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 9 set. 2025.

LARSEN, M. N. *et al.* An 11-week school-based “health education through football” programme improves health knowledge related to hygiene, nutrition, physical activity and well-being – and it’s fun! **British Journal of Sports Medicine**, v. 55, n. 16, p. 906–911, 2021. Disponível em: <https://bjsm.bmj.com/content/55/16/906>. Acesso em: 9 set. 2025.

OPAS. Masculinidades e saúde dos homens: editorial. **Revista Panamericana de Salud Pública**, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2019.v43/e68/>. Acesso em: 9 set. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 9 set. 2025.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNICEF. **Tudo o que você precisa saber sobre como lavar as mãos**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-como-lavar-maos-para-se-proteger-de-doencas>. Acesso em: 9 set. 2025.

cidadaniacaminhocurto@univille.br

 @caminhocurto

